

Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Márcia Maria Carvalho Britto Pimentel

**A territorialidade e a dimensão participativa na
ciberdemocracia:**
o caso do Fórum Social Mundial

Salvador
2010

Márcia Maria Carvalho Britto Pimentel

**A territorialidade e a dimensão participativa na
ciberdemocracia:
o caso do Fórum Social Mundial**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito obrigatório e final para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Ochi Flexor

Salvador
2010

TERMO DE APROVAÇÃO

Márcia Maria Carvalho Britto Pimentel

**A territorialidade e a dimensão participativa na ciberdemocracia:
o caso do Fórum Social Mundial**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção de grau de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 28 de abril de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Peter José Schweizer

Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Prof. Dra. Maria Helena Ochi Flexor

Este trabalho é dedicado a Marcello Chamusca, que além de ser o amor da minha vida é o meu amigo, companheiro dedicado, parceiro e grande incentivador da minha permanência na academia. Por ocasião do falecimento da minha mãe fui tomada por uma depressão e foi ele quem me incentivou a levantar todos os dias e freqüentar as aulas na UCSal. Marcello é uma pessoa que diariamente faz o exercício de me mostrar que a vida é bela, apesar de todas as dificuldades que podemos enfrentar. Esta dissertação não é somente minha e sim dos dois, Márcia e Marcello, que é um grande companheiro e participou ativamente de todo o processo da construção desta dissertação. Obrigada.

AGRADECIMENTOS

- Agradeço a Marcello Chamusca, por ter me ajudado em todas as etapas da execução desta dissertação;

A minha mãe Maria Yvonne Carvalhal (*in memoriam*), por tudo que me ensinou e pela mãe maravilhosa e carinhosa que foi. Tenho orgulho de ter sido escolhida por Deus para ser filha dela;

Ao professor Peter José Schweizer, por ter sido um grande amigo e me apoiado dentro do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica de Salvador. Esse professor acreditou em mim e me deu oportunidade de ingressar no curso;

À professora Maria Helena Flexor, pelo carinho, amizade, dedicação durante todo o período que estive na UCSal. A professora é uma pessoa justa e ética além de ser uma excelente profissional;

Ao professor Sylvio Bandeira de Melo e Silva, por ter me indicado livros valiosos para o meu trabalho e pelo apoio dado no curso;

Agradeço à minha família, em especial a meus irmãos Euvaldo Carvalhal e Ivomar Carvalhal, minha cunhada Eliete Britto, minhas sobrinhas Milena Britto, Ana Paula Britto e Paloma Britto. Não posso esquecer das minhas tias queridas Diva Carvalhal e Iraci Carvalhal;

À minha sogra Solange Chamusca e meu sogro Everaldo Novaes agradeço pelo incentivo aos estudos;

Agradeço a todos que responderam as minhas entrevistas para concretização deste trabalho;

Agradeço a Deus pela força para continuar em frente.

*Democracia com fome, sem
educação e saúde para a maioria, é
uma concha vazia.*

Nelson Mandela

RESUMO

A proposta desta dissertação é discutir a relação da territorialidade com a dimensão participativa da democrática no contexto da sociedade digital, a partir de ideias e reflexões que envolvem duas dimensões conceituais: a tecnológica digital e a territorial. Para tanto, parte-se da premissa de que a participação democrática sempre esteve diretamente vinculada à perspectiva territorial e que para ela acontecer é preciso sempre que haja um território de referência. No momento contemporâneo, em que muitos paradigmas começam a ser substituídos, e boa parte das relações a se dar através dos ambientes virtuais do ciberespaço, é possível se pensar que os conceitos tradicionais precisam começar a sofrer adaptações. Baseando-se nesta perspectiva, é que se propõe o conceito de ciberterritório, como sendo o produto das relações obtidas da hibridez dos espaços físicos e virtuais, com interface das tecnologias digitais que, ao propiciarem uma arquitetura de participação, jamais vista em qualquer outra fase da história, podem estar permitindo o alargamento da participação democrática, potencializando espaços de exercício de cidadania e ampliando as possibilidades de articulação política através do ciberespaço. Esse processo é aqui conceituado como ciberdemocracia. O percurso metodológico é concretizado a partir do estudo de caso do Fórum Social Mundial (FSM), através de entrevistas semi-estruturadas com participantes do FSM de 2009, em Belém/PA, do FSM Temático de 2010, em Salvador/BA, e com profissionais de diversas áreas do conhecimento, com a intenção de se verificar, não só a percepção dos participantes do movimento, mas também de outros membros da sociedade, sobre o contexto democrático contemporâneo, mediado pelas tecnologias informacionais digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidade. Ciberdemocracia. Ciberterritório. Fórum Social Mundial.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to discuss the relationship with the territorial dimension of participatory democracy in the context of digital society, from ideas and thoughts that involve two conceptual dimensions: technological and digital planning. For this, he parted from the premise that democratic participation has always been directly linked to territorial perspective and that it takes for it to happen whenever there is a reference territory. In the contemporary moment, when many paradigms begin to be replaced and most of the links to be through virtual environments of cyberspace, it is possible to think that traditional concepts need to begin to be adapted. Based on this perspective, is that it proposes the concept of ciberterritório, as being the product of relations obtained from the hybridity of the physical spaces and virtual interface with digital technologies, which, while fostering an architecture of participation, not seen at any other stage history, may be allowing the extension of democratic participation, enhancing spaces of citizenship and increasing the possibility of political articulation through cyberspace. This process is conceptualized here as cyberdemocracy. The methodological approach was implemented from the case study of the World Social Forum (WSF), through semi-structured interviews with participants of the WSF 2009 in Belem, Para, theme of the WSF 2010, in Salvador, Bahia, and professionals in various field of knowledge, with the intention to verify not only the participants' perception of the movement, but also other members of society, about the contemporary democratic context, mediated by digital information technologies.

KEY WORDS: Territoriality. Cyberdemocracy. Ciberterritório. World Social Forum.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Índice de democracia dos países	27
Mapa 2. Auto-identificação dos países em relação a democracia	27
Mapa 3. Países que possuem democracias eleitorais	28
Mapa 4. Usuários de Internet no mundo, em 1998	57
Mapa 5. Usuários de <i>Internet</i> no mundo, em 2008	57

LISTA GRÁFICO, QUADROS E DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Representação gráfica das relações estabelecidas pelos poderes do estado nos níveis territoriais federal, estadual e municipal do Estado.	43
Quadro 1. Classificação do índice de democracia por país	22
Quadro 2. Avaliação individual do índice de democracia por país	26
Quadro 3. Relação entre representação de poder e participação democrática no Estado burguês	44
Ilust. 1. Tela do Fórum do ciberterritório de Belém Expandida	120
Ilust. 2. Tela do site do ciberterritório de Belém Expandida, com informações em quatro línguas	121

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	9
LISTA DE GRÁFICO, QUADROS E ILUSTRAÇÕES	10
1 - INTRODUÇÃO	13
2 - MARCOS HISTÓRICO CONCEITUAIS	21
2.1 - DEMOCRACIA	21
2.2 - OPINIÃO PÚBLICA	33
2.3 - TERRITÓRIO	36
3 - CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	38
3.1 - DIMENSÃO NA MODERNIDADE	38
3.1.1 - Revoluções “burguesas” e o resgate da participação democrática	39
a) Relação entre territórios e representação de poder no estado burguês	42
b) Democracia representativa: solução para os limites físicos impostos pelos espaços de participação	44
c) Surgimento do “quarto poder” e as suas implicações na dimensão participativa da democracia	46
3.2 - DIMENSÃO PARTICIPATIVA DA DEMOCRACIA NA PÓS-MODERNIDADE	49
4 - NOVAS PERSPECTIVAS TERRITORIAIS E A DEMOCRACIA NA ATUALIDADE	54
4.1 - DA COMUNICAÇÃO DE MASSA À COMUNICAÇÃO PÓS-MASSIVA	54
4.2 - DO ESPAÇO AO CIBERESPAÇO: DEMOCRACIA NOS ESPAÇOS VIRTUAIS	58
4.3 - DO TERRITÓRIO AO CIBERTERRITÓRIO: DA ÁGORA À <i>INTERNET</i>	60
4.4 - CIBERTERRITÓRIO, A INTERATIVIDADE E AS INTERFACES DIGITAIS ..	63
4.5 - DA DEMOCRACIA À CIBERDEMOCRACIA	67

5 - FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E A APROPRIAÇÃO DO CIBERESPAÇO	70
5.1 - <i>INTERNET</i> COMO ESPAÇO DE LUTAS E CONQUISTAS POLÍTICAS	74
5.2 - CIBERESPAÇO COMO ESFERA PÚBLICA	85
5.3 - TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS DIGITAIS POTENCIALIZANDO A EXPRESSÃO DAS MINORIAS	92
5.3.1 - Grupos minoritários e o espaço na <i>Internet</i> como campo de luta	103
6 - BELÉM EXPANDIDA: A BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL POR MEIO DO EXERCÍCIO DA CIBERDEMOCRACIA	109
6.1 - REDES SOCIAIS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	113
6.2 - CIBERTERRITÓRIO DE BELÉM EXPANDIDA	117
7 - CONCLUSÕES	124
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	141
ANEXO I – Roteiro da entrevista	141
ANEXO II – Lista dos entrevistados	142
ANEXO III – Fotos obtidas no evento de Belém, em 2009 e em Salvador, em 2010. ...	145

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a participação democrática sempre esteve diretamente vinculada à perspectiva territorial, ainda que as literaturas específicas sobre democracia e território não tenham se apropriado dessa constatação para o desenvolvimento de uma teoria sobre essa relação. Os espaços territoriais, em princípio, desde os primórdios da democracia, dão base a toda e qualquer forma de participação do cidadão no seu processo, nas discussões políticas e na formação da opinião pública, de um modo geral.

Tomando-se o exemplo da Grécia, do século V a.C., especialmente Atenas, a participação democrática se dava a partir da *ágora*¹, *lócus* físico, territorial, onde os gregos se encontravam para se relacionar e discutir temas voltados ao bem estar da população, bem como temas macropolíticos e sociais de interesse daquela sociedade². Era o espaço territorial da *ágora* que possibilitava as discussões acontecerem e, portanto, a dimensão participativa da democracia de se concretizar. O território demarcado da *ágora*, portanto, era o espaço físico que dava base à existência de todo o processo democrático. Neste sentido, a compreensão da dimensão territorial é pressuposto para que se possa começar a pensar o processo democrático nas suas outras diversas dimensões.

Entender como se dava a relação direta da participação democrática com o território, na origem da democracia na Grécia, passa pela constatação de que sem a *ágora*, ou qualquer outro espaço físico de referência, não haveria a participação dos gregos no processo democrático, pois era ela que garantia a presença do homem no estabelecimento das discussões em torno dos temas centrais da sociedade grega ateniense. A utilização da *ágora*, como espaço de discussão, ou como denominou Habermas (1987), esfera pública³, representava, em última análise, o uso do território para o exercício político democrático, ou seja, da apropriação por parte das pessoas de um determinado pedaço de terra para uso específico que, neste caso, servia de delimitação geográfica para um espaço instituído de poder e participação dos homens gregos nas discussões democráticas.

A democracia ateniense, na medida em que exigia no seu processo de afirmação um determinado local, pessoas, suas idéias, discussões sobre essas idéias, e a busca de consenso

¹ *Ágora* era a praça principal na constituição da polis, a cidade grega da Antiguidade clássica. Normalmente era um espaço livre, configurada pela presença de mercados e feiras nos seus limites, envolvido por edifícios de caráter público (ÁGORA, 2007).

² Na democracia grega apenas os gregos machos e adultos tinham poder de voz e de voto, excluindo as mulheres, os escravos e estrangeiros do processo de decisão política. Apesar disso, os cidadãos chegavam a cerca de 10% da população.

³ Conceito de Habermas (1987), relacionado ao espaço de participação genuína do cidadão no processo democrático, para a formação da opinião pública.

em torno delas, estava completamente envolta da noção de territorialidade, uma vez que, independentemente do aspecto que se busque analisar, seja físico, político, simbólico, cultural ou econômico, em todos eles estavam as relações de pertencimento das pessoas com os seus espaços de convivência, suas ambiências e suas apropriações do território, para o estabelecimento de relações sociais.

É importante observar que a própria concepção de “governo do povo”, que vem da origem da palavra democracia, não podia se estabelecer se não houvesse uma relação direta das pessoas (povo) com um determinado território a ser governado, pois a base de toda a natureza de um governo está estruturada nas noções de delimitação territorial e fronteiras espaciais, que determinam exatamente a sua área de atuação geográfica e o seu legado de atuação política que, por sua vez, também podem ser determinados pelo que Musso (2001, p.19) entende como territórios históricos, territórios vividos e territórios projetados por um povo, uma sociedade.

O significado de governo e povo para os atenienses, entretanto, era completamente distinto da concepção das democracias modernas e contemporâneas. Em Atenas não se entendia por governo um grupo político formado por representantes eleitos para governar, e o povo como composto por todos os cidadãos de uma nação, mas governo como sendo a assembleia, que tomava decisões diretamente, sem intermediação de representantes, e o povo como os homens atenienses maiores de idade. (RHODES, 2004).

A democracia, desde a Grécia Clássica, vem se transformando, mudando suas características, se modernizando, não só pelas variáveis relacionadas ao tempo, como também pelas relacionadas com o espaço, ou seja, ganha novos conceitos e aplicações em momentos históricos e locais diferentes do mundo. Foi concebida originalmente para ser participativa, mas a sua forma mais difundida é a representativa. Saiu da ágora grega e se instituiu nos espaços das câmaras, assembleias e congressos nacionais. Saiu da esfera pública, na qual, segundo Habermas (1987), formava a opinião pública genuína pela discussão de questões controversas, e passou, na modernidade, a ser encenada, forjada pelas mídias existentes.

Toda a transformação do processo democrático e os seus múltiplos conceitos, entretanto, se deu paulatinamente, ao longo de cerca de vinte e cinco séculos de história e a partir de adequações a grupos sociais e a sociedades com características diferenciadas. Nos últimos 20 anos, em que muitos autores tratam de um novo processo de ruptura de paradigmas históricos e se fala em um também novo período histórico, a pós-modernidade⁴, retoma-se

⁴ Alguns autores renomados e referenciados em todo o mundo, como Anthony Giddens (1991), ainda contestam a existência de uma ruptura e a conseqüente inauguração de um novo período histórico na humanidade. Esses

algumas características da democracia original, que apesar de ser questionável em diversos pontos, mantinha uma arquitetura de participação direta dos cidadãos atenienses, sem eleição e representação nos espaços de poder instituídos.

Neste sentido, partiu-se do pressuposto de que o contexto atual destaca a retomada gradativa da dimensão participativa da democracia e de que é possível que se esteja criando novamente uma espécie de esfera pública para a discussão e formação de uma opinião pública genuína, a partir da participação direta dos cidadãos, influenciando no poder decisório dos governos. A diferença da dimensão participativa do processo democrático original para a que se esboça nesta hipotética “nova esfera pública” é que agora o espaço não é mais a ágora, onde as características territoriais físicas são quem dão base aos agentes sociais, mas a *Internet*, que possibilita o surgimento de um espaço “territorial” híbrido, caracterizado e concretizado pela intersecção do ciberespaço e do espaço físico, que potencializa a interação social, que aqui será chamado de ciberterritório.

É importante observar que o momento atual da democracia é potencializado pela comunicação mais acessível, que se traduz em um processo tecnológico que envolve várias etapas de desenvolvimento, que podem ser subdivididas em, pelo menos, quatro momentos básicos.

O primeiro é o mais longo e se inicia com a invenção da prensa gráfica de Johannes Gutenberg (1398-1468), em 1450, que apesar de só ter se popularizado alguns séculos depois de ter sido inventada, revolucionou a comunicação entre as pessoas, na medida em que possibilitava a impressão de informações e a sua reprodução em larga escala. O invento de Gutenberg, de certa forma, reduziu o poder da Igreja Católica e alterou a natureza do conhecimento que se baseava no controle político e religioso (AMARAL, 2007). Em termos de comunicação interpessoal, essa foi a Era da correspondência e da comunicação face-a-face. Vale salientar que não era qualquer um que podia ter uma prensa, precisavam de autorizações, das mais diversas, incluindo autoridades reais, de príncipes e representantes eclesiásticos, especialmente nos países católicos.

O segundo momento pode ser demarcado entre a chegada do rádio, no final do século XIX e a sua difusão comercial, no início do século XX, que inaugurou os meios eletrônicos de comunicação e impulsionou o desenvolvimento da comunicação de massa em todo o mundo. Segundo Vargas (1994, p. 323), “a primeira transmissão comercial de rádio ocorreu em

autores observam que os fenômenos indicados como pós-modernos podem não ser exatamente elementos de ruptura, mas a radicalização da modernidade, que cria descontinuidades e fragmenta o processo histórico, dando a falsa sensação de ruptura.

Pittsburgh, EUA, em 1920, utilizando o que seria chamado de transmissor heteródino na faixa média de frequências”. Do ponto de vista da comunicação entre as pessoas, esta foi a fase em que a invenção de Graham Bell (1847-1922), o telefone, tornou-se o grande descobrimento, pois possibilitava, pela primeira vez na história, a conversação, em tempo real, entre pessoas que estão espacialmente distantes. “Graham Bell patenteou a invenção em 1876 nos EUA” (VARGAS, 1994, p. 317).

O advento da eletrônica, na metade do século XX, depois da Segunda Guerra Mundial, pode ser o marco temporal do terceiro momento, pois, foi a partir dele, que equipamentos de comunicação mais sofisticados começaram a surgir. Do ponto de vista comercial, um bom exemplo foi a televisão, que iniciou seu funcionamento com válvulas e depois passou para o uso dos transistores. Segundo Vargas (1994, p. 325), “as primeiras transmissões regulares públicas de TV ocorreram nos EUA, em 1941, mas o esforço de guerra obrigou as indústrias eletrônicas a produzir outros itens, e só em 1946 a televisão vingou inaugurando um tremendo mercado de consumo até então inexplorado”. Já, do ponto de vista da comunicação interpessoal, o fax representou bem esta fase da comunicação.

O quarto e último momento foi inaugurado com a micro-informática e reforçado pelo advento da *internet*. A *internet* é, na prática, uma rede mundial de computadores, que ao se conectarem em escala planetária, permitem aos seus usuários comunicação sem fronteiras, potencializando discussões abertas, inclusive políticas, em todas as escalas territoriais, na medida em que encurtam distâncias e tornam, conforme Friedman (2005), o mundo plano.

Esta fase, além da reconfiguração social que todo novo meio de comunicação traz naturalmente, representa uma ruptura no processo de evolução histórica dos meios de comunicação, pois, os meios digitais, modificaram os modelos de fluxos informacionais de forma significativa, ao liberar o pólo de emissão. Se, até a fase anterior, os meios de comunicação seguiam o fluxo do modelo paradigmático de “um para todos”, em que apenas os veículos tradicionais de comunicação emitiam informação de forma massiva, na fase atual, os meios são socializados e a produção e distribuição de informações podem ser realizados por qualquer pessoa que tenha acesso a eles. Do ponto de vista da comunicação interpessoal, hoje, não só é possível a relação entre pessoas, em tempo real, por voz, mas também com recursos de imagem bastante desenvolvidos que, em algumas situações, transcendem às meras videoconferências e os *videochats* e podem até simular um encontro real, como nos ambientes de realidade virtual.

Nesse “admirável mundo novo” do século XXI, idealizado por Huxley (2007), em 1932, quando ninguém nunca poderia imaginar que um chip seria inventado, é que as

discussões e articulações políticas começam a se fortalecer entre pessoas que estão geograficamente distantes e as organizações que lutam por justiça social e direitos para as minorias a se apropriarem desses novos meios, que permitem uma maior participação do cidadão comum e das instituições menos favorecidos economicamente.

Com base neste contexto, buscou-se o recorte específico para um estudo sobre a relação do território com a participação democrática, por meio de interfaces com tecnologias informacionais digitais.

Como principal objetivo, esta dissertação busca desenvolver argumentos a respeito da relação direta da noção de território com a dimensão participativa da democracia, baseando-se no pressuposto de que o advento das tecnologias digitais não a desvincula do território, ao contrário, cria mais vínculos, na medida em que potencializa a participação cidadã, que é exercida por pessoas e essas são indissociáveis do território.

Para tanto, procura-se sistematizar os conceitos necessários ao entendimento das argumentações desenvolvidas, como os relativos à democracia, opinião pública e território, para o primeiro momento contextual. É importante também caracterizar, mesmo que superficialmente, o processo histórico da dimensão participativa da democracia, desde a sua origem na Antiguidade, passando pela perda da participação direta no período Moderno, até chegar ao momento contemporâneo, quando se pressupõe um aumento da participação, proporcionado pela nova conjuntura tecnológica digital, que encurta distâncias e permite que pessoas que se encontram em diversas partes do mundo possam se agrupar para debater temas de interesse comum.

Na sua construção, uma série de “novos” conceitos, vinculados à ambiência tecnológica digital, surgirão e precisarão ser caracterizados, tais como ciberespaço, ciberdemocracia e ciberterritório. Este último, pelo fato de ser de autoria própria, é sistematizado com mais critério. Para o conceito de ciberterritório buscou-se um viés mais social, estabelecendo-o como um possível espaço de luta por transformações e desenvolvimento dentro do contexto contemporâneo.

Optou-se pela metodologia de um estudo de caso, porque se vislumbrou no Fórum Social Mundial (FSM)⁵ um excelente exemplo da relação discutida pelo objeto central deste estudo, pois esse movimento poderia trazer discussões fecundas sobre o processo de

⁵ Trata-se de uma instância criada para discussão das questões e demandas sociais de todos os povos do mundo, em escala planetária. Surgiu no início dos anos 2000, em Porto Alegre/RS, com a intenção de instituir o maior e mais importante movimento do mundo na área social, em contraponto a um evento que vinha acontecendo há vários anos consecutivos e que já tinha a mesma importância para o mundo do capital: o Fórum Econômico de Davos.

participação democrática na ciberdemocracia. É organizado em redes sociais, estruturadas a partir de interfaces digitais, e que mantém um encontro presencial por ano, ou mesmo vários encontros descentralizados em um determinado período do ano. Todo o resto do tempo é ocupado pelas articulações para a construção de uma agenda reivindicativa para o desenvolvimento social em todo o mundo, sobretudo, nos países pobres. São realizadas através das redes estabelecidas em territórios híbridos, que aqui se chamará de ciberterritórios.

Uma extensa revisão bibliográfica é necessária para se chegar ao estado da arte do objeto de estudo, pois o termo democracia é muito utilizado dentro e fora do ambiente acadêmico e tem sido relacionado com temáticas distintas. As maiores contribuições para o recorte escolhido são de Habermas (1987), Ratzel (1990), Raffestin (1993), Santos (2001, 2005), Silva e Silva (2003; 2006) e Albagli (2004), na construção contextual, e Levy (1993, 1999), Haesbaert (1994, 2002), Souza (1995), Lemos (1995, 1999, 2002, 2005), Castells (1999) e Friedman (2005), para análise do objeto de pesquisa até o período contemporâneo.

O método de abordagem utilizado é complementar entre qualitativo, comparativo e histórico. Com a abordagem qualitativa se analisa os objetivos do Fórum Social Mundial e sua efetiva consecução, frente aos marcos teóricos. Com o método comparativo, se confronta as características da dimensão participativa da democracia original e a sua relação com o território físico, bem como a relação entre ciberdemocracia contemporânea com o território híbrido – físico e virtual –, buscando a compreensão da importância da noção de território, seja ele físico ou híbrido, na dimensão participativa da democracia.

Já a abordagem histórica é necessária para abranger as instâncias democráticas, desde a Grécia Clássica, passando pelo período Moderno, chegando até o contemporâneo, subsidiando as análises qualitativas da dimensão participativa da democracia, com dados históricos e no caso do Fórum Social Mundial.

A partir das premissas até aqui expostas, busca-se confrontar dados de pesquisa, obtidos em campo, com diversas lideranças de movimentos sociais de várias partes do mundo, durante a realização do evento presencial anual de 2009, que se deu no mês de janeiro, na cidade de Belém/PA; das entrevistas realizadas ao longo do ano de 2009 com autoridades políticas, religiosas, acadêmicas e profissionais de várias áreas do saber, setores da sociedade e segmentos políticos, ideológicos e religiosos, bem como representantes de organizações privadas, governamentais e do Terceiro Setor; além das entrevistas realizadas no evento temático descentralizado que aconteceu em Salvador/BA, em janeiro de 2010.

Um total de 113 entrevistas (vide lista no anexo II) serve para analisar a importância das mediações das tecnologias informacionais digitais no processo de articulação de um

movimento de âmbito planetário de luta por justiça social. Como forma de mensurar essa importância, busca-se observar na amostra da sociedade, representada por pessoas de todos os grupos e segmentos já citados, se entendem a *Internet* como campo de luta e conquistas políticas; se o ciberespaço pode se constituir em uma espécie de esfera pública, no sentido habermasiano, de lugar para a construção de uma opinião pública genuína; sobre o potencial das mídias sociais para a expressão dos movimentos sociais e minorias; sobre o nível de importância das dimensões física e virtual para o “movimento dos movimentos”⁶; além de questões que buscam sintetizar constatações de participantes e catalizar percepções diversas sobre a relação da dimensão participativa da democracia com a territorialidade, tema central da dissertação.

Duas hipóteses centrais são previamente levantadas. A primeira é a de que os ciberterritórios, utilizados pelo Fórum Social Mundial como campo de luta e de mobilização popular, potencializam a participação dos cidadãos comuns nas discussões que estão em pauta e permitem, inclusive, que eles agendem as suas próprias discussões. Neste sentido, o advento do ciberterritório pode estar contribuindo para a formação de um novo espaço público, de participação direta do cidadão, alargando assim a dimensão participativa da democracia na contemporaneidade. A segunda hipótese é de que se o alargamento da dimensão participativa da democracia, potencializado pelos ciberterritórios, não proporcionar efetivamente o que se pode entender como uma nova esfera pública para a formação de uma opinião pública genuína, pelo menos, pode favorecer o desenvolvimento social, na medida em que dá oportunidade aos atores sociais reivindicativos um espaço fidedigno para publicizar idéias e mobilizar pessoas e instituições em torno da luta por mais desenvolvimento e justiça social.

Também se toma como premissa que o ciberterritório constitui-se em uma ferramenta imprescindível para o alargamento da dimensão participativa da democracia, visto que, na construção do seu entendimento, constata-se o seu potencial como instrumento de transformação social, pois tem sido percebido pelos analistas do contexto contemporâneo como um espaço alternativo de discussão e participação, em que o cidadão volta a ter voz e poder de decisão no processo democrático.

Esta dissertação é dividida em cinco partes. A primeira é contextual e sistematiza alguns dos principais conceitos utilizados ao longo do trabalho, como os conceitos de democracia, opinião pública e território. A segunda traz uma base histórica que subsidia

⁶ Como o FSM se autodenomina.

análises sobre a relação da dimensão participativa da democracia com o território físico e espacial.

Na terceira parte, aprofunda-se na ambiência tecnológica digital, mostrando como ela tem potencializado o alargamento da dimensão participativa da democracia, a partir da formação dos ciberterritórios. A quarta parte se volta para o estudo do Fórum Social Mundial, tentando entender como os participantes do movimento veem a sua inserção no atual contexto das tecnologias digitais de comunicação e informação e a sua participação no ambiente da ciberdemocracia. Esta parte traz opiniões de diversos entrevistados, dentre eles vários participantes do FSM, que revelam suas impressões sobre a *Internet* como campo de luta e conquistas políticas, e sobre o ciberespaço como espaço de debate público e de ampliação das articulações dos grupos minoritários por direitos sociais.

Na quinta e última parte, se analisa o uso efetivo das tecnologias digitais pelo FSM, através do ciberterritório da “Belém Expandida”, ambiência híbrida – física e virtual – de proposição e realização de ações e eventos a partir de qualquer lugar do planeta, para se discutir a possibilidade de um mundo melhor para todos. A iniciativa da “Belém Expandida” dimensiona o movimento e amplia significativamente as ações e discussões do FSM, em 2009.

2 - MARCOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS

Discorrer a respeito do território na construção da participação democrática é uma tarefa que exige a articulação de alguns conceitos essenciais. Numa primeira instância, a articulação necessária é a que diz respeito à relação da democracia com a opinião pública, visto que, nesta relação, podem estar intrínsecos os principais aspectos de outra relação que mais interessa: o território e a dimensão participativa da democracia.

Coloca-se, inicialmente, o conceito de democracia, buscando propositadamente dar ênfase à questão da sua dimensão participativa, uma vez que foi este o viés de reflexões que se pretende definir para, em seguida, se trabalhar o conceito de opinião pública, buscando as relações entre os dois conceitos e o de território, para o completo entendimento que se buscará dos sucessivos focos.

2.1 - DEMOCRACIA

A democracia desde que foi criada e difundida na cidade de Atenas, na Grécia Clássica, sempre esteve diretamente relacionada à noção de participação dos cidadãos na vida política da sua cidade-estado. A própria etimologia da palavra não deixa dúvidas: *demos*, em grego, significa povo, e, *cracia* que vem de *kratus*, significa autoridade ou governo, ou seja, em uma tradução simples, democracia significa “governo do povo” (FREI BETTO, 2006).

Tratava-se de um sistema de organização política que garante aos cidadãos o direito de participar dos rumos da sociedade em que estavam inseridos, influenciando diretamente nas decisões relativas à gestão de assuntos públicos. Em tese, em um sistema democrático, as pessoas possuem liberdade para se expressar e manifestar suas opiniões. Do contexto original aos dias atuais, entretanto, o conceito de democracia passou por uma série de transformações, acréscimos e releituras de pensadores dos mais diversos, que buscaram, cada um a seu modo, adequar o conceito à realidade e ao contexto em que viviam.

O conceito atual de democracia começou a ser elaborado no século XVII, com as primeiras formulações teóricas do filósofo britânico e ideólogo do liberalismo, John Locke (1632 - 1704), o primeiro a afirmar que o poder dos governos nascia de um acordo, livre e recíproco e, assim, preconizar a estrutura do estado democrático moderno, pela separação dos poderes legislativo e judiciário. Mas, foi Montesquieu (1689 - 1755) que conseguiu organizar

as idéias que estavam no inconsciente coletivo, traduzidas na obra “O espírito das leis”⁷. Nesse livro, ao tratar dos três diferentes tipos de governo: o despótico, fundamentado no temor; republicano, com base na virtude e, o monárquico na honra, esse pensador acreditava que a forma de governo mais prudente e sábia seria a monarquia constitucional, pois era baseada, não apenas na honra do rei, mas também na liberdade política garantida pela independência dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Essa proposta viria a ser o principal fundamento das democracias contemporâneas e sua essência enquanto sistema político que permitia “o exercício do poder, em nome do povo, por meio das instituições que dele emanam” (TRE-RO, 2009).

A primeira nação a assumir o moderno sistema democrático foram os Estados Unidos da América, mas sem seguir rigorosamente a proposta de Montesquieu, uma vez que o fez através de uma república constitucional e não de uma monarquia, como propunha o autor. O sistema democrático republicano estadunidense se consolidou em virtude da derrota imposta à monarquia britânica, na guerra pela sua independência.











































Existem alguns estudos que tentam, a partir de critérios específicos, mensurar o processo democrático em todo o mundo. Um deles é o Índice de Democracia, compilado pela revista *The Economist* (2007). Foram investigados e analisados, ao todo, 167 países, a partir de cinco variáveis: o processo eleitoral e pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, participação política e cultura política. Os países foram classificados em quatro categorias: democracias plenas, democracias imperfeitas, regimes híbridos, e regimes autoritários (ver quadro 1 abaixo). O Brasil ficou em 41º lugar e foi classificado como um país de democracia imperfeita (THE ECONOMIST, 2007).








































Tipo de regime	Países	% de países	% da população mundial
Democracias plenas	30	18,0	14,4
Democracias imperfeitas	50	29,9	35,5
Regimes híbridos	36	21,6	15,2
Regimes autoritários	51	30,5	34,9












































Quadro 1. Classificação do índice de democracia por país








































Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Índice_de_Democracia, acesso em nov, 2009.

⁷ Obra publicada originalmente em 1748.

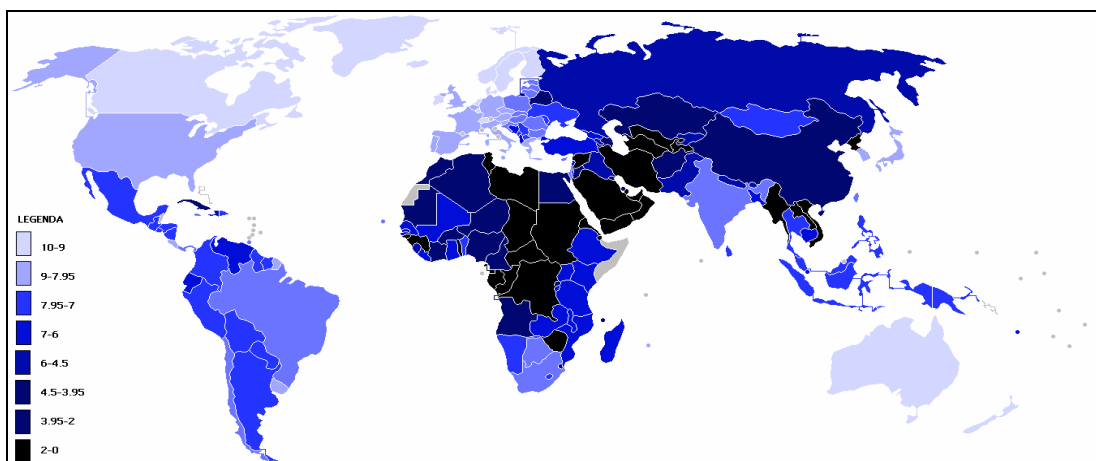
Nº	País	Índice	Categoria
1	 Suécia	9,88	1
2	 Noruega	9,68	1
3	 Islândia	9,65	1
4	 Países Baixos	9,53	1
5	 Dinamarca	9,52	1
6	 Finlândia	9,25	1
7	 Nova Zelândia	9,19	1
8	 Suíça	9,15	1
9	 Luxemburgo	9,10	1
10	 Austrália	9,09	1
11	 Canadá	9,07	1
12	 Irlanda	9,01	1
13	 Alemanha	8,82	1
14	 Áustria	8,49	1
15	 Espanha	8,45	1
16	 Malta	8,39	1
17	 Japão	8,25	1
18	 Estados Unidos	8,22	1
19	 República Tcheca	8,19	1
20	 Bélgica	8,16	1
21	 Reino Unido	8,15	1
22	 Grécia	8,13	1
23	 Uruguai	8,08	1
24	 França	8,07	1
25	 Portugal	8,05	1
26	 Maurícia	8,04	1
27	 Costa Rica	8,04	1
28	 Coreia do Sul	8,01	1
29	 Itália	7,98	2
30	 Eslovênia	7,96	2
31	 África do Sul	7,91	2
32	 Chile	7,89	2
33	 Taiwan	7,82	2
34	 Cabo Verde	7,81	2
35	 Índia	7,80	2
36	 Chipre	7,70	2
37	 Estônia	7,68	2
38	 Panamá	7,48	2
39	 Botsuana	7,47	2
40	 Hungria	7,44	2
41	 Brasil	7,38	2
42	 Lituânia	7,36	2

Nº	País	Índice	Categoria
43	 Israel	7,35	2
44	 Eslováquia	7,33	2
45	 Polónia	7,30	2
46	 Letônia	7,23	2
47	 Timor-Leste	7,22	2
48	 Trinidad e Tobago	7,21	2
49	 Jamaica	7,21	2
50	 Roménia	7,06	2
51	 Croácia	7,04	2
52	 Bulgária	7,02	2
53	 Ucrânia	6,94	2
54	 Tailândia	6,81	2
55	 México	6,78	2
56	 Argentina	6,63	2
57	 Sri Lanka	6,61	2
58	 Mongólia	6,60	2
59	 Suriname	6,58	2
60	 Colômbia	6,54	2
61	 Papua-Nova Guiné	6,54	2
62	 Moldávia	6,50	2
63	 Sérvia	6,49	2
64	 Namíbia	6,48	2
65	 Montenegro	6,43	2
66	 Paraguai	6,40	2
67	 El Salvador	6,40	2
68	 Malásia	6,36	2
69	 Indonésia	6,34	2
70	 Peru	6,31	2
71	 Lesoto	6,29	2
72	 Macedónia	6,21	2
73	 República Dominicana	6,20	2
74	 Honduras	6,18	2
75	 Bolívia	6,15	2
76	 Guiana	6,12	2
77	 Filipinas	6,12	2
78	 Nicarágua	6,07	2
79	 Guatemala	6,07	2
80	 Benim	6,06	2
81	 Albânia	5,91	3
82	Singapura	5,89	3
83	Mali	5,87	3
84	Hong Kong	5,85	3
85	Palestina	5,83	3

Nº	País	Índice	Categoria
86	 Bósnia e Herzegovina	5,70	3
87	 Turquia	5,69	3
88	 Equador	5,64	3
89	 Líbano	5,62	3
90	 Madagáscar	5,57	3
91	 Bangladesh	5,52	3
92	 Moçambique	5,49	3
93	 Senegal	5,37	3
94	 Gana	5,35	3
95	 Venezuela	5,34	3
96	 Tanzânia	5,28	3
97	 Zâmbia	5,25	3
98	 Libéria	5,25	3
99	 Malawi	5,13	3
100	 Fiji	5,11	3
101	 Uganda	5,03	3
102	 Camboja	4,87	3
103	 Quênia	4,79	3
104	 Geórgia	4,62	3
105	 Etiópia	4,52	3
106	 Burkina Faso	4,51	3
107	 Arménia	4,48	3
108	 Rússia	4,46	3
109	 Paquistão	4,30	3
110	 Haiti	4,19	3
111	 Gâmbia	4,19	3
112	 Serra Leoa	4,11	3
113	 Butão	4,09	3
114	 Quirguistão	4,05	3
115	 Nepal	4,05	3
116	 Iraque	4,00	3
117	 Jordânia	3,93	4
118	 Mauritânia	3,91	4
119	 Egito	3,89	4
120	 Marrocos	3,88	4
121	 Ruanda	3,71	4
122	 Burkina Faso	3,60	4
123	 Comores	3,58	4
124	 Nigéria	3,53	4
125	 Cuba	3,52	4
126	 Camarões	3,46	4
127	 Cazaquistão	3,45	4
128	 Níger	3,41	4

Nº	País	Índice	Categoria
129	 Kuwait	3,39	4
130	 Bahrein	3,38	4
131	 Angola	3,35	4
132	 Bielorrússia	3,34	4
133	 Argélia	3,32	4
134	 Costa do Marfim	3,27	4
135	 Azerbaijão	3,19	4
136	 China	3,04	4
137	 Suazilândia	3,04	4
138	 Afeganistão	3,02	4
139	 Gabão	3,00	4
140	 Omã	2,98	4
141	 Tunísia	2,96	4
142	 Iémen/Iêmen	2,95	4
143	 República do Congo	2,94	4
144	 Qatar	2,92	4
145	 Irã	2,83	4
146	 Sudão	2,81	4
147	 Emirados Árabes Unidos	2,60	4
148	 Zimbábue	2,53	4
149	 Vietname	2,53	4
150	 Tadjiquistão	2,45	4
151	 Togo	2,43	4
152	 Djibouti	2,37	4
153	 Eritreia	2,31	4
154	 República Democrática do Congo	2,28	4
155	 Guiné Equatorial	2,19	4
156	 Síria	2,18	4
157	 Laos	2,10	4
158	 Guiné	2,09	4
159	 Líbia	2,00	4
160	 Guiné-Bissau	1,99	4
161	 Arábia Saudita	1,90	4
162	 República Centro-Africana	1,86	4
163	 Mianmar	1,77	4
164	 Uzbequistão	1,74	4
165	 Turcomenistão	1,72	4
166	 Chade	1,52	4
167	 Coreia do Norte	0,86	4

Quadro 2. Avaliação individual do índice de democracia por país
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Índice_de_Democracia, acesso em nov, 2009.

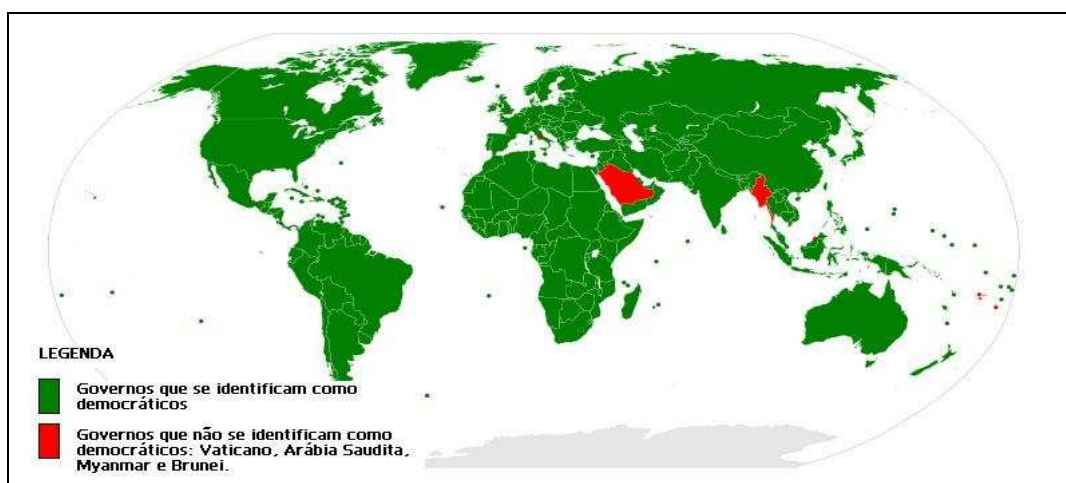


Mapa 1. Índice de democracia dos países

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Índice_de_Democracia, acesso em nov, 2009.

No Mapa 1, que foi atualizado em 2009⁸, os países representados pelas cores mais claras foram avaliados como os mais democráticos. A Suécia foi considerado o país mais democrático, obtendo o índice de 9.88, numa escala de 0 a 10. Já os países representados pelos azuis mais escuros apresentaram os índices mais baixos. A Coreia do Norte foi considerado pelo estudo como o país menos democrático, com 1.03 de índice.

A democracia é, entretanto, desejada pela maioria dos países do mundo. O Mapa 2 comprova essa afirmação. Ele representa a auto-identificação dos países com relação à democracia. Percebe-se que quase todos os países do mundo, inclusive, os comunistas, que o resto do mundo identifica como ditaduras, se identificam como democráticos.



Mapa 2. Auto-identificação dos países em relação a democracia

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Democracy_claims.svg, acesso em nov, 2009.

⁸ A revista The Economist mantém o projeto on-line, através da enciclopédia colaborativa Wikipedia, e atualizam sem período fixo. O espaço da Wikipedia foi, portanto, devido a sua visitação na Internet e por disponibilizar informações traduzidas para as línguas mais faladas do mundo, escolhido pela revista The Economist para divulgação do seu projeto sobre o índice de democracia.

indiscriminadamente. Vale ressaltar, entretanto, que essa participação, mesmo sendo ampliada para todos os cidadãos, não representa alargamento no processo de participação democrática, visto que nessa forma de democracia, o cidadão não se encontra entre os que decidem. A sua participação está tão somente limitada à indicação de alguém que o representará nas instâncias de decisão e que, em última análise, decidirá por ele sobre os rumos da sua vida. Como exemplo, pode-se citar a participação democrática da população da cidade de Salvador/BA que se resume em ir as urnas no dia da eleição para indicar quem são os seus candidatos preferidos para vereador e prefeito da cidade. Depois disso, ela não tem mais nenhuma participação direta nas decisões que os vereadores e prefeito eleitos tomarão durante quatro anos de mandato.

A estrutura da democracia representativa estabelece a separação entre os que decidem e os que devem acatar as suas decisões, pois os primeiros têm *status* de dirigentes e o povo, que na democracia original, direta e participativa, era quem decidia, passa à inesplicável condição de dirigido, o que pode suscitar as seguintes questões: se a própria palavra democracia significa “governo do povo”, como o povo em algum momento desse processo pode ter sido relegado a simples condição de governado ou dirigido? Neste caso, o real sentido da palavra democracia teria se esvaziado ao longo dos tempos? Onde afinal ficou o “governo do povo”?

Uma grande objeção a respeito da prática da democracia direta, para aqueles que não acreditam que esta é possível de se estabelecer na prática, é o fato de que a maioria das pessoas que compõem uma cidade, – os cidadãos –, não teria conhecimentos técnicos e, conseqüentemente, argumentos plausíveis e sustentáveis para balizar as decisões mais acertadas de governo, visto que os cidadãos comuns têm as suas próprias atribuições diárias e não podem se dedicar ao aprofundamento dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Isso faria com que acontecessem constantemente tomadas de decisões incoerentes como votar por redução radical de impostos e aumento significativo de orçamento para as áreas de saúde, educação, habitação, etc., sem a verdadeira consciência de que a queda de impostos interfere diretamente na capacidade do governo investir nas áreas indicadas.

A democracia direta no contexto atual enfrenta um outro grande problema: o alto custo e a lentidão do processo decisório, visto que, diante do contingente das grandes cidades, a única forma encontrada foi a de referendos e plebiscitos, que se constituem numa espécie de votação geral, nos moldes de uma eleição, que tem o objetivo de consultar a opinião da população sobre um determinado tema. A diferença básica entre referendo e plebiscito é que

este último é uma consulta feita antes do estabelecimento da lei ou norma e o referendo é aplicado para conhecer a opinião da população em relação a algo que já está em andamento.

Os argumentos contra a democracia direta estão quase todos eles ligados à ideia de que esse tipo de sistema não funciona bem nas cidades com grandes contingentes populacionais. Estas possuem um nível de complexidade muito grande, o que compromete a eficiência do sistema que, por sua vez, é baseado na opinião da maioria e que, por isso mesmo, pode suprimir direitos das minorias. Além disso, os plebiscitos e referendos podem ser utilizados para sancionar regimes totalitários, como o de Antônio de Oliveira Salazar¹⁰, entre 1932 e 1968, em Portugal.

Por outro lado, pensando especificamente o caso brasileiro, o desgaste que o modelo representativo sofreu nas últimas duas décadas tem comprometido sobremaneira a sua eficácia. Percebe-se no discurso popular que há uma ideia quase consensual de que neste modelo de democracia representativa, o “povo” só é importante às vésperas de uma eleição, pois só é consultado uma vez a cada quatro anos, para legitimar os mandatos dos políticos profissionais. E que estes, após serem eleitos, agem como bem entendem e não se preocupam com a opinião dos seus eleitores para tomar as decisões, até que chegue novamente a hora de uma nova eleição.

A separação entre quem dirige e quem é dirigido pode fazer com que os primeiros se atenham muito mais às suas próprias vontades e se distanciem da vontade dos últimos, quando a postura deveria ser contrária a essa, visto que o poder que o dirigente possui não lhe pertence de fato, mas apenas de direito, pois foi delegado pelo eleitor, que deveria ser o balizador das suas decisões e não apenas o meio de conseguir renovar o seu mandato, no caso do Brasil, de quatro em quatro anos.

Neste sentido, a democracia direta e participativa tornaria o processo político muito mais intenso e poderia trazer discussões bastante produtivas, que pudessem verdadeiramente mobilizar a sociedade em torno de questões de interesse geral. No Brasil existem algumas iniciativas que buscam a participação popular, num modelo que se pode chamar de democracia semi-direta, a exemplo da Comissão de Legislação Participativa (CLP), da Câmara dos Deputados, que foi criada em 2001 com o objetivo de facilitar a participação da sociedade no processo de elaboração das Leis.

Através da CLP, a sociedade, por meio de qualquer entidade civil organizada, ONGs, sindicatos, associações, órgãos de classe, apresenta à Câmara dos Deputados suas sugestões legislativas. Essas sugestões vão

¹⁰ Político português e professor catedrático da Universidade de Coimbra, que governou Portugal de 1932 e 1968 de forma autoritária e ditatorial.

desde propostas de leis complementares e ordinárias, até sugestões de emendas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para ampliar o acesso da população ao Poder Legislativo, a CLP também disponibiliza um Banco de Idéias, formado por sugestões apresentadas ao Parlamento pelos cidadãos e cidadãs brasileiros individualmente (CÂMARA, 2009).

Além de iniciativas como a CLP da Câmara dos Deputados, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 prevê uma forma de participação direta do cidadão no processo decisório, em seu Art. 14, que diz: "a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular". Este artigo permite a qualquer cidadão brasileiro o exercício da democracia no seu sentido pleno, pois, lhe assegura a iniciativa de um projeto de lei de autoria própria, bastando apenas que este consiga o apoio expresso, através de assinaturas, de 1% do eleitorado nacional, que hoje representa em torno de 2 milhões de pessoas, em, pelo menos, cinco estados da Federação, o que certamente não é tarefa fácil de ser alcançada por um cidadão comum, dada a grandeza do País. A Câmara dos Deputados poderá aceitar ou recusar o projeto, assim como acontece com o projeto de qualquer parlamentar eleito.

Os estados brasileiros também incorporam o direito de iniciativa do cidadão através de projetos de lei, garantido em nível federal pela Constituição. Vale ressaltar que em alguns deles a iniciativa pode ser inclusive de propostas de emendas à Constituição. Mas o poder de participação cidadã é realmente ampliado no âmbito municipal, visto que várias cidades do Brasil adotaram o orçamento participativo, um instrumento que possibilita ao cidadão o exercício da democracia participativa. Trata-se de um mecanismo que dá direito ao cidadão de opinar sobre os destinos dos recursos financeiros municipais. Neste processo o poder absoluto, potencialmente, pode ser retirado da elite política e econômica e repassado diretamente para a sociedade civil.

Para Genro (2001), o orçamento participativo é capaz de desenhar um "novo espaço público", pois é um instrumento que pode promover uma distribuição mais adequada dos investimentos que, por sua vez, pode promover um ambiente muito mais favorável ao desenvolvimento social. "Ao estimular a democracia direta, o orçamento participativo contribui para redemocratizar a própria democracia", observou o autor.

Em outubro de 2007 foi criada a Rede Brasileira de Orçamento Participativo (RBOP), que congrega municípios de todo o Brasil, interessados na ampliação e no alargamento da dimensão participativa do cidadão na gestão dos recursos públicos. A RBOP mantém uma

estrutura horizontal e um ambiente colaborativo, como o objetivo de intercambiar conhecimento, bem como superar desafios, além de mapear as experiências brasileiras com este mecanismo de participação popular. Em 2009, participavam da RBOP 57 municípios de quatro regiões brasileiras, e outros 17 estavam em processo de adesão. Formam um total de 74 municípios inseridos ou se inserindo nesse processo. Apesar de representarem apenas cerca de 1,4% das 5.565 cidades existentes, agrega seis grandes metrópoles, capitais dos seus estados (RBPO, 2009).

Na região Sudeste participavam municípios dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. São Paulo lidera com 13 municípios¹¹, mas a capital não estava incluída entre as 13. Já Minas Gerais, que ficou em segundo lugar, com sete cidades¹², tinha a sua capital entre elas. O Estado do Espírito Santo contava com seis municípios na Rede¹³, dentre eles, a capital Vitória. Apenas um município do Rio de Janeiro adotou o orçamento participativo¹⁴.

A região Nordeste contava com 14 cidades na RBOP. Eram elas: Anadia (Alagoas), Caapora, Cajazeiras, Campina Grande, D. Inês, João Pessoa, Patos, Picuí e Pombal (Paraíba), Crateus e Fortaleza (Ceará), Lauro de Freitas (Bahia) e Paudalho e Recife (Pernambuco). O Estado da Paraíba é o mais engajado, com oito municípios na Rede.

No Norte do Brasil apenas a capital do estado de Amazonas, Manaus, participava da Rede. No Sul, os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina participam da Rede, com 15 municípios¹⁵, dentre eles, a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RBOP, 2009).

O orçamento participativo, e outros instrumentos de participação democrática do cidadão, fazem com que o exercício da cidadania não se resuma ao voto, mas faça com que a democracia possa se constituir em um efetivo mecanismo de controle da sociedade civil sob a administração pública.

Quando se dá vez e voz ao cidadão no processo de decisão dos assuntos públicos, se estabelece o debate público, entre cidadãos livres e em condições iguais de participação. Esse debate dá lugar à opinião pública, conceito que se tratará a seguir.

¹¹ Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo, São Vicente, Suzano, Várzea Paulista, Monte Alto, Diadema, Embu, Francisco Morato, São Carlos e Araraquara.

¹² Belo Horizonte, Betim, Congonhas, Contagem, Montes Claros, Nova Lima e Botelhos.

¹³ Vitória, Aracruz, Cachoeira do Itapemirim, Serra, Viana e Cariacica.

¹⁴ Marica.

¹⁵ Bagé, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Garibaldi, Gravataí, Nova Hartz, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, (Rio Grande do Sul), Campo Largo (Paraná) e Joinville (Santa Catarina).

2.2 - OPINIÃO PÚBLICA

O conceito de opinião pública é algo que vem sendo difundido desde a Antiguidade e, ao longo da história, foi ganhando conotações diferenciadas. “Na literatura da Grécia e Roma antigas, bem como ao longo da Idade Média, os filósofos tinham inteira consciência da importância da opinião das massas. A frase ‘*vox populi, vox Dei*’ data da última parte da Idade Média” (CHILDS, 1967, p. 44) e não deixa dúvida de que o conceito já estava entranhado nas sociedades ocidentais, desde a Alta Idade Média.

Quando os gregos conclamavam que “a voz do povo é a voz de Deus”, conforme a citação acima, por exemplo, estavam claramente se referindo ao conceito de opinião pública. A expressão, entretanto, só foi empregada pela primeira vez no século XVIII, por Rousseau (1712-1778), que a utilizou dentro do contexto político-filosófico e a definiu como o poder do povo contra a monarquia, com base nos princípios iluministas que começam a habitar as reflexões dos pensadores deste período. Também político é o conceito do iluminista Kant (1724-1804) que, apesar de não ter utilizado, em nenhum momento, a expressão opinião pública literalmente em sua obra, elaborou o conceito de uso público da razão, conceito esse, que remete claramente o leitor ao conceito de opinião pública, faltando-lhe apenas o termo idêntico e/ou semelhante.

Em contraponto a Kant, que atribuía racionalidade à opinião pública e a enxergava como algo positivo, Hegel (1770-1831), na obra “Princípios da filosofia do direito” (1821), formulou uma teoria, precursora do fascismo, em que colocava que a opinião pública só devia ser respeitada quando nela estivessem contidos os princípios essenciais da sociedade e que cabia ao dirigente descobrir quais os princípios essenciais deveriam nortear o seu povo. Para ele, a opinião pública era algo imediatista, superficial, sem fundamentação científica e sem base na razão, portanto, algo que deveria ser desprezado. Vale observar que Hegel falava tudo isso, em um período pós-revoluções burguesas, ocorridas no século XVIII na França e Inglaterra e, portanto, no auge do conceito de cidadania e cidadão.

Marx (1818-1883) também possuía uma visão negativa da opinião pública, pois acreditava que esse conceito era apenas mais uma ferramenta ideológica burguesa de manipulação e alienação das massas. Bobbio (1987), com base nos ideais marxistas, enxerga a opinião pública como falsa consciência e como mais um “imbróglio” da ideologia dominante, visto que para ele:

numa sociedade dividida em classes, ela mascara o interesse da classe burguesa: o público não é o povo, a sociedade burguesa não é a sociedade geral, o *bourgeois* não é o *citoyen*, o público dos particulares não é a razão. A opinião pública é, portanto, apenas a ideologia do Estado de direito burguês (BOBBIO, 1987, p. 844).

Também, fundamentado nesta linha de raciocínio marxista, o mais controverso, e por que não dizer, o mais convincente dos conceitos de opinião pública vem do frankfurtiano Habermas (1987). Ele afirmou que a opinião pública não existe enquanto fenômeno popular, pelo menos, não em uma sociedade midiática. Segundo o autor (HABERMAS, 1987), o que de fato existe é uma opinião geral, induzida pelos meios de comunicação de massa.

Para complementar a compreensão sobre a construção habermasiana, a respeito do tema, a hipótese da *agenda setting*¹⁶, de McCombs e Shaw (1972), pode ser uma boa aliada. Esta hipótese consiste na possibilidade de que a opinião seja induzida pelos meios de comunicação de massa e acontece, a partir dos conceitos de agendamento, que está relacionado com a seleção do que será noticiado pelos meios de comunicação, e o de enquadramento que, em resumo, significa o ponto de vista particular, de como as notícias são transmitidas à população, sempre de acordo com os interesses dominantes das elites políticas e econômicas do mundo globalizado.

Esse processo de manipulação da informação para a formação da opinião pública, pelos meios de comunicação de massa, pode estabelecer vínculo com o que Habermas (1987) chamou de opinião pública encenada, visto que nele se perde o que para o autor é essencial para a existência da opinião pública verdadeira, que é o componente do diálogo, da controvérsia e da síntese do processo, constituindo, não uma unanimidade, mas um consenso em torno do tema em questão.

O autor citado (HABERMAS, 1987) acreditava que para a opinião pública ser genuína era necessária à existência de uma esfera pública¹⁷, ou seja, era preciso que houvesse um espaço para acontecer o debate público. É aqui que a tese da participação democrática e a noção de território, que sempre andaram juntas, começa a se corporificar. Na sua construção lógica, Habermas (1987) afirmava que opinião pública pressupunha discussão pública e, portanto, necessitava de um espaço público, – um território –, onde, a partir de um ambiente discursivo e argumentativo, se pudesse chegar coletivamente a um consenso ou concordância

¹⁶ Em português significa agendamento.

¹⁷ Segundo Gomes (1998), Habermas vê a esfera pública como o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente, de forma aberta e racional. Nesse sentido, chama-se esfera pública o âmbito da vida social em que se realiza – em várias arenas, por vários instrumentos e em torno de variados objetos de interesse específico – a discussão permanente entre pessoas privadas reunidas num público.

a respeito de um determinado tema, independentemente dos interesses pessoais conflitantes (GOMES, 2004).

É importante perceber que, conforme observa Gomes (1998, p. 3), “na ideia de discussão está incluído o fato de que os argumentos se dispõem em posições e contraposições voltadas para a obtenção de um possível consenso”. Para Rigitano (2002, p. 3), “à ideia de esfera pública está relacionada ao conceito de opinião pública, como sendo o resultado do debate fundado na razão”. Neste caso, “a esfera pública é, ao mesmo tempo, o *lócus* e a condição onde se gera a opinião pública” e a opinião pública, em última análise, seria “... a opinião nascida da força do melhor argumento” (GOMES, 1998, p. 4), que exatamente pela sua força consegue, se não a unanimidade, pelo menos o consenso, mas também nasce do processo social produzido a partir do território.

Esse conceito de esfera pública se baseia na democracia original, como ela surgiu na Atenas, pois a democracia quando foi difundida tinha o caráter participativo e as suas características, apesar de serem questionáveis em diversos pontos¹⁸, mantinham uma arquitetura de participação direta dos cidadãos gregos, sem eleição e representação nos espaços de poder instituídos. As discussões públicas para a tentativa de estabelecer opiniões consensuais a respeito dos temas discutidos, – a opinião pública –, se davam na ágora, uma espécie de praça pública onde aconteciam os debates a respeito das questões da ordem política do dia. Este era não apenas o espaço de poder popular instituído – a tão propalada esfera pública de Habermas (1987), local onde se formava, segundo esse autor, a opinião pública genuína –, mas também um espaço territorial, em que as relações sociais e as suas mais complexas contradições eram confrontadas, ou seja, um local em que as noções de território e territorialidade podiam ser concretizadas na sua mais criteriosa lógica.

Para um melhor entendimento da noção de território, aqui utilizada, e da sua relação com a dimensão participativa da democracia, que se traduz num dos objetivos desta dissertação, se faz necessária uma abordagem conceitual sobre o tema, que se passa a fazer a seguir.

¹⁸ Na democracia grega apenas os gregos machos e adultos tinham poder de voz e de voto, excluindo as mulheres, os escravos e estrangeiros do processo de decisão política. Estima-se que apenas 1/10 da população tinha poder de voto e podia participar das discussões políticas.

2.3 - TERRITÓRIO

O conceito de território, ainda que tangencie várias dimensões, conforme sugere Albagli (2004, p. 25)¹⁹, sempre esteve relacionado aos espaços físicos e à terra, desde que Ratzel (1990), a partir da noção de espaço vital, – fundamental para a existência dos povos e suas culturas –, observou que as relações sociais são determinadas pelo espaço geográfico e, portanto, conforme Haesbaert (2002), a existência humana é indissociável do território. A própria etimologia da palavra território não deixa dúvida. Segundo Albagli (2004, p. 26), “o termo território vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado”.

Para Ratzel (1990) território é uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Em consonância com esse mesmo autor, Santos (2005) entende território como a extensão apropriada e usada, que deve ser pensada, dentre outras possibilidades, como sinônimo de espaço geográfico. Haesbaert (2002, p. 131) observou, ainda, que “o território é visto antes de tudo como um espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais”. Nesta linha, Musso (2001, p. 195) atribuiu ao território uma construção coletiva, um espaço de representações que agrega, ao mesmo tempo, processos históricos, vivenciais e projetos de concepção desse espaço pelos seus habitantes.

O território, portanto, vem sendo abordado pelas perspectivas espaciais, regionais, relacionadas ao lugar, à cidade, ao campo ou à nação, mas, conforme já pontuado, sempre vinculada ao espaço físico e à terra, ainda que essas abordagens se deem em diferentes escalas, sejam elas local, regional, nacional, supranacional ou global. Raffestin (1993), entretanto, deu indícios de possibilidades de uma ampliação significativa do conceito de território, quando afirmava que este não se reduzia a sua dimensão material ou concreta, mas se constituía em um campo de forças, onde se dão as relações sociais.

Segundo Silva e Silva (2006), os territórios expressam um conjunto complexo e dinâmico de relações humanas em diversos aspectos e escalas, que envolvem questões complexas das relações sociais, como o sentimento de pertencimento, – que leva à noção de territorialidade –, além de relações conflituosas de interesse, perpassando pela construção de laços de coesão, de identidade que, por sua vez, estão vinculados com as relações

¹⁹ Albagli (2004, p. 25) observa que o território e a territorialidade podem ser vistos a partir de, pelo menos, quatro pontos de vista distintos e interrelacionados: físico, político/organizacional, simbólico/cultural e econômico. Segundo a autora, a dinâmica territorial resulta das interações entre essas várias dimensões.

competitivas de interesse e poder, em que estão inseridos o capital, os grupos, o trabalho, dentre outros aspectos.

Os mesmos autores (2003), por causa da diversidade de modos que as relações espaço-temporais acima engendram, entendem que o território termina por apresentar características identitárias independente da escala territorial analisada.

Quando Albagli (2004) distinguiu conceitualmente espaço e território, ela observou, em primeira instância, a noção de espaço de Agler (1995), que atribuiu ao espaço um nível elevado de abstração; e, em segunda instância, a idéia de Raffestin (1993) de que o território é o espaço apropriado por atores sociais que se define e delimita por, e a partir, das relações de poder em múltiplas dimensões.

Offner e Pumain (1996, p. 155) entendiam que “o território é um momento de negociação, endógeno e exógeno à população concernente, que produz e reproduz a identidade coletiva através de manifestações diferentes do lugar e da sua consciência”. Observavam também uma característica complexificadora dos estudos do território, quando afirmavam que “a partir de um mesmo espaço pode-se constituir territórios múltiplos, disjuntos ou superpostos, conflituais ou não, de uns em relação aos outros”.

Aqui se percebe que se abrem novas possibilidades para pensar as questões territoriais, visto que, nesta última perspectiva, o território já passa a ser cogitado como algo que transcende a noção da relação direta com a delimitação física, observada na concepção tradicional do território. Quando se imagina que em um só espaço pode haver vários territórios, é porque se acredita que o território não está apenas na apropriação de uma determinada porção da superfície terrestre, como afirmava Ratzel (1990), mas também nas complexas relações que são estabelecidas pelas pessoas nesse espaço.

A apropriação do território pelos atores sociais, sobretudo do ponto de vista das suas manifestações políticas, é sempre uma constante nas reflexões de todos os autores da literatura específica sobre território. Neste trabalho busca-se apenas, ao vincular a participação do cidadão no processo democrático à perspectiva territorial, relacionar a dimensão participativa da democracia ao território e à territorialidade, conforme segue.

3 - CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

3.1 - DIMENSÃO NA IDADE MODERNA

Apresenta-se um breve histórico do processo democrático do período moderno, inaugurado no século XV, até a contemporaneidade, nos dias atuais, apontando sempre como foco principal a questão da participação das pessoas comuns nas discussões e decisões políticas, para caracterizar a dimensão participativa na democracia nesses períodos. Antes, entretanto, é importante entender porque a democracia nunca foi adotada pela maioria das sociedades antigas, que preferiram manter os regimes ditatoriais das monarquias do período e só voltou a ser novamente cogitada a partir das revoluções burguesas²⁰, francesa e inglesa, no século XVIII, conforme segue.

O modelo de sistema democrático criado na Grécia Clássica não se difundiu para outros povos e nações num primeiro momento. O modelo de “estado” que continuou prevalecendo na Europa Ocidental no período medieval, foi o da monarquia, que se formou paulatinamente durante os séculos XI e subseqüentes, transformando-se, adotando algumas o regime absolutista, em que todos os direitos e poder de decisão estavam concentrados nas mãos de uma única família, a família real, com título hereditário, sendo o rei, o representante de Deus na terra e componentes da corte.

A democracia ateniense, muito provavelmente, deveria ser vista pelas grandes monarquias do período como excentricidade dos gregos, que era um povo muito voltado para as questões artísticas e culturais, que formava uma sociedade completamente fora dos padrões da antiguidade, que desde então tornava complexa as relações de poder, atribuindo aos membros da sociedade papéis de interlocutores nas instâncias decisórias e com isso subvertendo a noção de subdivisão de poder, que até então era muito simples: de um lado os nobres, com o seu legado “divino” de privilégios, luxo e riquezas e, de outro, os súditos, miseráveis que nasceram com a missão primordial de servir aos nobres.

É preciso se chamar atenção de que a democracia ateniense data do século V a.C e que parte da sociedade da Idade Média só começou a se organizar depois das invasões bárbaras, ou seja, cerca de 15 a 16 séculos depois da democracia ser criada em Atenas. Parte dos

²⁰ O termo burguês na época em que as revoluções francesa - Revolução Francesa - e inglesa - Revolução Industrial - aconteceram, não possuía a conotação pejorativa que possui hoje, visto que o termo burguês é originário de burgo ou cidade, de onde decorre o termo para denominar seus moradores.

medievais europeus não tinha sequer como conhecer a Grécia, por causa das dificuldades de transitar, devido ao longo período de domínio bárbaro.

Somente na modernidade os conceitos de democracia começaram a ser resgatados, quando serviram aos interesses dos burgos, como instrumento de enfrentamento do poder absoluto dos monarcas. É verdade que algumas cidades importantes, como as da Península Itálica, a partir dos séculos XIV e XV não havia rei, mas famílias poderosas como os Médici, os Sforza, os Visconti, etc. Mas essa não era uma regra.

O discurso dos burgueses, para realizarem as suas revoluções se baseava no humanismo, iniciado no Renascimento, no valor individual das pessoas e na importância da liberdade e autonomia delas, o que culminou no conceito de cidadão/cidadania, depois da influência dos teóricos iluministas, que levaram à Revolução Francesa e o aparecimento do liberalismo, que se aproximou muito da noção de participação na democracia ateniense.

3.1.1 - As revoluções burguesas e o resgate da participação democrática

A passagem do absolutismo para um ambiente de direitos dos cidadãos se deu em concomitância com o projeto da modernidade, que foi todo construído sobre a idéia de que o homem deveria ser autônomo, bem como a partir da emancipação dos seres humanos, que estariam evoluindo linearmente para um estágio em que chegaria, teoricamente, ao ideal de homem perfeito. “Até hoje moderno nos recorda o sentido de emancipação da humanidade e dos indivíduos utilizando a ação reflexiva dirigida pela razão e associadas a ideais de liberdade, igualdade, justiça e progresso” (DUPAS, 2003, p. 25).

Para assegurar este processo, o modernismo fez cair o estado absolutista, destituindo o poder hegemônico do rei e a condição de vassalagem dos seus súditos, instaurando o estado de direito que, em tese, garantiria liberdade aos cidadãos através de instâncias que se autofiscalizariam e se autoregulariam: os poderes executivo, legislativo e o judiciário, conforme proposta de Montesquieu, já vista no capítulo anterior. Esse estado deveria ser pautado em uma carta magna, a constituição, cujos direitos de cada cidadão seriam fixados e, em nenhuma hipótese, desrespeitados, sob pena de punição aos que assim o fizessem.

O estado de direito instituiu, portanto, a noção moderna de liberdade, traduzida por Montesquieu, quando observava que “a liberdade é o direito de fazer tudo aquilo que as leis permitem”, e Rousseau, que “afirmava ser liberdade a obediência às leis que nós mesmos prescrevemos” (*apud* DUPAS, 2003, p. 26). Em contraponto a Montesquieu e Rousseau,

Marx achava que a liberdade advinda dos direitos formais do estado moderno não passava de reflexos ideológicos da burguesia ligados à propriedade e à relação de trocas capitalistas.

O fato é que desde então coube ao estado o papel de guardião do bem-estar social e de defensor do interesse público. O estado, portanto, deve, em princípio, sempre privilegiar as questões coletivas, em detrimento das questões privadas; as questões sociais, em detrimento das questões de mercado; as relações de troca simbólica, em detrimento das relações de troca comercial, enfim, o estado nasceu para ser forte na intervenção das questões sociais e eximir-se das questões que envolvam o mercado que, por sua vez, deve ser autônomo e auto-suficiente, não depender do estado para se manter, mas apenas ser regulado, quando necessário, para a garantia do bem estar social e do interesse da maioria dos cidadãos.

Esse é o legado do liberalismo, uma forma de ver o mundo, surgida e muito difundida nos séculos XVIII e XIX e que transformou toda a dinâmica social no período, a partir das propaladas revoluções burguesas, sobretudo, da francesa, que teve maior repercussão, a ponto de inspirar séries de independências de países, especialmente nas Américas. O liberalismo surgiu na sociedade européia, com o desenvolvimento do capitalismo e a consolidação da burguesia. Neste período foi, certamente, um modo progressista de pensar o mundo, pois pretendia a queda do poder absoluto do “príncipe”, do rei ou da rainha, e investia na criação de outras instâncias de poder, como forma de regulação do poder executivo, neste momento representado pelo monarca. A intenção dos liberais, portanto, era a de instituir o estado de direito, o cidadão e o resgate da democracia, na sua forma representativa e o direito de acesso ao poder, como aconteceu com profissionais liberais e comerciantes.

A dinâmica territorial nesse período é intensa, visto que em todo esse processo de transformações políticas, econômicas e sociais, as relações de poder e a organização do território também foram completamente transformados, através das independências e formação das nações modernas. Nos Reinos, a organização e a ocupação dos solos eram significativamente diferenciados da nova organização e ocupação das cidades burguesas. A ocupação dos espaços pelo cidadão passou a ser um direito e o sistema o privilegiava.

A idéia era defender o indivíduo, pois se acreditava que ele era a célula principal de constituição da sociedade e, portanto, deveria ter liberdade total, em todas as suas dimensões, fosse política, econômica e/ou social. A lógica burguesa contrariava a idéia de que o cidadão não poderia ser dono de nada e somente o rei podia tudo. A partir das revoluções burguesas, o cidadão passou a ser livre para, em tese, fazer, produzir ou comercializar o que quisesse.

A partir de então, não era mais o estado que regulava tudo. O mercado teria a capacidade de se autoregular e Adam Smith surgia com o discurso da “mão invisível”, para

fortalecer a noção de que o mercado não precisava que nada e nem ninguém interferisse. Ele passou a ser o seu próprio regulador. Para que esse sistema possa funcionar é necessário que haja a livre concorrência, sem padrões, nem preços definidos. Quem deve dar, em princípio, os parâmetros é a concorrência, o mercado, e não o estado (FILGUEIRAS, 1997).

No plano internacional, as nações teriam liberdade de negociar livremente com o país que quisessem, dentro das suas próprias normas. O liberalismo surgido no Ocidente, entretanto, não significou o fim da intervenção econômica do estado, nem a sua neutralidade, mas tão somente o fim do estado absolutista.

Os princípios do liberalismo são de que o indivíduo é a referência maior e a sociedade é vista como a soma desses indivíduos. Uma das características preponderantes do capitalismo e dos ideais liberais é a crença de que a desigualdade é um valor positivo, pois, na construção de uma sociedade democrática, não se pode prescindir da liberdade e da vitalidade da concorrência. O discurso liberal é o de que se todos fossem iguais, não haveria motivação para crescer e o indivíduo se acomodaria. Essa noção, se pensada através de uma perspectiva mais crítica, pode indicar uma proposição subliminar de que o estado não precisa desenvolver políticas que procurem diminuir as desigualdades sociais, pois isso desestimularia as pessoas a crescerem por si mesmas.

Cabe observar que nos ideais liberais, os princípios democráticos são defendidos, mas descaracterizados. Qualquer tipo de ação coletiva é vista como corporativa e contrária ao interesse geral, o que desvirtua as premissas democráticas de poder atribuído ao povo. A lógica liberal busca extinguir qualquer força que una indivíduos, organize-os em classe e os incentive a reivindicar seus direitos, visto que a idéia que se difunde é a da grande complexidade que o mundo contemporâneo está imerso e, portanto, não cabem mais pensamentos macros, que pretendam dar conta do todo, mas vários pensamentos, cada um ao seu tempo e espaço, para dar conta das partes que lhes são atribuídas.

Neste ínterim, a democracia voltou como um regime interessante, pois pressupunha a participação dos indivíduos e da sociedade, exatamente o que propunham as revoluções burguesas. O modelo adotado pelas sociedades ocidentais contemporâneas, entretanto, não foi o mesmo de Atenas. Adequou-se o sistema aos interesses do projeto da modernidade e se criou a democracia representativa em que, como se viu anteriormente, a dimensão participativa é diminuída, mas, ao menos, se garante alguma participação dos cidadãos. Aliás, o termo cidadão ganhou força exatamente neste período da história, em que as revoluções burguesas trouxeram à tona a noção de participação cidadã e exercício da cidadania. Por isso mesmo, conforme afirmou Souza (2001, p. 13), “desde 1789 até a primeira década do século

XX, o capitalismo burguês se implantou praticamente sem que nenhuma força social mais importante a ele se opusesse”.

A modernidade, portanto, ao mesmo tempo em que instaurava o estado burguês e destituía algumas grandes monarquias absolutistas do Ocidente, garantia a difusão do conceito da democracia e retomava a dimensão participativa nos processos decisórios do estado, mesmo que em um nível inicial muito baixo. Ao instituir a democracia, como modelo paradigmático de sistema de governo, abriu-se um espaço para futuras conquistas da sociedade ocidental, no que tange a sua participação mais ampla nas instâncias de interlocução e, conseqüentemente, de decisão do estado.

É certo que a espacialidade e os aspectos territoriais dos ambientes representativos de poder no estado burguês continuaram por se estabelecer nessa nova configuração, uma vez que, conforme já pontuado, as ações do homem são indissociáveis do território. Não há como separar a ação humana da relação direta ou indireta do tempo e do espaço em que ela é executada. Mesmo que a tecnologia possa reproduzir esta ação indiscriminadamente, ela foi pensada e elaborada pelo homem influenciado por todos os aspectos que envolvem o seu ambiente de convivência social que, por sua vez, está baseado em um espaço territorial.

Entender a relação entre território e instância de poder no estado burguês, portanto, torna-se essencial para a compreensão da temática central deste trabalho, visto que a partir dessa relação poder-se-á provar que a dimensão participativa da democracia nunca se desassociou da questão territorial, ou seja, a participação democrática, desde a sua origem, passando pelas suas diversas variações históricas, até o momento contemporâneo, sempre necessitou do território para acontecer, conforme segue.

a) Relação entre territórios e representação de poder no estado burguês

As instâncias do estado abrangem três poderes: o poder executivo, o poder legislativo e o poder judiciário. E se distribui também três níveis administrativos, que estão relacionadas com as escalas territoriais: a federal, a estadual e a municipal. Cada escala territorial, o governo federal e o estadual possuem no seu sistema os três poderes, enquanto o municipal só abarca o executivo e o legislativo. Os três poderes, por sua vez, se relacionam constantemente, entre si e com os três níveis de poder administrativos, individualmente ou em conjunto, formando uma teia altamente complexa e com diferentes níveis de relações, conforme pode ser visto na Gráfico 1.

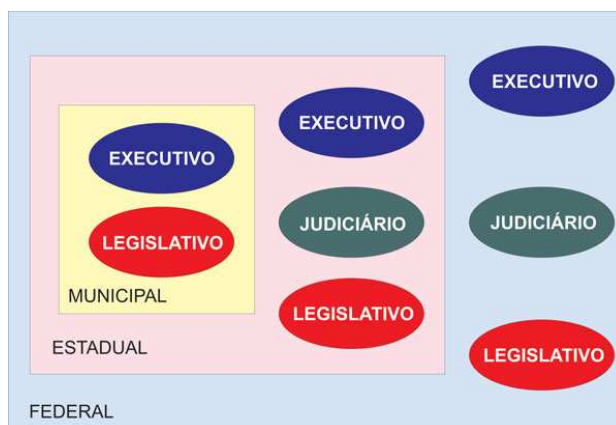


Gráfico 1. Representação gráfica das relações estabelecidas pelos poderes do estado nos níveis territoriais federal, estadual e municipal do Estado.

Fonte: Márcia Carvalhal, 2009.

Numa primeira reflexão é possível constatar que a atuação do estado, em qualquer um dos três poderes, seja no executivo, legislativo ou judiciário, necessariamente, se dará em um dos níveis da escala territorial, seja municipal, estadual ou federal, não podendo esta relação sequer existir se não estiver diretamente relacionada com o território, independentemente do seu nível na escala territorial ou do poder.

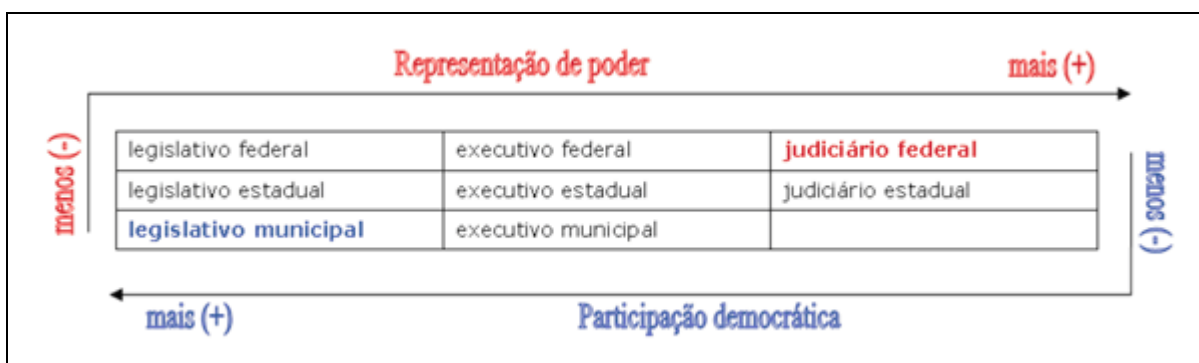
Isso corresponde à afirmação de que toda a representação de poder, estabelecida nos poderes executivo, legislativo e judiciário está, de certo modo, inserida no contexto territorial e por isso mesmo sujeito as suas dinâmicas e influências diretas ou indiretas. Corresponde também ao entendimento de que o exercício autônomo dos três poderes deve se dar em cada uma das escalas territoriais individualmente, mas interdependentes, visto que ao mudar a escala territorial muda-se também as relações dos envolvidos com o território.

A participação democrática se efetiva na escala territorial mais próxima da ação cidadã, que seria a escala municipal que, por sua vez, é a que possui menos autonomia na escala de poder. Neste sentido, as representações de poder e a participação cidadã nessa forma de governo, são inversamente proporcionais, pois na medida em que se sobe na escala territorial, se perde em participação e, conseqüentemente, em autonomia do cidadão. Por outro lado, na escala territorial que o cidadão possui mais autonomia é exatamente a escala de menor representação de poder.

O mesmo processo de desproporcionalidade acontece quando se pensa a relação da participação democrática nos três poderes. Numa escala de representação de poder ascendente ficariam: legislativo, executivo e judiciário, respectivamente. Exatamente no âmbito que se tem o maior acesso a participação democrática, o legislativo, é que se encontra o menor poder. E no que não se tem praticamente nenhum nível de participação, que é o judiciário, é

também o que possui maior representação de poder, pois se caracteriza como instância máxima de decisão neste modelo de estado tripartite, que geralmente é modelo das repúblicas democráticas, como a brasileira, que está se tomando nesta análise como objeto.

Neste sentido, o modelo de governo democrático contemporâneo, em nada favorece a participação democrática efetiva que pode influenciar nas decisões dos representantes, conforme se pode constatar na Quadro 3. Nota-se que o âmbito do poder e a escala territorial que, em tese, proporcionariam a maior participação democrática, que seria o poder legislativo do município, é o que tem menos representação de poder. Da mesma forma que o âmbito governamental e escala territorial que proporcionam menor participação democrática, que é o judiciário federal, é o que mais tem representação de poder. É importante se chamar atenção, para que não haja má interpretação desta análise, que não se trata do acesso aos guichês de atendimento das instâncias jurídicas discriminadas, mas a intervenção do cidadão, através da dimensão democrática participativa, nas decisões desses poderes. Ou seja, na influência que o cidadão pode exercer junto a essas instâncias de poder.



Quadro 3. Relação entre representação de poder e participação democrática no estado burguês.
Fonte: Márcia Carvalhal, 2009.

Se, por um lado, o modelo brasileiro não favorece a participação democrática, por outro, centraliza as decisões nas mãos dos representantes em ambientes restritos, o que se entende como mais adequados à realidade dos grandes centros urbanos que começam a surgir no período contemporâneo. No ambiente da *urbis*, o espaço público de debates se torna inviável de se estabelecer, sobretudo, pelos limites físico-espaciais. Por isso, estes passam a se limitar aos espaços restritos das câmaras, assembleias e congressos nacionais e somente para aqueles que possuem a investidura do poder de representar os demais habitantes.

b) Democracia representativa: solução para os limites físicos impostos pelos espaços de participação

O contexto de criação da democracia ateniense, que deu sentido à palavra, é o da Antiguidade grega clássica, em que o número de pessoas na *urbis* era bastante limitado e o seu nível de complexidade, se comparado ao das cidades contemporâneas, insignificante. Já no contexto das cidades atuais, um espaço público que pressuponha dar conta de uma participação direta da população nas decisões do estado, parece muito difícil de acontecer, por uma série de razões complexas, mas também por uma fundamental e muito simples: o limite físico-espacial.

A solução encontrada nos centros urbanos, para adaptar o modelo de democracia participativa às novas necessidades, foi criar uma variação do sistema, desenvolvendo o conceito de democracia representativa que, apesar de dar conta das demandas espaciais, e de representação de poder que surgem no período, diminuem, em muito, a dimensão participativa na democracia, uma vez que reduz significativamente o poder de influência do cidadão nas instâncias de decisão.

O novo modelo de democracia representativa, criada em alguns países da Europa no período moderno, permitiu a participação de um número maior de pessoas já no primeiro momento e, ao chegar ao período contemporâneo, estendeu-a a praticamente todos os cidadãos. Esse ganho quantitativo, entretanto, não significou ampliação efetiva do processo de participação democrática, pois, nessa forma de democracia, o cidadão tem a sua participação limitada à indicação de alguém que o representará nos parlamentos, câmaras ou assembleias. Em resumo, a participação popular se restringe a eleger uma pessoa ou um grupo como seus representantes, que serão capazes de decidir por ele, de forma legítima, nas instâncias de poder estabelecidas.

Mas, a componente que traria as maiores implicações à participação democrática ainda não se tratou até aqui. No final do século XIX, com o surgimento das grandes cidades, a vulgarização da imprensa e, posteriormente, a tecnologia militar de radiofrequência, possibilitou o surgimento e o aumento do que hoje se conhece como meios de comunicação de massa que, segundo vários estudiosos do período, sobretudo, os componentes da Escola de Chicago²¹, surgiram para exercer o controle e organização social das cidades, local onde pessoas de culturas e idiosincrasias diversas tinham que conviver e dividir pacificamente o mesmo espaço.

²¹ A Escola de Chicago surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, formada por membros do corpo docente do Departamento de Sociologia, da Universidade de Chicago. Entre 1915 e 1940, a Escola de Chicago produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas sobre os fenômenos sociais, que ocorriam no meio urbano da grande cidade norte-americana. Com o seu surgimento inaugurou-se um novo campo de pesquisa que levaria à constituição da chamada sociologia urbana como ramo de estudos especializados.

c) Surgimento do “quarto poder” e as suas implicações na dimensão participativa da democracia

Essa função social, de controle e organização social das cidades, atribuída aos meios de comunicação de massa pelos estudiosos da Escola de Chicago, não foi o que se constatou como sua função principal ao longo da história. Desde o final do século XIX, e por quase todo o século XX, os meios de comunicação de massa exerceram um forte poder sobre o cidadão e neste período teve como principal função dar visibilidade e/ou silenciar discursos e pessoas. Sobre isso Cohn (1987, p. 242) observou que:

uma vez que os meios de comunicação são financiados pelos grandes interesses econômicos, gerados no sistema econômico-social vigente, eles contribuem para a manutenção desse sistema. [...] Na medida em que os meios de comunicação têm exercido uma influência sobre os seus públicos, este fato deve-se não apenas ao que é expresso, mas sobretudo ao que não é expresso nem dito de forma explícita.

Essa função de dar visibilidade e/ou silenciar setores da sociedade sempre fez parte do modelo massivo dos meios de comunicação, duramente criticado pelos autores da Escola de Frankfurt²², desde a sua popularização no final do século XIX. O principal deles, Adorno (1987), desenvolveu o conceito de “indústria cultural”, em que insinuava que os meios de comunicação de massa, ao estandarizarem os seus produtos, submetiam a audiência à completa idiotização, alienando-a e controlando-a a partir de mecanismos específicos de controle e dominação, como é o caso da criação dos gêneros televisivos.

Neste sentido, para os autores da Escola Crítica da Sociedade, – como ficou conhecida a Escola de Frankfurt –, os meios de comunicação de massa, sobretudo o rádio, o cinema e a televisão, por serem na contemporaneidade os maiores transmissores de informação e imagem, transformaram-se no centro das atenções e das investidas da classe dominante: das elites políticas e econômicas. Essas elites, através da ideologia, no sentido marxista do termo, buscaram promover a alienação das massas, ou seja, o desconhecimento do seu verdadeiro poder enquanto maioria quantitativa e a sua capacidade de mobilização para transformações sociais, artísticas e culturais.

Por essa ótica, constata-se que os meios de comunicação de massa estão, estrategicamente, a serviço do capitalismo. E, com isso, pressupõe-se que estes meios não

²² A Escola de Frankfurt é nome dado a um grupo de filósofos e cientistas sociais de tendências marxistas que se encontram no final da década de 1920. A Escola de Frankfurt se associou diretamente à chamada Teoria Crítica da Sociedade. Deve-se à Escola de Frankfurt a criação de conceitos como *indústria cultural* e *cultura de massa*.

estarão disponíveis, por exemplo, para as manifestações sociais e reivindicativas realizadas pelos movimentos sociais ou grupos de mobilização por causas sociais.

Ao contrário disso, conforme Wolf (1987, p. 68), a mídia contribui para a alienação e o conformismo social. E para ilustrar o autor e cita uma questão trazida por Lazarsfeld e Merton, (1948, *apud* WOLF, 1987, p. 68):

Desde o momento em que são sustentados pelas grandes empresas inseridas no atual sistema econômico e social, os meios de comunicação de massa contribuem para a manutenção desse sistema [...]; De fato, não só continuam a apoiar o *status quo* como também, e na mesma medida, deixam de levantar as questões essenciais quanto a estrutura social [...] Os meios de comunicação comercializados ignoram os objetivos sociais quando esses objetivos se chocam com o lucro econômico [...] Ao ignorar sistematicamente os aspectos controversos da sociedade, a pressão econômica incita ao conformismo.

Perspectivas muito menos “apocalípticas” e muito mais “integradas”²³, entretanto, têm levado a mídia a abrir novas possibilidades, sobretudo nas questões voltadas à disseminação da idéia de solidariedade, através da sua programação, principalmente da teledramaturgia. As novelas brasileiras, por exemplo, têm trazido, sistematicamente, temas de interesse público para dentro das suas narrativas.

Pode-se analisar esta tendência ao crescimento de aberturas dos espaços midiáticos para as questões de cunho sociais, a partir da idéia de que a sociedade sempre busca a racionalização dos processos de comunicação para uma maior eficiência nas suas relações. Segundo Cohn (1987, p. 113), “uma das tarefas de uma sociedade racionalmente organizada consiste em descobrir e controlar quaisquer fatores que intervenham na eficiência da comunicação”.

É relevante trazer, para complementar essa discussão, o contraponto criado por Barbero (1997, p. 107), que relativiza as questões referentes à ideologia dominante e a hegemonia, ao comentar as lições do seu contemporâneo Canclini dizia:

[...] nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência [...] nem tudo que vem “de cima” são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são as de dominação.

Nessa citação, Barbero não estava se referindo especificamente aos meios de comunicação, mas buscava uma discussão mais profunda sobre ideologia dominante e hegemonia cultural. Contudo, essas noções remetem a reflexões importantes, além de

²³ Trocadilho, entre os termos apocalípticos e integrados, utilizado por Humberto Eco, nos anos 1980, para designar os autores mais críticos e os que acreditavam em possibilidades positivas a partir dos meios de comunicação de massa, respectivamente.

produzirem uma via dialética para a abordagem da discussão. Mas, ressalte-se que não desconstrói a ideia de que a sua função primordial é a de controle.

Apesar das mídias de massa parecerem estar inseridas numa lógica um tanto quanto questionável, do ponto de vista ético, as suas funções de controle e dominação são coerentes, pois a estrutura tecnológica dos meios de comunicação de massa é consonante com a lógica da organização social da sociedade do período capitalista, centralizadora e acumuladora de recursos para fins de poder.

É característico dos meios de comunicação de massa só permitir a comunicação vertical, em fluxo contínuo, que parte do pólo de emissão – restrito aos veículos de comunicação –, para o pólo de recepção amplo, constituído de todos os usuários desses meios. Ainda assim, esses meios são o principal instrumento de acesso dos cidadãos à realidade, que constroem a realidade continuamente, que constroem a existência pública das coisas, dos seres, das pessoas, das instituições. Daí vem o poder imenso que a mídia tradicional tinha, e ainda tem em certa medida, na vida das pessoas, porque ela concentra sozinha esse poder de dar visibilidade e, ao mesmo tempo, de fazê-las silenciar, de acordo com as suas conveniências.

Por causa desse poder midiático, que se chega a comparar com os poderes constituídos, quando se chama as mídias de “quarto poder”, a luta política do mundo no século XX era uma luta que se dava em dois patamares conjugados. De um lado, era pela existência social e depois porque se constituiu em uma luta pela interpretação da realidade. Um exemplo disso é o Movimento dos Sem Terra (MST). A primeira luta que o movimento teve que enfrentar foi pela sua existência social no Brasil. Se a mídia ignorasse o movimento era como se ele não existisse e essa seria a primeira derrota do movimento. Se ele simplesmente não existisse publicamente, ele não seria falado, não seria referenciado. Essa primeira luta, o MST venceu.

A segunda luta era pela interpretação da realidade de modo favorável ao movimento pela maioria da sociedade, o que passa necessariamente pela forma como era interpretado e transmitido pela mídia. Todo movimento político, ou social, na verdade disputa interpretação da realidade. Exemplo: os conservadores interpretam o MST como um movimento violento, que invade as terras alheias, que vai contra o direito de propriedade, etc. Essa é, em geral, a interpretação das classes dominantes, dos grandes proprietários de terra, dos latifundiários. Por outro lado, o discurso do movimento é outro. Querem justiça social, reforma agrária, que a desigualdade social acabe no Brasil, etc. É essa a segunda disputa que se dá em torno dos movimentos e das suas ações. Essa luta o MST ainda não venceu completamente, pois, uma

parcela significativa da mídia e da sociedade brasileira, ainda o percebe de forma negativa e não como uma alternativa para se fazer justiça social.

Ao se falar aqui de luta política, de visibilidade, de silenciamento, de interpretação da realidade e de disputa de interpretação da realidade, se está falando de componentes que são vitais para a luta da democracia no mundo contemporâneo, uma vez que só se pode afirmar que se vive uma democracia quando se tem pluralidade de interpretações da realidade. Sobre isso, Rubin (2010) comenta, na sua palestra no FSM Témático Bahia: “se eu só tenho uma versão da realidade, não tenho disputa de interpretações distintas sobre a realidade, não posso dizer que vivo uma democracia”. Para o palestrante, os vários sujeitos políticos têm que ter possibilidade de tornar visíveis as suas interpretações, suas opiniões, suas visões da realidade. “É isso que faz a democracia”, afirmou.

Esses mecanismos de visibilidade e silenciamento da mídia se concentraram em dois planos: no plano tecnológico e no plano da organização social dessas tecnologias. No primeiro, se restringiu ao pólo de emissão e se deixou o pólo de recepção cada vez mais amplo. Esse é o modelo tecnológico dos jornais impressos, do rádio, da televisão, e de todos os meios de comunicação de massa. Já o segundo, apóia-se nessa concentração do pólo de emissão, para construir a sua organização social também concentradora.

Não há possibilidade de existência de democracia na sociedade sem haver democratização da mídia. Essa é uma condição *sine qua non* para se falar em democracia. A mídia é fundamental em todo processo democrático, em toda a luta e disputa políticas, em toda e qualquer possibilidade de pluralismo de opiniões e de interpretações da realidade.

3.2 - A DIMENSÃO PARTICIPATIVA DA DEMOCRACIA NA PÓS-MODERNIDADE

O que no passado, até o século XIX, significou um grande avanço, pois se tratava da destituição de um modelo absolutista e instituição de um estado de direito, conforme se viu, o liberalismo tornou-se, em sua versão da “pós-modernidade”, algo bastante questionável, uma vez que os ideais de fortalecimento da dimensão do mercado, baseado na diminuição do poder do estado, já não seria mais o modelo adequado para o momento atual.

O neoliberalismo, – ou o novo liberalismo –, propõe que o estado só deve fazer uso do seu grande aparato para a manutenção do funcionamento do mercado, quando for para socorrê-lo. Isso porque o estado é o único que tem força suficiente para reverter uma crise no mercado, o que sugere que os neoliberais, ao contrário do que se imagina, não só admitem,

como desejam, que o estado seja forte, mas apenas para garantir a supremacia do mercado e do capital globalizado da sociedade, ou seja, o estado pode ser forte desde que ele seja essencialmente neoliberal.

Sobre essa questão, Soares (2002) dizia que, para o capital, o ideal é que o estado seja forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. Ezequiel (2004, p. 6) acrescentou que o mercado só quer ficar com as benesses desse processo, transferindo o ônus para o estado, quando “reconhece a incapacidade atual do Estado em enfrentar sozinho os problemas sociais, mas não deixa de afirmar que a responsabilidade pela gestão de políticas e programas de erradicação da pobreza é, sem dúvida, competência do Estado”.

Essa ideia de tentar convencer a sociedade de que o estado é incompetente para estabelecer uma ordem pública, que dê conta do bem-estar social, e das questões de interesse público, pode ser percebida como uma estratégia das elites para a manutenção do *status quo*. Mestriner (2001, p. 22) lembrou que essa noção instituiu o “mercado como instância de mediação societária. As teses de ‘Estado mínimo’ e da dimensão sociocomunitária da ‘terceira via’ predominam e provocam o descarte do Estado estruturado como Estado social de provisão coletiva”.

Fernandes (1994, p. 95) trouxe uma importante contribuição para essa discussão quando afirmou que “serviços públicos dispersos pelas micro-iniciativas cidadãs não têm como prosperar se não interagirem positivamente com as macro-intervenções públicas agenciadas pelo Estado”. Mestriner (2001, p. 24), mais ainda, quando observou que “ampliar a participação da sociedade civil não significa desobrigar o Estado e esvaziá-lo das suas competências, mas antes permitir-lhe maior alcance, maior diversidade de atenções, com efetividade e equidade na execução dos seus serviços”.

Em consonância com Mestriner, Teodósio (2005, p. 3) observou que “as mesmas organizações não-governamentais que se propõem a defender interesses das comunidades são aquelas que hierarquizam e organizam a ‘massa’, filtrando a vontade popular através das lentes de um aparato organizacional”. Ezequiel (2004, p. 8) acrescentou que “substituir ou suprir a ação estatal por um conjunto de intervenções paralelas e sobrepostas, pontuais e fragmentadas pode significar um risco social maior do que o esperado”, pois, segundo Soares (2002), a sociedade atual caiu no reino do ‘minimalismo’, onde pequenas soluções *ad hoc* são mostradas como grandes exemplos pelo governo e pela mídia.

Todas essas questões dão indícios de que uma das estratégias utilizadas pelos neoliberais para alcançar o seu objetivo maior é a de passar para a sociedade a idéia de que o mundo contemporâneo é muito complexo e que, a cada dia, se torna mais complexo ainda.

Superdimensionam as questões culturais, valorizam as questões específicas das comunidades mais longínquas, dentre outras táticas, para dar uma idéia de que as necessidades básicas dos seres humanos são muito específicas, a depender do local em que eles se encontrem e que, em algumas situações, de um bairro para outro as necessidades básicas humanas já são completamente diferentes.

Essa noção de complexidade exacerbada é somada à idéia de que o estado é muito grande, não tem como intervir nas questões sociais “complexas” que cada localidade tem, já que essas questões estão envoltas por uma série de circunstâncias culturais e, portanto, não há como ele agir no cerne, pois não conhece profundamente os problemas específicos de cada comunidade. De fato, cada comunidade tem necessidades e problemas específicos, disso ninguém discorda. Contudo, essas questões, em geral, para começar não estão relacionadas às necessidades básicas do ser humano e, por serem muito específicas, podem não ser consideradas de interesse público, – se analisar num sentido mais amplo – e, nesse caso, não compete ao estado intervir para sua resolução. Ao estado compete a intervenção para a solução dos problemas e necessidades básicas da sociedade, tais quais a saúde, alimentação, moradia, educação, dentre outras.

Ora, Maslow, Freud, McGregor e outros autores, que estudaram com profundidade essa questão, há muito já provaram que as necessidades básicas do ser humano são as mesmas, independentemente do local do planeta onde esse ser se encontre e em qual cultura ele esteja inserido. Nesse caso em específico não importam as questões culturais, pois o homem sempre sentirá fome, sede, frio e outras necessidades fisiológicas, da mesma forma que sentirá um imenso desejo de ser amado, acolhido e aceito pelos seus pares. Para saciar essas necessidades, as ações também serão as mesmas. Eles precisam ter o que comer, o que beber, onde morar, o que vestir; ser livres para constituir as suas relações afetivas e ter garantido o seu direito fundamental de ir e vir.

É importante se chamar atenção, aqui, que não se está relegando à segundo plano a subjetividade humana e muito menos a complexa noção de cultura, que por sua vez remete a uma também complexa rede de necessidades específicas que movem o homem em busca da felicidade. Concordar-se-á, inclusive, com Castoriadis (1999) que, ao estudar em profundidade a questão do imaginário social, do magma irreprimível do qual surgem as significações que o social-histórico, toma como sendo centrais de cada época e lugar e que não podem ser explicadas pela lógica funcional, conjuntista-identitária, porque escapam às mesmas, evidencia que as "fomes humanas" não podem ser reduzidas ao sexo e comida, ou seja, às necessidades básicas.

Borges (2005), ao citar Marcuse e Certeau, lembrou que os homens têm “fome de beleza”, e questionava se a beleza, isto é, a vida cultural, a arte *latu sensu*, o lúdico, o onírico, o imaginário, não se diversificavam a partir dos saberes locais, das necessidades específicas e plurais de cada cultura, ou melhor, de cada "comunidade"? Entende-se que sim, mas o que está se tentando mostrar é que as “fomes humanas” das quais Castoriadis (1999) falou e a “beleza” que Marcuse e Certeau evidenciaram, estão em uma discussão mais ampla sobre o tema e são muito pertinentes nesse âmbito, mas não são aplicáveis à especificidade do recorte analisado, pois todas essas “necessidades” estão em um nível muito acima daquelas consideradas *básicas* pelos autores citados para fundamentar a crítica aqui realizada.

Tomar-se-á Maslow (1934 *apud* CESCA e CESCA, 2000, p. 40) para uma rápida reflexão:

O homem tem cinco necessidades: (1) *fisiológicas*: constituem as básicas de seus desejos, como fome, sede; (2) *segurança*: compreendem o medo do desconhecido, como falta de moradia, receio de perder o que já foi conseguido; (3) *afetivas*: que surgem depois de satisfeitas as anteriores, ou seja, o homem quer ser aceito pelo grupo ao qual pertence, família, seus colegas de trabalho e de lazer; (4) *estima*: após atingir as necessidades efetivas, o homem almeja o prestígio, o *status*, o reconhecimento de todos que o cercam; (5) *realização*: quando o indivíduo está com todos os outros níveis satisfeitos, procura a realização, deseja desenvolver toda a sua especialidade no campo profissional, deseja ser o melhor.

Percebe-se que o homem só ascende para um nível superior quando tem supridas as suas necessidades daquele nível em que se encontrava. Nesse sentido, entende-se que para as “fomes humanas” – no sentido que Castoriadis se referiu – serem sentidas, é preciso que, antes sejam supridas as “fomes” fisiológicas, de segurança e afetivas, “fomes” estas que devem ser de responsabilidade do estado, pois estão em níveis que afetam a dignidade humana.

Em síntese, o que se pretende é dizer que a noção de complexidade é muito importante para se analisar qualquer sociedade contemporânea sob o ponto de vista epistemológico, mas não dá para ser utilizada para minimizar o poder do estado ou menosprezar o seu papel de garantir o bem estar social e a dignidade aos seus cidadãos, visto que isso se alcança com valores comuns a qualquer ser humano, independentemente de sua origem ou cultura. Em outras palavras, acredita-se que a doutrina neoliberal não pode fundamentar seus interesses particulares, específicos e pontuais, em questões epistemológicas como a da complexidade, sobretudo, para subverter a ordem social, utilizando inadequadamente o conceito de responsabilidade social para se apropriar de recursos públicos em benefício privado.

O neoliberalismo, entretanto, faz isso quando cria o fenômeno da falsa setorização da sociedade, que despolitiza e fragmenta a sociedade civil, na medida em que institucionaliza as demandas sociais e as fazem reféns do capital e do estado, retirando toda a autonomia necessária ao processo social das grandes reivindicações e da luta – realizadas pelos atores sociais realmente engajados, como membros de movimentos sociais e lutas populares – por políticas públicas que visam à transformação da realidade social, como é o caso, específico do Brasil.

Ezequiel (2004, p. 7) observou que “a realidade social não se divide em primeiro, segundo e terceiro setores – esse debate setorialista oferece uma discussão sobre o social que entende de forma desarticulada o Estado, o mercado e a sociedade civil” e

[...] essa setorização possibilita, intencionalmente, a despolitização da esfera pública, pois separa os assuntos políticos e os coloca como esfera de atuação do Estado, os assuntos econômicos como esfera de atuação do mercado e os assuntos sociais como exclusividade do Terceiro Setor (MENDONÇA, 2005, p. 10).

O constructo social de setorização apenas fortalece as bases da ideologia neoliberal, que, segundo Filgueiras (1997, p. 12), estabelecia como princípio “que a desigualdade é um valor positivo e imprescindível na constituição de uma sociedade democrática” e que investia todos os seus esforços na redução das competências do Estado e no fortalecimento do mercado, a partir da difusão de idéias como a do estado mínimo, por exemplo.

O fato é que o capitalismo neoliberal conquistou a hegemonia e, hoje, mesmo os países que ainda resistem a ele, como a China e a Coréia do Norte, apesar de manterem o sistema político no regime socialista, para se adaptarem ao sistema hegemônico capitalista, desenvolvem políticas voltadas para a produção e realizam transações comerciais com o resto do mundo, nos moldes capitalistas.

É nesse contexto que características da globalização contemporânea se impõem e permitem que novas dinâmicas territoriais sejam possíveis. Hoje, os territórios estão envoltos e, porque não dizer, engendrados num ambiente que propõe interfaces profundas com as tecnologias digitais que, por sua vez, potencializam, de forma acentuada, o alargamento da dimensão participativa na democracia.

4 - NOVAS PERSPECTIVAS TERRITORIAIS DA DEMOCRACIA NA CONTEMPORANEIDADE

Para abordar as perspectivas contemporâneas de território e democracia é importante pensar que elas fazem parte de uma dinâmica maior, em que também devem ser tangenciadas as noções de representação, apropriação e cidadania, visto que todas elas compõem a mesma dinâmica social, de compartilhamentos, trocas simbólicas, conflitos de interesse e relações de poder (CARVALHAL, 2008).

Buscar-se-á, num primeiro momento, a partir das definições e conceitos de território já utilizados, e a sua relação com a espacialidade, propor o conceito de ciberterritório, baseado na noção de ciberespaço e sua relação com as características atribuídas por diversos autores à territorialidade. A partir do entendimento de que o espaço está para o território assim como o ciberespaço pode estar para o ciberterritório, as discussões se voltarão à compreensão das dimensões democráticas e ao modo de como as novas características do mundo globalizado têm influenciado no processo democrático contemporâneo, resgatando a sua dimensão participativa, perdida desde o fim da democracia original, vista no capítulo anterior.

Do mesmo modo que a relação entre ciberespaço e território permitirá a elaboração do conceito de ciberterritório, a relação entre espaço e democracia possibilitou o desenvolvimento da ideia de que o conceito de ciberterritório dá base ao fenômeno de alargamento da dimensão participativa da democracia na contemporaneidade, assim como na Antiguidade a relação entre democracia e território dava base para a participação do cidadão.

A dimensão participativa da democracia além da sua relação com o território, possui também estreita relação com os processos informacionais e comunicacionais que estão em exercício no contexto social vigente. Esses processos, no momento contemporâneo avançam numa velocidade jamais vista em toda a história da humanidade, quando se vê uma espécie de ruptura nos fluxos de comunicação e nos modelos paradigmáticos de consumo, produção e distribuição da informação, o que leva os analistas do novo cenário a pensarem que a comunicação, neste instante, passa de massiva para pós-massiva.

4.1 - DA COMUNICAÇÃO DE MASSA À COMUNICAÇÃO PÓS-MASSIVA

A ruptura que leva a se pensar na transformação do modelo de fluxo comunicacional dos meios de comunicação de massa para os modelos pós-massivos é proporcionada pelo

advento da liberação do pólo de emissão a todos os participantes do processo comunicativo, que, no paradigma anterior, dos meios de massa, era restrito aos veículos instituídos, como as emissoras de rádio e TV, ou seja, o fluxo era “de um para todos” (LÉVY, 1995) e não permitia o diálogo do veículo com a sua audiência.

Hoje, esse paradigma de “um para todos” foi subvertido, na medida em que se liberou o pólo de emissão e se possibilitou potencialmente todos emitirem informação para todos, não só através de fluxos comunicacionais verticais, mas também horizontais, transversais e circulares. Assim, a realidade contemporânea é totalmente constituída e perpassada por fluxos globais, mas também intensamente perpassados por fluxos regionais, nacionais e locais. Para Rubin (2010), “o que nós chamamos de mundo contemporâneo é exatamente a conjunção desses fluxos”. O autor observou ainda que:

[...] até um tempo atrás o mundo era, em grande medida, aquilo que estava ao nosso entorno. Hoje o mundo é muito mais complicado que isso, porque ele agrega esses conjuntos de fluxos que são totalmente dispares, mas que todos eles se constituem no que chamamos de realidade.

Com base nessas reflexões de Rubin (2010), a realidade de um cidadão brasileiro, por exemplo, pode abranger o que acontece no Haiti, na Ásia, no Sul do Brasil ou no interior da Bahia. Todo esse conjunto de acontecimentos faz parte da sua realidade cotidiana e para se ter acesso a essa realidade, sem dúvida a mídia tradicional, representada pelos jornais, emissoras de rádio e TV, era, e ainda são em grande medida, fundamental.

Hoje, apesar dessas tecnologias concentradoras continuarem em atividade, elas coexistem com as chamadas novas tecnologias da informação e comunicação, também conhecidas como tecnologias informacionais digitais, que possuem imenso potencial de desconcentração, possibilidades de proporcionar muitas vozes e, por isso mesmo, alargar de forma significativa a participação cidadã nos processos democráticos.

O contexto contemporâneo, portanto, reserva à sociedade esse desafio de, por um lado, avançar na apropriação das potencialidades tecnológicas existentes, para a conquista de um nível cada vez maior de emancipação e autonomia, mas também, por outro lado, perceber que essas potencialidades tecnológicas não funcionam por si só, pois não podem ser dissociadas dos laços e das relações sociais e que, para se desenvolver todas as possibilidades desconcentradoras das tecnologias digitais, é preciso que se busque uma organização social que seja compatível com essas possibilidades tecnológicas.

Essa não é uma luta simples, pois envolve o enfrentamento de superestruturas que querem manter essa concentração, que querem manter o grande monopólio capitalista da mídia, porque isso é concentração de poder, e não só poder econômico, mas também poder

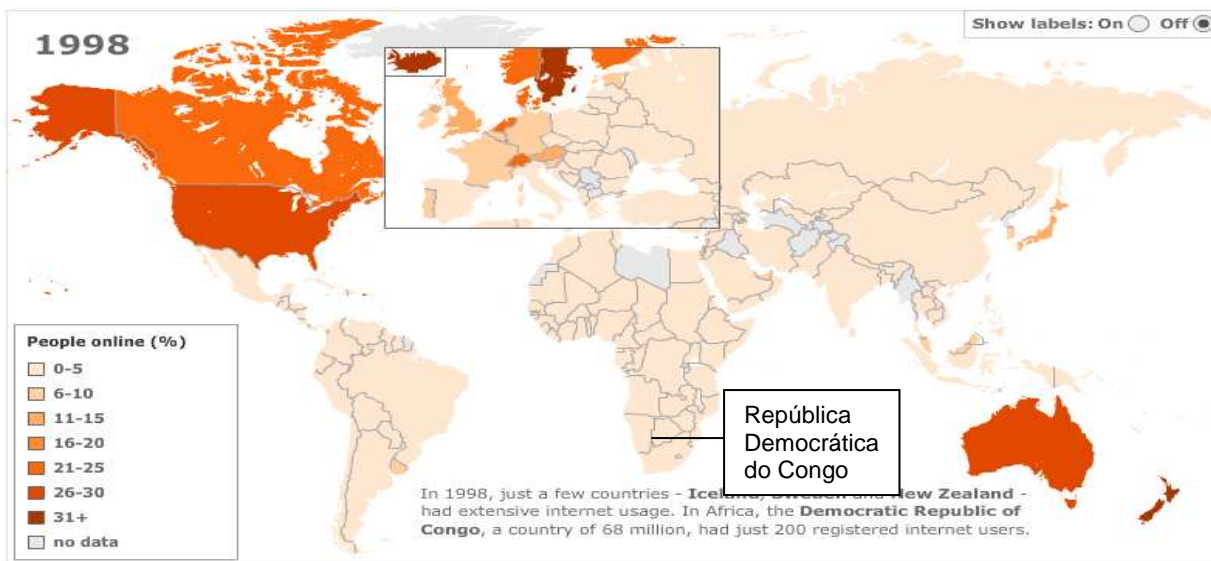
político, ideológico, cultural, tecnológico, portanto, um grande poder de controle social de dominação.

Nada pode assegurar que a potencialidade de desconcentração e de alargamento da participação democrática das tecnologias informacionais digitais será utilizada para garantir esse processo. A tecnologia do rádio, por exemplo, quando surgiu, entre 1887 e 1897, na Alemanha (MICROFONE, 2009), era uma tecnologia que não separava emissão de recepção, os usuários podiam emitir e receber informações ao mesmo tempo, como ainda se encontra no sistema de rádio amador. O capitalismo, entretanto, dissociou esses dois componentes, concentrou a emissão num pólo e difundiu o pólo da recepção para todos. Ou seja, subverteu o poder desconcentrador da tecnologia do rádio e a adaptou ao modelo de organização social concentradora.

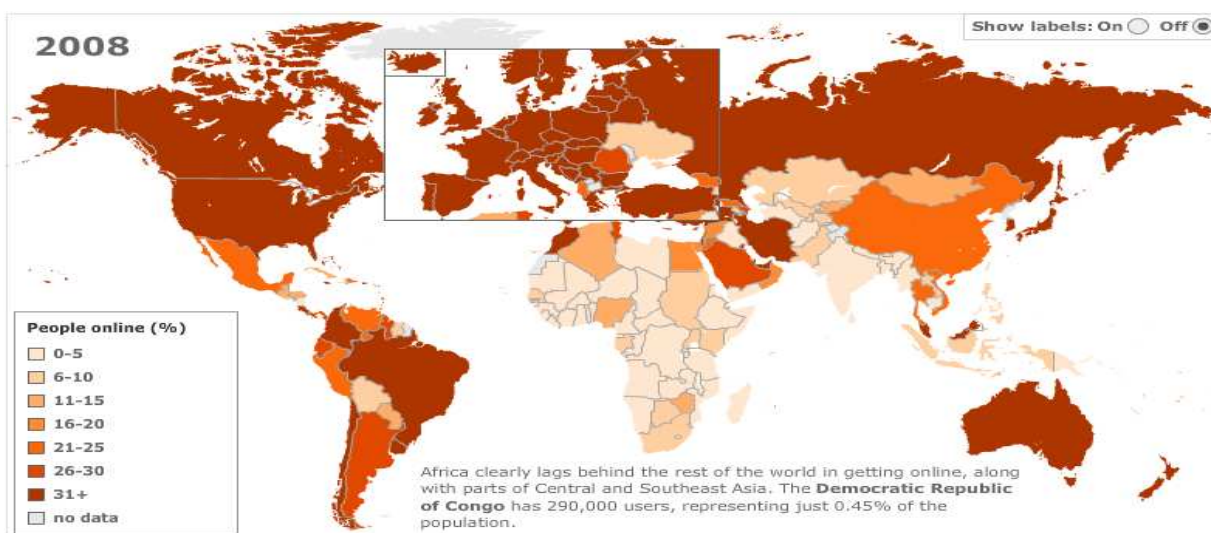
O crescimento de usuários das tecnologias informacionais digitais e a sua apropriação para produção e distribuição de informações autônomas é algo que pode indicar um futuro promissor para a humanidade, visto que a característica descentralizadora das novas mídias, conforme já visto, se encontra numa lógica diferenciada da que vem proporcionando desigualdade, fome e miséria em todo o planeta.

Analisando os Mapas 4 e 5, publicados pela BBC News (2009), que mostram o número de usuários da *Internet*, em 1998 e 2008, respectivamente, pode-se visualizar o crescimento significativo do meio em todo o mundo. O Brasil, por exemplo, que em 1998 tinha apenas 2.5 milhões de usuários da rede, número que representava menos de 2% da sua população atingiu, em 2008, mais de 72 milhões de usuários conectados, o que já representa quase 40% dos seus habitantes.

Um dado que a matéria da BBC News (2009) traz em destaque. nos mapas dos dois anos representados, diz respeito aos usuários da República do Congo. Em 1998, o Congo possuía cerca de 68 milhões de habitantes e só tinha 200 usuários conectados, e em 2008, mesmo com toda a difusão e crescimento do meio em todo o mundo, conforme visto no exemplo do Brasil, o país africano só possuía 290 mil usuários, o que representa apenas 0,45% da sua população. Números como esses comprovam que a questão do acesso ainda é um empecilho para uma maior propagação do uso das redes telemáticas de forma ampla e significativa em alguns lugares do mundo, mas não devem obscurecer as potencialidades do meio para as lutas populares.



Mapa 4. Usuários de Internet no mundo, em 1998.²⁴
Fonte: BBC News, nov, 2009²⁵



Mapa 5. Usuários de Internet no mundo, em 2008.²⁶
Fonte: BBC News, nov, 2009²⁷

É importante notar que em 1998 apenas três países – Nova Zelândia, Suécia e Suíça – possuíam acesso mais generalizado. E mesmo os países, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Islândia, Dinamarca e Holanda, que já tinham um público significativo, ainda estavam longe do acesso pleno alcançado na atualidade. Cada vez mais os continentes

²⁴ Tradução da legenda do Mapa 4: Em 1998, apenas alguns países - Islândia, Suécia e Nova Zelândia - tiveram ampla utilização da *internet*. Na África, a República Democrática do Congo, um país de 78 milhões, tinha apenas 200 usuários registrados *internet*.

²⁵ <http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/8552410.stm>

²⁶ Tradução da legenda do Mapa 5: África claramente está atrás do resto do mundo, ficando em linha, juntamente com as partes da Europa Central e Sudeste da Ásia. A República Democrática do Congo tem 290 mil usuários que representa apenas 0,45% da população.

²⁷ <http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/8552410.stm>

européu, americano e asiático aderiram, de modo massivo, ao advento da *internet*. No ano de 2008, a situação era completamente diferenciada, pois pode-se verificar pelo quadro que mostra que praticamente todo o mundo estava conectado a *internet*, com exceção da Índia e de cerca de 90% do continente africano (Mapas 4 e 5).

A conexão quase generalizada, encontrada no mundo ocidental, permite afirmar que o uso dos espaços territoriais para o exercício da participação democrática começa a tomar novas formas, na medida em que se verifica que os territórios informacionais passam a ser um importante espaço de luta e participação populares, conforme se discutirá a seguir.

4.2 DO ESPAÇO AO CIBERESPAÇO: DEMOCRACIA NOS ESPAÇOS VIRTUAIS

O momento atual propõe novas possibilidades para a transcendência das questões limitadoras da participação democrática, quando potencializada pelo seu contexto tecnológico torna possível a quebra das barreiras, não apenas geográficas, mas também sociais, para o estabelecimento de interações cada vez mais generalizadas, independentemente do *status* e da localização dos agentes no espaço social. A planificação do mundo e a possibilidade das interações sociais entre pessoas que se encontram em lugares diferentes do planeta permitem uma ampliação significativa do conceito de esfera pública, pois na contemporaneidade a possibilidade de participação transcende o contexto da ágora grega ou de qualquer outra limitação social ou físico-espacial. Na atualidade ela é virtualmente ilimitada na condição de espaço público de discussão e formação da opinião pública.

E ainda que não constitua uma instância com poder de decisão, o ciberespaço tem a possibilidade de “empoderar” o cidadão comum e de lhe proporcionar certo instrumental necessário para poder ter influência significativa no processo de decisão nas instâncias de poder legalmente instituídas. Nesta dimensão, todo cidadão, independente da sua classe social, ou de qualquer outra característica pessoal está, potencialmente, em condições de igualdade com os demais. Cada um se constitui em apenas um ponto em uma rede planetária, hoje responsável por grande parte da circulação da produção cultural e do conhecimento do senso comum e/ou científico em todo o mundo (CARVALHAL, 2008).

O ciberespaço abriga uma série de projetos contraditórios, que agregam interesses diversos, a partir de temas analisados por vários pontos de vistas. Isso se dá pela competência desse ambiente para o desenvolvimento de novas formas de cooperação e de construção de saberes, a partir da criação compartilhada.

O universo da cibercultura, diferentemente do universo dos meios de comunicação de massa, não possibilitam a legitimação de interpretações e projetos de atores soberanos. Primeiro porque se torna impossível o domínio de todo o conjunto de técnicas e saberes que nele estão contidos, pelo fato desses fatores estarem sendo atualizados, simultaneamente, todos os dias, dos mais inesperados locais do mundo. Segundo porque o devir da cibercultura não permite controle, pois contém atores, projetos e interpretações em constantes conflitos (LÉVY, 1995). E, enquanto existir possibilidades técnicas de abordagens tão diferentes veiculados por grupos também diversos haverá, segundo Lévy (1995), lutas de poder e a necessidade de acordos entre eles.

No ciberespaço não há lugar para o principal componente midiático: o sensacionalismo. Por outro lado, existem possibilidades que não são convenientes ao horário nobre da televisão, como as leituras de temas obscuros das elites políticas e econômicas, por exemplo. Como a realidade do ciberespaço não possui os componentes que interessam à mídia, fala-se então dos problemas do ambiente, dos crimes virtuais, do ciberterrorismo, do cibersexo, etc.

Mas, sem dúvida, a principal fobia da mídia tradicional, em relação ao ciberespaço, é saber que existe a possibilidade de outras versões, inclusive com fotos, vídeos e documentos comprobatórios, dos fatos divulgados por ela e essas notícias tomarem grandes proporções, sem que tenham de passar pelo crivo de nenhum editor ou jornalista responsável. O ciberespaço incentiva a participação da coletividade na busca da construção de uma inteligência coletiva²⁸ que possa contribuir com a formação da opinião pública a partir dela.

Para Kumar (1997, p. 26), o ambiente tecnológico atual, que se chama de sociedade da informação, promove naturalmente a democracia, uma vez que

[...] difunde informação por toda a sociedade, o que tornaria as pessoas mais alertas e cultas. A informação é a “nova moeda do poder”. Ao contrário do dinheiro e da terra em épocas anteriores, ela é amplamente distribuída. “Nenhum ditador pode sobreviver por muito tempo em uma sociedade comunicativa, uma vez que os fluxos de informação, não poderão ser controlados a partir do centro”.

Para saber o que significa e o que representa a *world wide web* – conhecida como *www* – é só acessá-la. Quando qualquer pessoa utiliza a *internet* comercial já está acessando a *www* automaticamente, pois, ela é responsável pela interface gráfica da *web*. Lá estão todos os pontos de vista, inclusive o dos seus maiores críticos, que potencialmente usam o próprio

²⁸ Inteligência coletiva, segundo Levy (1995), é, basicamente, a partilha de funções cognitivas, como a memória, a percepção e o aprendizado. É um conceito surgido a partir dos seus debates sobre as tecnologias da inteligência, caracterizado por um novo tipo pensamento sustentado por conexões sociais que são viáveis através da utilização das redes abertas de computação da Internet.

objeto da crítica para difundir, de forma eficiente, suas ideias. Nesse espaço verdadeiramente democrático, do ponto de vista da arquitetura de participação, que é concebido em rede, sem concentração do pólo de emissão, são abordados os mais variados temas, desde os ideológicos aos mais técnicos. Há espaço para qualquer tipo de mensagem, inclusive, as negativas. Isso dá ao ciberespaço uma especial percepção caótica e incontrolável dos seus conteúdos, concatenados a partir de contribuições de atores de universos diversificados, construindo uma enorme massa de conhecimento e saberes por meio da inteligência coletiva.

Os espaços públicos de debate fundados no ciberespaço tendem, naturalmente, pela própria arquitetura de participação organizada em rede, a reforçar a dimensão participativa da democracia. Especula-se, inclusive, sobre a possibilidade de que se esteja criando novamente uma espécie de esfera pública para a discussão e a formação de uma opinião pública genuína, que havia sido perdida no contexto das mídias de massa e que agora pode estar novamente emergindo, através das mídias pós-massivas. A grande maioria dos analistas do contexto tecnológico contemporâneo, não se sente segura para afirmar algo dessa natureza, e muitos decidem por rechaçar imediatamente essa possibilidade, afirmando que a ágora grega, – que representaria a dimensão física –, e o ciberespaço, – espaço virtual –, são ambientes com características e diferenças substanciais e que, por isso mesmo, não devem ser comparados.

Uma questão, entretanto, permanece quase consensual: o advento das tecnologias digitais tem favorecido a ampliação da dimensão participativa da democracia. É importante perceber que, agora, sua natureza é híbrida – envolve o físico e o virtual – e nesta última, contando com uma arquitetura de participação permitida a partir dos territórios informacionais e virtuais do ciberespaço. Esses territórios híbridos, aqui chamados de ciberterritórios, são ambientes que possibilitam à sociedade contemporânea engendrar espaços de lutas, por meio de interações estabelecidas, através das redes sociais, nos espaços físicos e pela *internet*.

4.3 - DO TERRITÓRIO AO CIBERTERRITÓRIO: DA ÁGORA À *INTERNET*

Baseadas na idéia de que a dinâmica territorial, independentemente da escala em que está se dando, pode influenciar em todas as outras escalas, novas perspectivas sobre o território começam a surgir na contemporaneidade, não exatamente para se contrapor à importância da noção de territorialidade física nas relações humanas, indicada por Santos (2001), quando pensa processualmente as relações entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo, mas como forma de trazer novas reflexões que possam alargar o conceito,

acrescentando às discussões sobre território elementos significativos relativos às novas dinâmicas territoriais.

Conforme se viu na primeira parte desta dissertação, Raffestin (1993) ampliou, de modo significativo, o conceito de território, quando dizia que ele não se reduz a sua dimensão material ou concreta, mas também se constitui num campo de forças, onde se davam as relações sociais. Silva e Silva (2006) ampliaram mais ainda quando comentaram sobre a complexidade e a dinâmica que os territórios trazem a partir das relações humanas em diversos aspectos e escalas.

Neste sentido, na medida em que as relações sociais começam a se submeter a ambientes virtuais, formados por um contingente de informações em um *locus* dissociado do espaço geográfico e físico, mostra-se que a noção de território e territorialidade, antes só pensada com relação ao material, também pode ser submetida a esses ambientes virtuais, uma vez que está relacionada a um espaço fidedigno de construção de cultura e de estabelecimento de relações humanas, ainda que sem relação direta com espaço geográfico, visto que são espaços de informação, intangível, imaterial e metafísico.

Albagli (2004) corrobora com a complexidade do conceito de território quando faz a distinção entre espaço e território, conforme também já visto anteriormente, observando que a noção de espaço de Agler (1995), que atribuiu ao espaço um nível elevado de abstração, e a idéia de Raffestin (1993), de que o território é o espaço apropriado por atores sociais para o exercício das relações de poder, em suas múltiplas dimensões.

Se o território pode ser pensado enquanto espaços apropriados por atores sociais, para o estabelecimento das suas relações, o ciberespaço poderia também ser pensado como um espaço que abriga essas relações e, portanto, dar base ao conceito de cibertório, não como algo que está em oposição, mas como um conceito complementar ao de território?

O primeiro autor a cunhar o termo ciberespaço, foi Gibson, em 1984, num livro de ficção científica, intitulado *Neuromancer*, premiado em todo o mundo. Para o autor, que não pensou o ciberespaço enquanto pesquisador, mas como ficcionista, este estava em oposição ao território, numa visão simplista e pouco reflexiva sobre esse espaço, enquanto fenômeno sociológico. Gibson definiu ciberespaço como um espaço não-físico, ou territorial, que se compunha de um conjunto de redes de computadores através das quais todas as informações circulavam.

Já o sociólogo Lévy (2002), a partir de um olhar carregado de cientificidade, inseriu as pessoas nesse novo espaço e definiu ciberespaço como um novo meio de comunicação, que surgiu da interconexão mundial dos computadores e não compreendia apenas a infra-estrutura

da comunicação digital em todo o mundo, mas também o universo de informações que ela abrigava, assim como as pessoas que navegavam e alimentavam esse universo.

Lemos (1997, p. 4) inspirou reflexões importantes quando, ao tentar entender melhor o ciberespaço, lhe deu *status* de lugar, quando observou que,

Hoje entendemos o ciberespaço à luz de duas perspectivas: como o lugar onde estamos quando entramos num ambiente virtual (realidade virtual), e como o conjunto de redes de computadores, interligadas ou não, em todo o planeta (BBS, videotextos, Internet...). Estamos caminhando para uma interligação total dessas duas concepções do ciberespaço, pois as redes vão se interligar entre si e, ao mesmo tempo, permitir a interação por mundos virtuais em três dimensões.

A partir dessas reflexões, pode-se inferir que o ciberespaço se constitui num *locus* virtual, originado da junção de tecnologias diferenciadas de telecomunicação e informática e que, em geral, são gerenciadas por computador. Nesse espaço, boa parte da cultura mundial está sendo produzida ou nele circula, bem como é onde se dá boa parte das relações humanas na atualidade.

Este espaço virtual é proporcionado por uma rede física, que segundo Haesbaert (2002, p.132), “pode ser vista tanto como um elemento fundamental constituinte do território, como pode até mesmo se confundir com ele, como na noção de território-rede”, defendida pelo próprio Haesbaert (1994) e Veltz (1996). Haesbaert (2002) afirmou ainda que a estrutura social em rede pode atuar como elemento fortalecedor do território.

Neste sentido, torna-se real a possibilidade de elaboração do conceito de ciberterritório, que diz respeito à formação de um determinado território na intersecção do território físico e o espaço cibernético, proporcionado por uma rede física de dispositivos digitais, em que as relações humanas se estabelecem. É um ambiente virtual, intangível, onde as pessoas e instituições produzem cultura e disseminam informação e conhecimento, a partir de uma grande rede social que se forma, conforme observou Castells (1999a), em escala global, mas com possibilidade de participação e inserção em todas as escalas.

É fato que a condição primordial da existência humana continua sendo indissociável do espaço físico, como constatou Haesbaert (2004) e, ainda que seu espaço de interação seja virtual, os dispositivos mediadores das relações estão espacialmente situados no ambiente físico. Assim, o ciberterritório, apesar de se estabelecer como um conceito, deve ser compreendido como um subconjunto da noção geral de território, e não como uma noção autônoma, que possa sobrepor-se ao conceito tradicional.

No entanto, à medida que o ciberterritório torna-se, na contemporaneidade, cada vez mais importante como meio de transformações sociais, é importante contribuir para o

fortalecimento desta noção. Pode-se contar com as idéias de Park (1987) para entender esta questão. Segundo esse autor, as relações sociais estão conectadas às relações espaciais. As distâncias físicas constituem índices de distâncias sociais. Neste sentido, à medida que o ambiente cibernético possibilita a interconexão de pessoas que estão em diferentes locais do mundo, as relações sociais não mais deixarão de se estabelecer por limitações geográficas e até mesmo por diferenças sociais, visto que a relação do homem com o espaço vem gradativamente mudando e transformando o mundo contemporâneo.

Um exemplo disso são as relações cidadãs, que vêm se transformando significativamente, segundo Lévy (1995, 2002), Castells (1999a), O'Reilly (2005), Bruns (2005), Gilmmor (2007), Cobo e Pardo (2007), dentre outros autores, que trataram sistematicamente do alargamento da participação cidadã no cenário mundial contemporâneo, propondo uma arquitetura de participação democrática ampliada, baseada em maior simetria de poder, potencializada pela multiplicidade de vozes e pela pluralidade de opiniões, fundamentos para um possível ressurgimento da democracia participativa.

4.4 O CIBERTERRITÓRIO, A INTERATIVIDADE E AS INTERFACES DIGITAIS

Ao falar de alargamento da participação do cidadão na democracia contemporânea é necessário, antes de tudo, entender a lógica que está por traz desse fenômeno, desvelando, por exemplo, questões paradigmáticas como a dos padrões comportamentais do consumidor da informação ao longo do processo histórico da humanidade. Lévy (1995) analisou esse processo, através do que ele chamou de pólos do espírito, quando observou a relação do homem com o conhecimento, em três momentos históricos bem distintos, a saber:

- a) pólo da oralidade – nesta fase, os homens ainda não possuíam a técnica do registro escrito e a sua relação com o território era de subsistência. A técnica utilizada para passar o conhecimento de geração em geração era a da repetição oral. Para manter um conhecimento vivo, era preciso repeti-lo constantemente, fazê-lo circular nos espaços de convivência e difundí-lo para o maior número de pessoas possível;
- b) pólo da escrita – fase da técnica do registro escrito. Esta técnica exigiu uma contextualização maior da informação passada, para que ela pudesse ser válida, pois um registro escrito pode atravessar muitas gerações, sem ser modificado, e ser adaptado a outras realidades e contextos territoriais pertinentes a questões relativas à relação tempo-espaço. Além disso, a escrita favorece a estrutura linear. As obras são

desenvolvidas em uma seqüência pré-estabelecida, que se sucede linearmente, uma após a outra;

c) pólo informático mediático – o tempo é real, não há retardo. As informações estão sempre disponíveis, sem que precisem seguir um caminho predeterminado, seja linear ou circular. A verdade é relativizada, pois é possível a cada um interferir no processo comunicativo, somando seu ponto de vista. Além disso, potencializa a interatividade técnica e social. A sua principal característica é a apresentação das informações de forma fragmentada. O processo de comunicação neste pólo se estabelece numa estrutura rizomática, em que as informações estão interconectadas e os atores envolvidos no ato comunicativo formam redes de sociabilidade, disseminando essas informações.

Todas essas ideias, sistematizadas por Lévy (1995), nos levam a concluir que a humanidade está num momento de transição, isto é, na passagem do pólo da escrita para o pólo informático mediático. Não se trata de um processo de transição homogeneizador. Mesmo diante da certeza de que as tecnologias digitais são definitivas, não se pode deixar de constatar, pelo menos em princípio, que os modos analógicos de comunicação e difusão de informação ainda não estão em extinção. As novas tecnologias estão, mais do que se imagina, no senso comum integradas aos modos analógicos, pois a metáfora está na base da constituição dos signos e dos símbolos e, neste sentido, certamente, eles permanecerão (RIBEIRO; CHAMUSCA; CARVALHAL, 2006).

Importa, portanto, neste momento, apenas constatar que na passagem do pólo da escrita ao pólo informático-mediático há duas lógicas conflitantes e em oposição: a lógica do determinismo tecnocrático, ligada ao pólo da escrita, pelo qual se seguem caminhos predeterminados e a lógica da sedução, do desvio, ligada ao pólo informático mediático, pela qual se pode desviar dos percursos tradicionais, seguindo caminhos alternativos. Se na lógica do determinismo tecnocrático o cidadão não era consultado e não podia interferir nos processos de comunicação, na lógica da sedução, do desvio, é exatamente o contrário que se apresenta, pois todas as tendências indicam, como requisito, cada vez mais uma maior participação (CHAMUSCA; CARVALHAL, 2009, p. 130-131).

Segundo Ribeiro, Chamusca e Carvalhal (2006, p. 113),

nos meios de comunicação tradicionais há uma tendência natural das pessoas seguirem caminhos pré-determinados visando o “consumo” de informações, ou seja, elas tendem a seguir a *lógica do determinismo tecnocrático*, na qual há a predominância de estruturas predispostas em formato linear e

seqüencial, promovendo um direcionamento (restritivo) na apreensão das informações.

Quando se fala das tecnologias informacionais digitais, no entanto, tudo parece se tornar diferente, uma vez que o conhecimento produzido nesse ambiente, segundo Ribeiro, Chamusca e Carvalhal (2006, p. 114), “assume o formato do hipertexto que, por sua vez, é construído com base na lógica da sedução, do desvio”. A sua estrutura é essencialmente não-linearizada, não-seqüencial e ramificada, permitindo aos cidadãos escolherem caminhos diferenciados no “consumo” das mesmas informações e, conseqüentemente, tornam-nas diferentes, o que dá indícios de uma cultura interativa que se forma nesses novos ambientes que, por sua vez, dá base ao processo democrático no ciberespaço.

Todas essas grandes transformações, vistas na atualidade, embora pareçam fruto exclusivo das novas técnicas, vários autores da área, como Lévy (1995 e 2002), Lemos (2002) e Castells (1999a) chegaram a uma espécie de consenso de que são fruto de uma dinâmica triádica indissociável da técnica, sociedade e cultura, ou seja, a tecnologia não impacta a sociedade e a cultura, – como se costuma pensar no senso comum –, ela apenas compõe um processo dinâmico em que esses três componentes se relacionam e se auto-regulam.

De fato, a técnica exerce uma forte influência na sociedade contemporânea, mas essa constatação muitas vezes é inebriante, pois a recíproca também é verdadeira, não deve obscurecer a realidade em que a técnica, cultura e sociedade se engendram, especialmente quando se fala das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação, que vêm transformando amplamente a forma de inserção das pessoas no processo sociocomunicativo, mas que não devem, por isso mesmo, polarizar as discussões.

Muito embora as técnicas digitais não sejam o fator preponderante da relação tecnologia-sociedade-cultura são, cada vez mais, constitutivas dos modos de interação e comunicação social, fenômeno que gera processos inclusivos e exclusivos, não apenas do ponto de vista macrossocial, mas termina por estabelecer uma espécie de mal estar entre os atores fundamentais do processo social, já que podem promover o “confronto” desses atores. Ambos são fruto de modelos de socialização diferenciados e também marcados por formas diferenciadas de apreensão da realidade e do conhecimento. Tudo isso termina por estabelecer um ambiente propício para o alargamento da dimensão participativa da democracia, visto que esta pressupõe confronto constante de idéias e visões por pessoas de lugares, culturas e formações diversificadas, através de espaços democráticos – criados e mantidos para esse fim – na rede mundial de computadores.

Através de uma análise mais acurada, percebe-se que toda a discussão que envolve o alargamento da participação democrática do cidadão está centrada essencialmente na noção de interatividade em ciberterritórios. A interatividade, discutida na contemporaneidade, ao contrário do que se pode imaginar, não está apenas relacionada às interações sociais, que são estabelecidas nos ciberterritórios, mas também com interações técnicas através de dispositivos digitais. Estes estão diretamente ligados a territórios físicos.

Assim como, também, se dá em territórios físicos, a relação tradicional estabelecida por alguém que produz a informação – o produtor –, e alguém que consome a informação – o consumidor –, vem sendo transformada gradativamente pelas tecnologias informacionais digitais, processo esse que caracteriza a sociedade da informação, segundo Castells (1999a). A cada dia, os papéis vêm sendo hibridizados nessa relação. O cidadão vem, gradativamente, passando do papel de mero consumidor passivo da informação, daquele que a ouvia e não requeria nenhuma participação no seu conteúdo, para o papel de consumidor ativo e até de produtor de conteúdo, pois agora quer interagir, participar das discussões, modificar o conteúdo das informações produzidas e até produzir e distribuir seus próprios conteúdos.

Para se entender melhor esta questão, pode-se indicar Lemos (2005), que propõe uma subdivisão da interatividade em cinco níveis, em que cada um corresponde ao grau de aprofundamento da interação técnica do indivíduo com um determinado dispositivo, começando do nível zero, no qual a interação é ínfima, indo até o nível quatro, no qual se pode perceber a interação total, via telemática, em que a relação do indivíduo com o conteúdo, que está sendo veiculado, é de intervenção e não mais de contemplação. Seguindo nesse sentido, acredita-se que, ao concretizar uma relação no último nível de interatividade, os papéis do produtor e do consumidor de informação tornam-se híbridos, pois os agentes passam a atuar de maneira dupla no processo.

É neste sentido que a interatividade torna-se o centro de todas as discussões, e quando se pode especular sobre a possibilidade de alargamento da participação cidadã, bem como sobre a apropriação dessas ferramentas pelos movimentos sociais. Esses territórios híbridos de luta, de exercício tentativo da cidadania plena, fortalecem o conceito de ciberdemocracia como uma espécie de deflagrador do processo de resgate da democracia participativa, e até mesmo responsável pelo surgimento de uma nova esfera pública, que possa dar conta de uma opinião pública real e genuína.

4.5 DA DEMOCRACIA À CIBERDEMOCRACIA

Vários setores organizados da sociedade, como alguns movimentos sociais, vislumbram as potencialidades desse ambiente para a prática da participação democrática e se apropriam dos ciberterritórios como campos de luta e de exercício pleno da cidadania. Desse contexto surge o conceito de ciberdemocracia, que está diretamente ligado à questão central deste estudo: o alargamento da dimensão participativa da democracia e a ação efetiva do cidadão através do uso de ciberterritórios. Esse complexo conjunto de fenômenos, surgidos do ambiente tecnológico digital, possui um contexto, também complexo, com características muito específicas, que devem ser analisadas.

Se, antes do advento da cibernética, a democracia viveu a passagem do “governo do povo” para o “governo em nome do povo”, transmutando-se de democracia direta para democracia representativa, agora, com os espaços virtuais de debate e exercício da cidadania, a democracia ganha, em todo o mundo democrático, uma nova qualidade, quando se abre a possibilidade para uma retomada de governos verdadeiramente participativos, que permitam a atuação direta do cidadão através dos ambientes virtuais.

As limitações do contexto democrático ateniense, que permitia apenas a participação daqueles que eram considerados cidadãos, deixando de fora um considerável número de indivíduos, especialmente as mulheres, os escravos e os metecos – estrangeiros ou imigrantes –, já não existem mais no novo ambiente favorável de participação democrática. O contexto tecnológico digital, que potencializa a participação na sua arquitetura, é mais favorecido, pois garante a participação de todos os usuários das tecnologias digitais no processo de discussão e permite a influência, direta e/ou indireta, na tomada de decisões dos representantes legítimos nas instâncias de poder instituídas.

Não foi em vão que, da mesma forma que a mídia tradicional foi considerada por muitos o quarto poder, porque as opiniões dos seus membros exerciam influência direta nas decisões governamentais, as mídias digitais, que dão voz ao cidadão comum, estão sendo consideradas como o “quinto poder”, pois há de fato, poder de influência do cidadão nas instâncias decisórias. O processo tecnológico em curso permite o cidadão comum chegar ao seu representante nas instâncias de decisões de forma efetiva, sem ter que vencer as barreiras físicas impostas pelos tramites burocráticos das casas legislativas e palácios de governo, antes instituídos.

Na ciberdemocracia, o empoderamento do cidadão comum no processo democrático é notório, na medida em que este passa a fazer parte de uma grande rede de relações ao ocupar,

com poder de fala, os ciberterritórios em que se encontram as instâncias de poder instituídas. O processo em curso pode constituir uma revolução silenciosa, sem uso de armas ou convulsões sociais, pois cria a possibilidade real de democratização da informação e, mais do que isso, cria um campo favorável para a propagação da real liberdade de opinião e expressão, uma vez vencidas as questões relacionadas às desigualdades sociais e à pobreza, que ainda impõem a exclusão, de uma boa parte da população do planeta, do acesso a todas essas possibilidades tecnológicas aqui discutidas.

Diante desta constatação, é importante frisar que as reflexões aqui realizadas estão no campo das possibilidades, visto que, muitas vezes, há constatações de que o alargamento da participação democrática, proporcionado pelo advento da ciberdemocracia, na prática, pode não estar sendo plenamente desenvolvido e contemplando todo o conjunto da sociedade. Isso acontece, não por causa das suas potencialidades, mas por outras questões de ordem econômica e social, que não devem polarizar as discussões e impedir que se avance nas reflexões sobre as possibilidades reais de democratização que essas tecnologias propõem a todo o mundo.

Com essa percepção, de que as reflexões sobre a ciberdemocracia não podem parar, analistas do cenário contemporâneo continuam impulsionando com as suas pesquisas e investigações nesse universo, dos ideais e da utopia de que um outro mundo é possível. Friedman (2005, p. 178), por exemplo, afirmou que “nunca antes, na história do mundo, tanta gente – por conta própria – teve a possibilidade de encontrar tantas informações sobre tantas coisas e sobre tantas outras pessoas”. Ribeiro, Chamusca e Carvalhal (2006) observam que, ao mesmo tempo em que revelam novas possibilidades exploratórias de participação, o que aqui se chama de ciberterritórios solicitam do cidadão uma prática diferenciada, haja visto que demandam um engajamento maior na composição dos blocos informacionais a serem absorvidos dentro do vasto leque de opções disponíveis. Mais uma vez, a dinâmica da participação ativa na construção e desenvolvimento dos processos se faz presente.

Aqui a interatividade é o centro de todas as discussões sobre a qual se especula a possibilidade de alargamento da participação do cidadão comum no processo democrático. Além disso, destaca-se a apropriação destas ferramentas pelos movimentos sociais como campo de luta e exercício pleno da cidadania, fortalecendo a cada dia o conceito de ciberdemocracia. Este é visto como deflagrador do processo de resgate da democracia participativa e até do surgimento de uma “nova esfera pública”, que possa dar conta de uma opinião pública real e genuína.

É exatamente neste contexto de oportunidades e adversidades que a sociedade, e a sua dinamicidade característica, vai criando os mecanismos de negação e posituação, que servem como uma espécie de tese e antítese da situação de igualdade *versus* desigualdade, gerada pelo neoliberalismo e pelo contexto tecnológico global aqui analisado. Disto surgem os movimentos sociais populares que lutam por ganhos no bem estar coletivo e reivindicam o direito dos setores mais carentes da sociedade de participarem, não só das riquezas socialmente produzidas, mas também das discussões sobre os rumos da sociedade.

Do amadurecimento dos movimentos sociais é que surge o Fórum Social Mundial (FSM), como uma espécie de catalizador de todas as lutas, todas as causas, todas os discursos e todos os ideais que estejam em contradição com o discurso e as práticas neoliberais, que privilegiam e superestimam as questões econômicas em detrimento das questões de ordem sociais que, em tese, deveriam estar em primeiro lugar, pois se trata do bem estar público e da defesa da vida das pessoas e do planeta que as sustentam.

5 FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E A SUA APROPRIAÇÃO DO CIBERESPAÇO

O Fórum Social Mundial (FSM) é uma instância criada para se discutir as questões e demandas sociais de todos os povos do mundo, em escala planetária. Surgiu no início dos anos 2000, com a intenção de instituir o maior e mais importante movimento do mundo na área social, em contraponto a um evento que vinha acontecendo há vários anos consecutivos e que já tinha a mesma importância para o mundo do capital: o Fórum Econômico de Davos. “Apesar do FSM ter uma temática social, se reflete na economia, em todas as escalas, e o Fórum de Davos não pode deixar de ter um contraponto forte, que minimize a ferocidade do capital” (CRUZ, 2009).

Santos (2005, p. 9) se refere ao FSM como a maior novidade dos últimos duzentos anos no contexto das lutas da humanidade pela emancipação social. Para o autor,

o FSM é um dos pilares do movimento global que, a cerca de 10 anos atrás, começou a questionar a globalização neoliberal, a qual nessa altura emergia como expressão do triunfo histórico do capitalismo com a pretensão de prever o futuro de todas as sociedades do mundo.

O FSM foi o espaço criado pela união dos movimentos sociais e organizações não-governamentais de todo o mundo para simbolizar a não-conformidade de uma significativa parcela da população mundial com o neoliberalismo, que impõe de forma implacável e de forma hegemônica os ideais capitalistas de desigualdade e possibilita a disseminação da exploração e destruição dos recursos naturais, pelo objetivo do acúmulo do capital e poder dos grandes conglomerados empresariais em todo o mundo.

Conforme o próprio nome sugere, o FSM pretende envolver pessoas e instituições de todo o planeta na luta por uma globalização mais humana, que superestime menos o capital e valorize mais as questões sociais dos povos do mundo. Mas, todo o sucesso que vem alcançando, a ponto de Santos (2005, p. 9) afirmar que “depois de 2001, o FSM tornou-se a organização que melhor representa a globalização contra-hegemônica emergente”, não seria possível se o Fórum não se apropriasse nas redes telemáticas proporcionadas pela conjuntura do mundo “pós-moderno”.

Para Lubertkin (2010), um dos membros do comitê organizador internacional do FSM, os participantes do Fórum são atores do processo de discussão da democracia em todo o mundo, e ao chegar aos 10 anos, o movimento deve ser avaliado, pois “não se trata somente de um debate teórico-conceitual, mas de um debate teórico-conceitual e prático do que aconteceu, do que não aconteceu e do que tem que acontecer nos próximos anos no âmbito social em todo o mundo”.

Segundo o mesmo organizador (LUBERTKIN, 2010), avaliar 10 anos de FSM é muito difícil e complexo, visto a amplitude que ações mobilizadoras como essas tomam, muitas vezes, dimensões incontroláveis. É importante se dizer que o FSM impactou fortemente a mídia no início de sua existência e, com isso, conquistou nesse primeiro momento um espaço muito dilatado. As primeiras edições do FSM, entre 2001 e 2005, obtinham muitas páginas de cobertura nos jornais de todo o mundo, veiculação de um grande número de entrevistas, divulgação de ações e de notícias ligadas ao movimento em centenas de emissoras rádios, além de muito espaço na televisão, inclusive, nos países do chamado Primeiro Mundo.

Com a sua continuação, um fórum popular que congrega movimentos sociais de todo o mundo, termina incomodando as elites midiáticas e os seus interesses acabam conflitando com os interesses dos próprios veículos de comunicação, incluídos no processo capitalista selvagem, que o FSM tanto critica. “Hoje, percebe-se que o FSM não tem mais a importância para a mídia global tradicional que tinha até 2005. Os espaços de divulgação são muito reduzidos e os noticiários ignoram quase que totalmente as atividades desenvolvidas nos encontros” (LUBERTKIN, 2010).

Procurando respostas, não apenas externas, mas tentando desenvolver o espírito autocrítico, com relação à perda do espaço midiático, Lubertkin (2010) diz que isso também pode se dar porque muitas questões, em que se criaram expectativas e esperanças durante os primeiros anos de mobilização, não foram concretizadas. Lembre-se que o FSM não tem como se comprometer efetivamente com as mudanças propostas nas discussões que são realizadas e elencadas nas suas declarações. O FSM não é uma instância de decisão, mas de proposição de alternativas para as pessoas, instituições e governantes de todo o mundo. Além disso, como catalizador de praticamente todos os movimentos sociais e grupos de mobilização por causas sociais do planeta, possui muitas vozes, muitas contradições, representadas por milhões de pessoas, instituições e governos.

Mesmo as suas contribuições sendo imensas, como trabalha nas dimensões subjetivas e intangíveis, são muitas vezes imensuráveis. É evidente que a organização internacional consegue mensurar alguns resultados, geralmente aqueles que são mais objetivos e que tiveram encaminhamentos diretos, inclusive, através dos próprios líderes e governantes de várias partes do mundo, que dele participaram. Por outro lado, um movimento autônomo e livre como o FSM não possui capacidade de publicizar todas as suas conquistas, o que pode, de alguma forma, criar uma sensação de que se conquistou menos do que de fato se atingiu na prática.

Mas foi no FSM que se iniciou o movimento mundial da água, o movimento de proposições positivas para a recente crise econômica vivida em todo o mundo, dentre outras grandes lutas que o social tem travado com o econômico que, por sua vez, possui grande força num mundo quase hegemonicamente capitalista, como questões relacionadas com a indústria energética, alimentícia, violência contra a mulher e infantil, nas grandes cidades, etc.

O caráter planetário do FSM seria meramente utópico se não tivesse se apoiado no contexto tecnológico contemporâneo, em que as tecnologias digitais de comunicação e informação estão grandemente disseminadas e permitem que pessoas de todo o planeta se articulem em tempo real e troquem informações multimídias, – textos, sons, vídeos, etc. –, em grande escala.

A importância da nova ambiência tecnológica para o FSM fica patente na entrevista realizada com Galdino (2009), assistente de coordenação do Instituto Paulo Freire, uma das responsáveis pelas inscrições e pelo credenciamento do evento presencial que aconteceu em Belém do Pará, em 2009. Ela diz que as inscrições e o credenciamento para o encontro anual presencial são realizados, quase totalmente, via *internet*.

“Não só as inscrições dos participantes e as atividades que são propostas pelas delegações para a composição do programa do Fórum são feitos através da *Internet*, todo o processo de análise e aprovação do programa, bem como a divulgação das atividades também acontecem através da rede” (GALDINO, 2009).

Ou seja, toda a mobilização para o evento presencial é realizada através dos ciberterritórios.

O FSM tem sido uma espécie de agente internacional que mantém vivas as utopias por um mundo melhor, com mais justiça e desenvolvimento social, questionando o conceito de desenvolvimento difundido pelo capitalismo neoliberal, que entende o desenvolvimento como crescimento econômico e busca se legitimar a partir de índices como o IDH²⁹, que, por sua vez, utiliza metodologias complexas e dispersas para fortalecer a lógica neoliberal no contexto mundial, através de dados estatísticos que “comprovam” a sua eficiência e lhe garante a hegemonia num mundo globalizado.

Deve-se observar que não existe uma definição universal de desenvolvimento. Há os que pensam que crescimento é sinônimo de desenvolvimento e aqueles que acreditam que apesar do crescimento ser condição importante para o desenvolvimento não é suficiente para garanti-lo. Esta última corrente prega que “o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas

²⁹ Índice de Desenvolvimento Humano.

no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas” (SOUZA, 1995, p. 16).

A construção de uma rede social virtual, que utiliza um processo comunicacional conversacional e dialógico como a do FSM, foi beneficiada pela base tecnológica estabelecida pelo conjunto de fenômenos contemporâneos que resultam em um processo de empoderamento os indivíduos comuns, conferindo-lhes capacidade de intervenção em escala mundial e conseqüentemente favorecendo o alargamento da participação democrática.

Segundo Friedman (2005), essa base tecnológica, proporcionada pela reestruturação produtiva e pelo advento da globalização tem tornado o mundo plano, na medida que possibilita as relações sociais, políticas, econômicas e de todas as naturezas acontecerem, independentemente das distâncias geográficas que são impostas às pessoas localizadas em diferentes países. Esse autor (FRIEDMAN, 2005), portanto, também está de acordo com a ideia de que esse processo tem empoderado os indivíduos comuns, conferindo-lhes capacidade de intervenção em escala mundial.

Talvez falar em um mundo plano seja um pouco pretensioso, quando ainda se vive em um planeta de tantas desigualdades de acesso e oportunidades, pois, para as distâncias entre as pessoas se encurtarem, é preciso que lhes sejam oferecidas as oportunidades de acesso às tecnologias, o que ainda não é realidade para uma parcela significativa da humanidade. Para isso acontecer seria preciso irremediavelmente que o modelo de desenvolvimento econômico, discutido por Furtado (1974, p. 19), que regionalizava a produção e fortalecia o desenvolvimento local fosse de fato universalizado e as riquezas do mundo pudessem ser exploradas de forma inteligente em todo o planeta, pois no modelo de industrialização que se estabeleceu, sem responsabilidade pelo capital internacional, se algo dessa natureza acontecesse “a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso”.

Se por um lado, as oportunidades de acesso às tecnologias globais e à inclusão econômica não acontecem para todos, por outro, exatamente por causa desse processo excludente, urge uma leitura criteriosa e sistemática dos fenômenos que estimulam a participação cidadã e o processo democrático, que valorize uma abordagem menos parcial, busque menos qualificar ou polarizar as discussões, que seja menos preocupada em atribuir *status* de bom ou ruim, de certo ou de errado a todas questões – a partir de uma análise dicotômica – e dê mais importância às mediações e a tudo aquilo que está entre a flecha e o alvo, entre a ciência e o senso comum.

Assim sendo, muito além de se investigar o que e como o FSM utiliza as ferramentas tecnológicas para estabelecer suas bases ideológicas e ganhar mentes e corações em todo o mundo, buscou-se entender como os participantes desse movimento que propõem que um outro mundo é possível e agregam vozes tão diversas de todo o mundo estão compreendendo a inserção do movimento nesse contexto e a sua percepção sobre a importância dessas tecnologias para o seu sucesso.

5.1 A *INTERNET* COMO ESPAÇO DE LUTA E CONQUISTAS POLÍTICAS

A *internet* está inserida num contexto muito significativo e representativo para a sociedade contemporânea. Por isso não pode ser pensada como mera ferramenta, primeiro porque as tecnologias não são isentas, como se costuma pensar no senso comum³⁰. Elas estão imbricadas, conforme se viu, em uma complexa relação que envolve a sociedade e a cultura e, independente de qualquer outro aspecto, a sua simples inserção no seio da sociedade, por si só, já a reconfigura, conforme afirmava McLuhan (1967), “o meio é a mensagem”.

Em segundo lugar, porque faz parte de um conjunto de informações que, conforme também já foi visto, coloca em confronto duas lógicas que representam duas formas de ver o mundo: a lógica do determinismo tecnocrático e a lógica da sedução, do desvio, que hoje é sem dúvida, um dos principais pontos de conflito em diversos setores da sociedade contemporânea, pois destitui diversos paradigmas, inclusive, os que dizem respeito às relações de poder, que historicamente sempre tiveram relacionadas ao acúmulo de conhecimento que, por sua vez, estava ligado ao tempo de vida e experiência das pessoas e hoje é comum ver os mais jovens deterem mais conhecimento sistematizado sobre determinados assuntos que os mais velhos, o que cria um ponto de tensão social de grandes proporções.

Contudo, se verificou numa expressiva parcela das entrevistas realizadas, – ainda que tenha se constituído em minoria –, que ainda há no inconsciente coletivo a sensação de que a *internet* é apenas uma ferramenta que pode ser bem aproveitada, desde que utilizada adequadamente. Alves (2009), membro da direção do Movimento dos Sem Terra (MST), por exemplo, confirma essa percepção quando diz que “a *internet* é um instrumento que pode ser utilizado tanto para uma boa política, quanto para uma política de manutenção do *status quo*”.

³⁰ É muito comum se ouvir as pessoas falarem que a tecnologia será boa ou ruim a depender da forma como será usada.

Admite que a *internet* contribui, mas também que “não é um instrumento que possa substituir as outras ferramentas políticas que há”.

Ora, o fato da tecnologia poder ser utilizada de formas diferentes é exatamente o que sustenta a afirmação de que ela não é isenta, mas está imbricada no *modus operandi* da sociedade que a absorve. Certamente ela será o reflexo da dinâmica que deve estabelecer com os valores da sociedade e os seus processos culturais, assim como com o território em suas combinações espaço-temporais, nas diferentes escalas: local, regional, nacional, supra-nacional e global.

O viés de uma tecnologia, portanto, não pode ser vista de forma tão simplista, enquanto uma mera ferramenta que pode ser utilizada para o bem ou para o mau, ao contrário, deve ser analisada como produto do complexo fenômeno que emerge da dinâmica triádica, multifacetada e pluriconcêntrica existente entre tecnologia, sociedade e cultura, conforme se viu no capítulo anterior, bem como dos territórios aos quais pertencem, que expressam um também “dinâmico e complexo conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental” (SILVA e SILVA, 2003, p. 3).

Uma outra questão é recorrente no discurso de uma significativa parcela dos entrevistados, ao falar sobre a *internet*: a sua condição de “virtual” em contraposição ao “real”. Ainda é comum se buscar o antagonismo entre os dois ambientes, quando as proposições mais atuais são, ao contrário disso, de complementaridade, pois a grande tendência é a de se buscar as intersecções entre o real e o virtual e as possibilidades de simbiose. Domingues (1997, p. 26) já percebia essa tendência quando, ao falar de arte contemporânea, observou que “a arte tecnológica está explorando uma outra natureza em que o corpo humano e os sistemas artificiais estão numa estreita simbiose do tecnológico/artificial/natural interfaceado ao físico/real e virtual/digital”.

O conceito de ciberterritório, sistematizado neste trabalho, é um exemplo preciso dessa intersecção que prova que neste contexto, se torna cada vez mais difícil estabelecer o que é real e o que é virtual, pois, nesta discussão, o físico que é sinônimo de real, passa a conter o virtual e vice-versa.

Alves (2009), o militante do MST entrevistado mantém uma postura crítica em relação às tecnologias digitais, o que é sempre recomendável, mas admite a sua importância para o desenvolvimento do movimento social que ajuda a dirigir, quando afirma:

Como instrumento de mobilização, de articulação, a *internet* é eficiente, pois auxilia na comunicação interna, nas relações externas, na relação com a

sociedade, na divulgação das nossas atividades... Para nós do Movimento dos Sem Terra é uma ferramenta imprescindível (ALVES, 2009).

O ex-ministro de Estado e ex-governador da Bahia, Valdir Pires (2010), nivela a importância da *Internet* com a da mídia tradicional, quando diz que “a *internet* é um poderoso instrumento de comunicação e como tal tem participação nas ansiedades e nas esperanças da vida política contemporânea”. Para Pires (2010), “a *internet*, assim como todos os demais meios de comunicação são extremamente importantes para que nós possamos aprofundar a democratização na vida do nosso povo”.

Em sintonia com Pires (2010), o ex-deputado federal e atual secretário de justiça do Estado da Bahia Nelson Pellegrino (2009) afirma categoricamente que a *internet* é um espaço de lutas e conquistas políticas, pois se constitui num espaço para a divulgação de idéias. “A esquerda foi bastante beneficiada com o advento das mídias sociais, porque como não encontra espaço nos veículos convencionais, é através da *internet* que consegue tornar públicos seus pontos de vista, suas ideologias e suas percepções políticas”.

O ex-presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB) e um dos mais importantes líderes do movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais (GLBT) do Brasil, o professor universitário Mott (2010) corrobora as palavras de Pires e Pellegrino e acrescenta que considera a *internet* um espaço sem igual para difusão dos direitos humanos e confessa que “a *internet* tornou o movimento GLBT muito mais abrangente, universal e eficiente”.

Conforme visto até aqui, apesar da visão limitadora de mero instrumento ou de ferramenta de comunicação, é fato que muitos já entendem e esboçam discursos que dão a *internet status* de fenômeno social complexo e passível de aprofundamento teórico, o que, de certo modo, possibilita a concepção que se pretende dar a este ambiente quando se investiga a sua potencialidade enquanto espaço de luta e conquistas políticas e sociais.

O engenheiro elétrico angolano, Bernardo Sobrinho, por exemplo, explicita seu entendimento da importância da *internet* para as lutas sociais, quando afirma que:

A *internet* se constitui num espaço de luta e mobilização política, sim, pois possibilita a aproximação das pessoas, interação, além da criação e desenvolvimento das comunidades, independentemente de sua localização geográfica. A *internet*, por si só, possibilita a distribuição de mensagens, a fruição da informação e criação de vínculos, importantes para o fortalecimento dos movimentos sociais (BERNARDO SOBRINHO, 2009).

A professora doutora, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Barcelar (2010) acrescenta que a *internet* ainda é um instrumento novo, mas que pode ser útil para as lutas sociais. “É um instrumento facilitador na medida em que quebra a distancia física”, observa.

O reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Almeida Filho (2010), também chamou atenção para o fato da *internet* ainda ser pouco conhecida e pouco estudada, mas que, apesar disso, já é uma grande rede de troca de informações. “A *internet* já se trata de um enorme território que tem reflexos no mundo real, que podem transformar o mundo objetivo em que se vive e por isso é tão importante enquanto espaço de conhecimento e de articulação política e social”, observa o Reitor.

As ideias do ex-padre e economista Arruda (2009) complementam os diversos argumentos utilizados até aqui, na medida em que dá um viés político às análises. Ele observa que as tecnologias foram criadas para servir o ser humano, ou seja, para ser um meio de conquistas e ampliação da qualidade de vida das pessoas. Mas, para ele, “à medida que o capitalismo se implantou, a lógica do lucro e da acumulação ilimitada de riqueza material, as tecnologias parecem que se transformaram num fim, no grande gerador de lucros para quem controla e tem a propriedade das tecnologias” (ARRUDA, 2009).

Esse economista não deixa de comentar a importância da apropriação pelos movimentos sociais das tecnologias digitais, para a difusão dos seus ideais de igualdade e justiça social para os povos do mundo. “É preciso repensar a tecnologia como meio e não como fim. O principal objetivo da tecnologia deve ser o de superar o trabalho escravizado ao salário e a mera necessidade de sobreviver” (ARRUDA, 2009).

Para ele,

A medida que se introduz tecnologia na produção de bens e serviços, democratizando os ganhos de produtividade, a gente consegue fazer com que as pessoas dediquem menos tempo, as meras atividades de sobrevivência e possam investir mais tempo para trabalhar o desenvolvimento das dimensões superiores do ser humano, que são realmente humanas (ARRUDA, 2009).

As divergências no campo religioso não foram suficientes para que o pastor evangélico Josenias Conceição (2009) deixasse de se alinhar ao discurso do ex-padre Arruda (2009), concordando que na dimensão humana das tecnologias estão a sua essência. Para o pastor Conceição (2009), no caso específico das tecnologias digitais, o lado humano é valorizado na medida em que elas facilitam a interação entre as pessoas, bem como a circulação da informação de maneira prática e objetiva.

Sobre essa dimensão humana, que pode ser valorizada pelas tecnologias digitais, a professora doutora da Universidade de São Paulo (USP), Saad (2010), observa que isso pode acontecer na medida em que pluralizam as vozes e se estabelecem como um espaço de liberdade de expressão para todos, sem delimitação de classe. Mas também comenta que, para

o viés político, é necessário um esforço de organização desses espaços, exatamente por conta do acesso livre a qualquer um. “Penso que é uma mídia com enorme potencial para o campo político, mas para isso é preciso organização na conduta dos espaços, das áreas/ambientes de agregação de pessoas”.

O comentário de Saad (2010) retoma uma antiga discussão sobre a pouca credibilidade que a *internet* pode ter graças a sua arquitetura de participação, que dá poder de voz a qualquer pessoa que tenha acesso a rede nos processos de discussão da sociedade e, de certa forma, nivela especialistas e leigos, na medida em que dá aos dois o mesmo potencial de intervenções sobre temas centrais da sociedade.

Talvez, por isso, para o estudante universitário, militante do movimento estudantil, Campos (2010), apesar de entender que a *internet* possibilita a constituição de um espaço alternativo, que vai além da "grande mídia" e oferece subsídios para se iniciar e se conduzir grandes lutas, questiona se ela é, de fato, um espaço de conquistas, pois, para ele, não dá pra dizer que ela, por si só, tenha capacidade de realizar conquistas, porque estas vêm através da luta.

Opinião semelhante a do estudante Campos (2010), tem o turismólogo Amaral (2009). “Geralmente, os *sites* são meios de comunicação de militantes para expressar e reivindicar seus ideais, mas as conquistas não são provenientes da *internet*”, diz. A atual deputada federal, e ex-prefeita de São Paulo Luiza Erundina (2010), tem uma opinião que também de aproxima ligeiramente da ideia de Campos e Amaral. Ela diz que a *internet* pode não se constituir, necessariamente, em um espaço de conquistas, “mas é um veículo que possui uma enorme versatilidade, que comporta conteúdos de cunho político”.

Já o senador da República, Inácio Arruda (2010), acredita que a *internet* seja o espaço mais contundente da atualidade para o campo político, “pois criou novas condições para o diálogo de setores que não tinham como fazer com que a sua opinião chegasse para o conjunto da população”. O senador Arruda levanta uma questão muito pertinente ao estudo realizado, quando trata da possibilidade real que a *internet* traz de incluir segmentos antes completamente excluídos do diálogo político sobre as questões de interesse social.

Falas como a do senador Arruda levantam a hipótese de que não deve ter sido por acaso que “o movimento dos movimentos”, como é chamado o FSM, surgiu da conjuntura da sociedade digital, ou seja, dessa sociedade que potencializa as vozes, que antes eram silenciadas pela mídia tradicional e hoje as fazem emergir das bases da pirâmide social, direto para o centro das discussões mundiais sobre os problemas sociais enfrentados pelos povos de todo o planeta.

Por essas e outras questões, opiniões como a do economista M. Barreto (2009) se fortalecem. Ele também acredita na *internet* como campo de luta, no seu caso em específico, pela agilidade que ela permite na comunicação e pelo potencial que tem de promover fóruns de debates de diferentes grupos simultaneamente, o que para ele a torna “um instrumento facilitador no processo de democratização, de conscientização de pensamentos, para ações no campo social, democrático” (M. BARRETO, 2009). Também comunga da sua idéia o professor de economia da Unicamp, Prachedes (2009).

Já o engenheiro químico, e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), E. Sales (2009) vê na *internet* uma ferramenta poderosíssima de integrar pessoas que, segundo ele, “veio para facilitar as nossas vidas. Temos que aproveitar o que há de bom: a rápida comunicação e a ferramenta de mobilização fantástica que não se tinha antigamente”. A professora doutora da Metrocamp/SP, Oliveira (2009), também comenta sobre o poder de aproximação da *internet*. Para ela “a *internet* possibilita a aproximação de pessoas com interesses comuns, além de facilitar o debate e a projeção de questões de interesse público”.

Corroborando com o aspecto, anteriormente levantado pelo senador Arruda (2010), contata-se, no momento atual, em que as tecnologias digitais começam a se popularizar, grupos, antes considerados excluídos, começam a buscar guarida nesse espaço que, conforme já visto, pressupõe ampla participação democrática na sua arquitetura. A militante de um movimento popular, ligado à questão da moradia urbana em Tocantins, Monteiro (2009), por exemplo, diz que a *internet* tem sido utilizada pelos “sem teto” locais, para o debate sobre a moradia, buscando conscientizar a opinião pública do estado do Tocantins sobre essa problemática social, que alcança grandes proporções. “Hoje, nos trabalhamos com o diálogo direto com a Secretaria de Habitação do Estado, através da *internet*”, afirma. Além disso, segundo a militante, “existe uma rede informal na qual as pessoas podem se comunicar, não só com o Estado, mas também com os beneficiários da moradia urbana, reivindicando, sugerindo e tirando dúvidas sobre seus direitos” (MONTEIRO, 2009).

Verifica-se neste exemplo um bom recorte da realidade em que as tecnologias digitais estão permitindo que pessoas comuns participem das discussões democráticas, intervenham no processo decisório no âmbito do poder público e estejam, de fato, atuando com agentes de transformações no campo político e social, como jamais se imaginou antes.

Da mesma forma que a militante de Tocantins, S. Lima (2009), que também faz parte do Movimento de Moradia do Tocantins e é membro integrante do Conselho Municipal de Habitação, acredita na importância da *internet* para a consolidação das lutas que está envolvida. “Hoje, a *internet* se tornou essencial. A gente consegue se comunicar com o

mundo inteiro em poucos segundos. *internet* realmente é essencial”.

Mas, não são só as pessoas que estão, cada vez mais, conscientes das potencialidades do ciberespaço como campo de luta, os partidos políticos também têm usado a *internet* com o objetivo de conquistas políticas e sociais. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), por exemplo, tem uma ampla atuação neste espaço. Mas, o militante Trindade (2009), questiona a atuação da esquerda nesse ambiente. Para ele, “o espaço tem sido melhor aproveitado pela direita brasileira. A esquerda ainda não conseguiu aproveitar de forma organizada as ferramentas da *internet*”, opinião contrária a do Secretário de Justiça do Estado da Bahia, Pellegrino, referida anteriormente, que diz que a esquerda se beneficia muito do espaço porque esta não teria voz nas mídias tradicionais. Apesar de confrontados, os dois discursos não se excluem, pois o fato da esquerda estar potencialmente sendo beneficiada pelas novas mídias, não quer dizer que necessariamente ela as esteja utilizando de forma adequada ou inadequada.

Jochen Fes (2009), diretor da Friedrich Ebert Stiftung (FIORGAN), ONG internacional que visa a conscientização política e social de jovens em todo o mundo, afirma que sem a *internet* certamente não conseguiria realizar o seu trabalho com a mesma qualidade que realiza com ela, pois, trata-se de uma fundação alemã que atua em quase todo o mundo. “São mais de 100 escritórios na África, na Ásia, América Latina e Europa. A comunicação e a troca de informações permitidas pela *internet* é o que viabiliza um trabalho dinâmico e eficiente para a nossa instituição”.

Fes (2009) que, - com o seu trabalho busca a conscientização política da juventude sobre questões relacionadas às minorias raciais, de gênero, etc., mas também com questões de cunho e interesse internacional como energia, clima e comércio internacional -, levanta uma característica muito importante das tecnologias digitais: os seus baixos custos de operação e o seu grande potencial de difusão de informações. Para esse entrevistado, a *internet* é uma excelente mídia alternativa, pois além de ser muito mais barata “é também um ambiente mais livre de propagação de idéias. As mídias tradicionais são bem conservadoras, principalmente aqui no Brasil” (FES, 2009).

De fato, as mídias tradicionais não permitem ao cidadão o “empoderamento” que ele passa a ter ao ingressar na rede e ocupar os ciberterritórios. As novas mídias podem tratar da possibilidade real da democratização da informação e da real liberdade de opinião e expressão, uma vez vencidas as questões relacionadas às desigualdades sociais e à exclusão que estas ainda impõem a uma grande parte da população do planeta.

O economista, e coordenador nacional da Caritas do Brasil³¹, Bercucci (2009) observa que potencialmente a *internet* é um campo de luta e conquistas sociais e vem demonstrando isso. “O acesso público, a capacidade de mobilização [...] É só transpor a barreira do acesso. Quando a sociedade tiver acesso acredito que esse potencial se torna real” (BERCUCCI, 2009). No depoimento do vereador de Sapucaia/PA, que também é professor da rede municipal de ensino, Lacerda (2009), vê-se que a preocupação de Bercucci é pertinente. Dentre outras impressões, ele diz que:

em Sapucaia, o acesso a *internet* é problemático. Melhorou um pouco com a chegada de uma *lan house* na cidade que permite a gente acessar. Mas antes, só se tinha acesso na prefeitura, num esquema muito fechado. Somente “a panela” é que tinha acesso. Não dá pra ser assim, essa coisa (a *internet*) é uma ferramenta que a gente deve poder usar a vontade, grátis, pois favorece a comunicação.

Entretanto, para o sociólogo e membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Alex Capuano (2009), ela já é uma realidade, enquanto campo de luta e conquistas políticas e sociais. Para ele,

a *internet* já está sendo utilizado para esse fim. Desde a constituição da *Web 2.0*, em 2004, você começa a ter uma *internet* que possibilita efetivamente uma contraposição aos meios de comunicação tradicionais, pois possibilita mobilização, organização e até mesmo a formação política das pessoas (CAPUANO, 2009).

Comunga desta mesma idéia a militante do Movimento Negro, do Conselho Nacional de Negros e Negros Cristãos (CNNC-BA), estudante de produção cultural e relações públicas L. Brito (2009). Para ela, os encontros presenciais são difíceis de acontecer e a possibilidade de se encontrar, mesmo os envolvidos estando em lugares diferentes, facilita todo o processo de mobilização. A militante do Movimento Negro e do Movimento *Hip Hop*³², Correia (2009), não só acredita na *internet* como campo de luta e conquistas políticas, como dá o seu depoimento pessoal para fundamentar essa afirmação:

Eu legítimo a minha militância nos movimentos sociais e políticos através da *internet*. O grupo do qual faço parte se propagou mundialmente com uma velocidade admirável diante do pouco tempo que se possui. A *internet* é um espaço crucial para o fortalecimento das questões sociais. Eu sou a prova disso.

³¹ A Cáritas do Brasil é uma instituição da Igreja Católica de atuação social que se encontra em cerca de 200 países e com sede em Roma. É ligada a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Foi criada em 1956 e atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário.

³² O *hip hop* é um movimento cultural, iniciado no final da década de 1970 nos Estados Unidos, como forma de reação aos conflitos sociais e à violência sofrida pelas classes menos favorecidas da sociedade urbana. Como movimento cultural é composto por quatro manifestações artísticas principais: *MCing*, que anima a festa com suas rimas improvisadas, a instrumentação dos *DJs*, a dança do *breakdance* e a pintura do grafite.

O doutorando em Comunicação e Cultura Contemporânea, na Universidade Federal da Bahia, L. Andrade (2009), observa que não se deve subestimar o potencial da *internet* na conjuntura da sociedade contemporânea, pois “o conteúdo que é veiculado nela tem um alto potencial de alcance e difusão”. Ainda avalia que as estruturas disponíveis nos ambientes *on-line* favorecem a criação de fóruns, comunidades, dentro outros espaços disponíveis à coletividade em rede, o que pode ser um facilitador para as articulações políticas e sociais.

O relações-públicas, professor universitário e atual Subsecretário de Educação da cidade de Salvador E. Cruz (2009) diz que, para aqueles que entendem o conceito de política como posicionamento discursivo para o bem estar coletivo, a *internet* deve ser considerada espaço de lutas e conquistas, pois ela constitui importante instrumento de reverberação desses discursos, seja por pessoas ou por organizações que nela se posicionam.

Alinhado ao discurso de E. Cruz (2009), o psicólogo R. Brito (2009) afirma que se a *internet* pode facilitar o acesso à informação e a opiniões, ao debate político, ao engajamento em campanhas eleitorais, ao contato com agentes políticos e candidatos, dentre outras formas de participação política, certamente pode representar um espaço de luta e conquistas políticas.

Essa também é a opinião da jornalista, D. Teixeira (2009), que participa do *Greenpeace* há 4 anos. Ela diz que utiliza a *internet* com esse propósito e que as tecnologias digitais vieram para ampliar as ações de mobilização de organismos como o *Greenpeace*, que atua em escala mundial. Essa ampliação está se dando porque, segundo a vereadora da cidade de Salvador, professora e militante de movimentos populares, Rodrigues (2009), a *internet* vem avançando em diversos setores, como na educação, ciência e tecnologia e, também, como instrumento de inclusão social. Para Rodrigues (2009), esse ambiente é importante porque instiga nas pessoas o caráter colaborativo.

As considerações dessa vereadora de Salvador estão muito próximas da noção de amplitude sobre os efeitos da *Internet* que se pretende neste trabalho, pois ela vai além da idéia do seu uso como instrumento ou ferramenta para algum propósito. Ela compreende a essência do processo como um fenômeno social, que pode suscitar nas pessoas transformações profundas no seu modo de agir e interpretar o mundo, o que, por sua vez, pode ressignificar todo o conjunto de valores de uma sociedade.

Mas, conforme pontuado anteriormente, ainda há um grande número de pessoas que não entende a *internet* como campo de luta, entre os participantes do FSM. Alguns por convicção, outros por ignorância, preconceito ou simplesmente por inobservância de que, segundo a advogada Belfort (2009), “cada dia mais pessoas estão ligadas e conectadas em

todo o planeta, pois as tecnologias digitais tornam as distâncias entre os povos cada vez menores, o que facilita a difusão de pensamentos, ideais e culturas”.

A assistente social, I. Sales (2009), por exemplo, afirma que “a *internet*, na maioria das vezes, apenas atrapalha, pois acaba desvirtuando as coisas e em alguns momentos ela chega a ser nociva”. É uma opinião muito próxima de Keen (2009), autor de um polêmico livro que aponta a *internet* como a celebração do amadorismo, visto que qualquer pessoa, por mais mal informado que seja, pode publicar um *blog*³³, postar um vídeo no *YouTube*³⁴ ou alterar um verbete na *Wikipédia*³⁵. A possibilidade de anonimato da *Web*, segundo Keen (2009), põe em dúvida a confiabilidade da informação no mundo contemporâneo, pois, além de tudo, a *internet* torna a distinção entre especialista e amador cada vez mais difícil.

Sobre isso, o geógrafo da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e professor de Geografia da UCSal, E. Carvalhal (2009), traz um excelente contraponto. Ele afirma que usa muito a *internet* para fins políticos, mas sempre se identifica. “Falo o que penso, digo tudo o que quero. Mas, não como anônimo. Para mim é como se estivesse defronte da pessoa”, afirma. Atitudes como a do professor Carvalhal deve ser vista como desejável e algo que possa se transformar numa espécie de cultura na rede, visto que as críticas ao anonimato parece ser algo muito pertinente.

Não só o anonimato, mas também o uso inadvertido de informações desqualificadas suscitam questionamentos diversos quando está em pauta a *internet* como campo de luta e conquistas políticas. A historiadora goiana Damaceno (2009), por exemplo, desconfia dessa possibilidade. Para ela,

a *internet* é uma faca de dois gumes. Tem os prós e os contras, é muito ampla, mas não tem filtros. Ela pode ser usada como instrumento de mobilização ou para algo negativo. Ultimamente eu estou vendo mais fatores negativos, mais coisas que afastam a luta política, do que coisas que trazem outras boas.

A médica endocrinologista B. Magalhães (2010) dá uma dimensão ainda maior de complexidade, quando acrescenta que “do mesmo jeito que a *internet* pode ser um espaço de livre expressão, pode ser também um espaço de alienação, na medida em que mostra um poder exagerado de fazer com que cada vez mais pessoas a ela se associem”. O geógrafo Fonseca (2010) acrescenta que a *internet* pode ser um campo de luta e conquistas, mas também um objeto de dominação e massificação ideológica.

³³ Uma espécie de diário *on-line* em que as pessoas podem publicar livremente assuntos do seu interesse.

³⁴ O maior site de vídeos do mundo.

³⁵ Enciclopédia aberta para a colaboração de qualquer cidadão comum.

Já o porto-riquenho, Hernandez (2009), apesar de afirmar que acredita na *internet* como campo de luta, para ele deve ser apenas uma coisa a mais, sobretudo, para as atividades a serem realizadas em nível mundial. Além disso, levanta uma crítica muito próxima das demais feitas até aqui por outros entrevistados. Para Hernandez (2009), o problema da *internet* é a dispersão. “É um espaço aberto demais, material em demasia para analisar [...] Os critérios de seleção devem ser muito mais acurados, para saber quando está havendo alguma manifestação interessante”.

Baseado nos mesmos critérios de análise de Damasceno (2009), o mestrando em Ciências Sociais, J. Soares (2009) diz que “a *internet* pode até vir a se constituir num espaço de conquistas políticas, mas isso ainda está no campo das possibilidades, ainda não se pode afirmar que se constitui nesse espaço”, pois também congrega a ideia de que tudo depende da sua utilização. O fotógrafo e locutor da AM Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, Macapá (2009), acrescenta que “depende também de quem usa e não apenas de como é usada”.

É quase unânime a noção de que a *internet* possui, de fato, uma arquitetura de participação mais democrática que a dos demais meios de comunicação existentes e, portanto, é potencialmente um campo de luta e conquistas políticas. Uma questão, entretanto, não foi aprofundada por nenhum dos 113 entrevistados e que, portanto, está praticamente ausente dos discursos, apesar da sua importância: a arquitetura facilitada de participação tem efetivamente gerado mobilização? Por que potencial para isso é quase consensual que o meio possui, mas as pessoas têm se aproveitado dessa arquitetura de participação facilitada para se mobilizar?

O professor de economia da Unicamp, Markhese (2009), frisou um aspecto importante para a discussão deste trabalho. Para ele, a importância da presença física das pessoas, para trocar experiências continua a ser algo imprescindível. Opinião semelhante e bem fundamentada tem a presidente do Comitê Multipartidário de Mulheres de São Paulo, Zeyn (2010), que empreendeu o primeiro programa de WebTV do Brasil. Para ela, a *internet* é sim um campo de luta, mas não substitui a unidade construída no cotidiano de um movimento. “São ferramentas distintas. Quando a unidade do movimento ocupa as praças públicas, as vilas, as ruas, nada substitui”. Zeyn (2010) afirma que “a presença física, o som, o grito de guerra, de combate, só se consegue nas ruas, com a soma das vozes. É assim que a gente conquista os nossos direitos na sociedade”.

Escapou talvez a alguns entrevistados a percepção de que, graças à utilização da *internet* com propósito de luta e conquistas políticas e sociais, grande parte do movimento e dos eventos simultâneos do FSM 2009, por exemplo, foram possíveis, justamente pela falta de

filtros, pela arquitetura de participação e pela ambiência democrática que permeia a rede mundial de computadores, bem como pela grande potencialidade de encurtar distâncias entre pessoas de lugares mais diversos do mundo.

Não há como subestimar a importância das tecnologias digitais, e mais especificamente da *internet*, na realização desta mobilização que se acredita ser uma das mais importantes manifestações do planeta contra a hegemonia neoliberal e que, conforme Santos (2005, p. 13), representa hoje o movimento que “pretende realizar a utopia num mundo desprovido de utopias” e traz no seu discurso central a idéia de que “um outro mundo é possível”, com menos desigualdade e mais justiça social.

5.2 - O CIBERESPAÇO COMO ESFERA PÚBLICA

Os espaços públicos de debate fundados no ciberespaço tendem, naturalmente, pela própria arquitetura de participação organizada em rede, a reforçar a dimensão participativa da democracia. Especula-se, inclusive, sobre a possibilidade de que se esteja criando novamente uma espécie de esfera pública para a discussão e a formação de uma opinião pública genuína, que havia sido perdida no contexto das mídias de massa e que agora pode estar novamente emergindo, através das mídias pós-massivas. A grande maioria dos analistas do contexto tecnológico contemporâneo, não se sente segura para afirmar algo dessa natureza, e muitos decidem por rechaçar imediatamente essa possibilidade, afirmando que a ágora grega e o ciberespaço são ambientes com características e diferenças substanciais e que, por isso mesmo, não devem ser comparados, conforme discutido anteriormente.

Uma questão, entretanto, permanece quase consensual: o advento das tecnologias digitais tem favorecido a ampliação da dimensão participativa da democracia. É importante verificar que, agora, sua perspectiva é híbrida – física e virtual –, com uma arquitetura de participação, montada a partir dos ciberterritórios. Estes por sua vez, são o produto das relações sociais e das vivências dos usuários das tecnologias digitais no espaço híbrido das cidades, ambientes que possibilitam à sociedade contemporânea engendrar espaços de lutas e conquistas físicas, por meio de interações estabelecidas através das redes sociais, no mundo virtual.

Nem todos os participantes do FSM, entretanto, veem o ciberespaço como um espaço possível para a formação de opinião pública genuína e isso acontece por motivos diversos. Alves (2009), da direção do Movimento dos Sem Terra, por exemplo, diz que não crê que a

internet seja um espaço de debate e que ela permita vez e voz aos cidadãos. Para ele o acesso ainda é muito fechado. “Não acho que ela seja tão democrática para os debates, nem deve ser um espaço de grandes articulações. Ainda é limitada”. O próprio Alves (2009), no entanto, contraditoriamente observa que, apesar disso, “quase todos os militantes que conhecemos usam a *internet* como ferramenta de articulação, de mobilização, de atuação nas suas lutas, sobretudo, para divulgar as suas atividades”.

A assistente social I. Sales (2009) acredita que falta credibilidade para o espaço. Ela diz que a *internet* é muito mais um lugar de “bate-papo”, de conversas, do que de debate político. É uma opinião semelhante a de Trindade (2009), militante do PSOL. Para ele, pensar no ciberespaço, como esfera pública, é difícil porque se trata de um espaço desorganizado em demasia, onde as coisas acontecem de forma muito pulverizada. Mas, confessa que é um ambiente democrático, no qual acontece de tudo, no qual a esquerda e a direita podem expressar os seus ideais e até lançar novas idéias. “O problema é que ainda se trata de uma ferramenta da elite e tem sido utilizada para que ela se mantenha no poder”.

Viu-se, em alguns discursos, que a possibilidade de participação verdadeiramente democrática incomoda um pouco os militantes da extrema esquerda, uma vez que se permite o confronto direto das idéias e, para eles, o discurso da direita tem o dom de hipnotizar, encantar, pois oferece, mesmo que apenas falseado, soluções mais fáceis e promete o que não pode cumprir como liberdade e a possibilidade de se destacar socialmente, como fruto do seu trabalho.

Essa visão se fortalece no discurso de S. Lima (2009), do Movimento de Moradia do Centro de São Paulo. Ela diz que o ciberespaço é um campo perigoso, pois, é uma porta, um leque aberto de possibilidades para todo tipo de discurso, inclusive os da alienação. Para a médica B. Magalhães (2010), nesse ambiente o cidadão pode até ter vez, pois a sua participação, em tese, está garantida, mas certamente ele não tem voz. B. Magalhães (2010) diz que “do mesmo jeito que acontece nas outras mídias a sensação que eu tenho é que, poucas pessoas continuam detendo o poder de voz, de líder de opinião, as outras são apenas seguidores”. A médica complementa dizendo que “o mais preocupante é que o discurso de participação e de democracia, muitas vezes pode falsear a idéia de que as pessoas estão tendo voz quando, na realidade, elas estão mudas, sem serem ouvidas por ninguém”.

A empresária de Goiânia, Damaceno (2009), diz que o espaço da *internet* é político. E assim como B. Magalhães (2010), acredita que todo mundo tem vez e até voz, mas não quer dizer que vai ser ouvido. Ela vê muitas limitações para o usuário comum e mais possibilidades para as instituições que, segundo ela, têm mais recursos para tirar proveito do

espaço, instrumentalizando-o para benefício coletivo ou para um propósito mais particular.

A jornalista D. Teixeira (2009), do *Greenpeace* há quatro anos, observa a dificuldade das ações de ciberativismo no Brasil, dada à falta de acesso generalizado. Segundo ela, na periferia de Minas Gerais, por exemplo, a comunidade tem de 2 a 3 computadores com acesso a *internet* apenas. “Por isso a presença física é muito importante. Quando um grupo de voluntários vai às ruas, aproxima mais as pessoas do movimento”. Mas chama atenção, ao dizer que em várias partes do mundo, o *Greenpeace* desenvolve um trabalho muito forte através da *internet*.

Também, baseada na restrição do acesso, a professora de economia Paula Bastos (2009) não entende o ciberespaço como esfera pública na atualidade, pois a falta de acesso generalizado limita o debate político a uma elite privilegiada. De fato, apesar das interações nesses espaços, entre cidadãos geograficamente distantes serem facilitadas e até potencializadas, elas encontram fortes restrições, na medida em que parcela importante da população ainda não possui amplo acesso e as interações dividem-se em espaços específicos, de acordo com as identificações, interesses e posicionamentos dos usuários.

O angolano Bernardo Sobrinho (2009), entretanto, observa que o potencial do ciberespaço para as discussões democráticas não pode ser desprezado, pois, “conserva o princípio de mão dupla e dá uma nova dimensão para a interação humana, uma vez que o vínculo das relações está mais fortalecido por uma espécie de cordão que garante a participação de todos”.

Para Mott (2010), o ciberespaço pode ser encarado como um espaço de discussão porque, cada vez mais, as pessoas estão tendo acesso a todas as facilidades para aprender as técnicas de digitar, de navegar na *internet*, etc. “Meninos de três, quatro anos já estão sabendo, ao menos brincar com o computador e, com o tempo, é fundamental que os pais e professores ultrapassem essa primeira fase do lúdico”. Para Mott (2010), “as crianças precisam ser introduzidas o mais rápido possível na pesquisa *Google*, na prática do *e-mail*, para que, realmente, as próximas gerações tenham pessoas mais hábeis nesse recurso maravilhoso”.

A fala desse professor (MOTT, 2010) é importante para a reflexão, que a restrição, que ainda existe de acesso, na atualidade, não seja utilizada como desculpa para não se avançar nos estudos e pesquisas da arquitetura de participação do ciberespaço e das suas potencialidades, enquanto espaço de fidedigno de discussões políticas e sociais. A democratização do acesso a todas as pessoas deve, inclusive, ser pauta das discussões dos que já possuem acesso, pois, uma vez vencida essa limitação, muitas possibilidades reais de

transformações sociais podem emergir desse espaço, desde que o sentimento e a ideia de mobilização seja algo que vá além do discurso e possa ser efetivado na prática dos movimentos populares de luta política e social em todo o mundo.

Nessa linha de pensamento está o economista M. Barreto (2009), que entende a Mott como um instrumento público para a democratização do debate político. Para ele, o fato da *internet* ser um espaço aberto, de livre acesso e participação, permite a adesão das pessoas de uma forma bastante fácil às causas sociais, o que lhe confere *status* de instrumento público. E. Sales, engenheiro químico e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), enfatiza a profusão de *softwares* que estimulam a participação e interação das pessoas no ciberespaço. Ele cita a existência de programas que permitem as videoconferências em tempo real, envolvendo pessoas de diferentes lugares do mundo.

Faltou-lhe observar que as interações sociais, realizadas no ciberespaço, já estão em nível muito mais avançado do que as simples videoconferências. A troca de experiências virtuais, promovidas pelas tecnologias informacionais digitais na atualidade, e certamente assim o será cada vez mais, já podem ser estabelecidas em nível de realidade virtual, ou seja, de simulação real de pessoas num determinado espaço físico, não lhe faltando quase nada para ser comparada com um encontro presencial. Nesse caso, as sensações e emoções humanas podem, nas simulações de realidade virtual, serem sentidas no corpo físico, de forma semelhante como se estivesse presencialmente no local simulado. Não se trata de conversar com alguém através de uma tela de computador, mas ter a pessoa materializada através de uma imagem holográfica, poder ver a pessoa sentada ao seu lado e conversar com ela face-a-face, faltando apenas o toque físico, para ser comparada com um encontro presencial.

Por todos esses avanços tecnológicos e pelas possibilidades de interação social que o ciberespaço vem disponibilizando, para Bercucci (2009), já citado, este já se constitui potencialmente como esfera pública. O igualmente citado mestrando em Ciências Sociais, J. Soares (2009), entretanto, vai além quando afirma que o ciberespaço não só tem potencialidade para isso, como já vem sendo utilizado como esfera pública. Não deixa de observar que ainda existem algumas barreiras a serem vencidas para que se aproveite todo o seu potencial como espaço de debate político, como a questão do acesso que, por sua vez, envolve uma educação mínima e alfabetização, não apenas digital, mas formal. “Um ambiente tão democrático como espaço político, exige que as pessoas tenham uma educação política para poder melhor usufruir desse espaço”.

O sociólogo e militante da CUT, Guedes (2009), também acredita que o ciberespaço pode se tornar uma esfera pública, no sentido habermasiano, mas isso exige esforço. “As

instituições terão que ter uma atenção maior com essas questões. A nossa instituição, por exemplo, está procurando dar formação digital aos dirigentes sindicais”. A professora T. Barcelar (2010) também acredita que o ciberespaço tem potencial para o debate público. Segundo ela, até maior do que as pessoas imaginam hoje, mas afirma que ainda é preciso regulamentação, para que possa se legitimar.

Diante da falta de regulamentação, a cautela para não se incorrer em falhas éticas ou legais graves, ao usar o espaço, torna-se imprescindível, pois muitas vezes pode-se criar uma expectativa de conquista inexistente, fazendo as pessoas acreditarem que possuem a voz que de fato não possuem. Além disso, conforme afirma a doutora em Letras, M. Andrade (2009), “tudo também vai depender do domínio do ‘código’ digital para que se tire o melhor do ambiente”. O código cobrado é o conjunto de conhecimentos específicos para o manuseio dos artefatos digitais e o entendimento da ambiência tecnológica digital, que alguns autores identificam como alfabetização digital. De fato, o nível de alfabetização digital de um usuário pode determinar o sucesso de suas ações nesse ambiente, pois ele possui especificidades e características bem distintas dos ambientes analógicos.

O secretário de justiça da Bahia Nelson Pellegrino (2009) diz acreditar que na *internet* os cidadãos têm mais liberdade, mas não necessariamente vez e voz, porque em determinados sítios os espaços para opinião são moderados, o que significa que nem tudo o que é escrito é publicado. Mas, de certa forma, é um ambiente que ajuda a socializar mais informações, opiniões e conceitos, o que é bastante favorável à democracia. Além disso, cabe acrescentar, que a possibilidade de livre opinião e expressão, ainda que ela não seja publicada, pode influenciar nas decisões de quem filtrou e, conseqüentemente, de quem está direta ou indiretamente ligado ao processo do filtro. Exemplo: um eleitor envia um comentário sugerindo uma determinada ação do secretário Pellegrino. A sua assessoria resolve não publicar o comentário no seu sítio, para não gerar expectativa desnecessária, antes da operacionalização da ação. O conteúdo da mensagem, entretanto, independentemente de ter sido publicado ou não, pode influenciar na decisão que o secretário vai tomar em relação ao que foi sugerido pelo eleitor.

Esse exemplo, permite o entendimento de que o alargamento da dimensão participativa, potencializado pelo ambiente tecnológico digital, mesmo quando é utilizado de modo a preservar as estruturas de poder e não permitir a livre difusão das ideias, só pelo fato de permitir o acesso direto – ou indireto – do cidadão comum às instâncias de poder instituídas, pode influenciar as decisões políticas tomadas em todas as escalas territoriais, sejam elas locais, regionais, nacionais ou global.

O professor doutor, o Geógrafo S. Silva (2009) levanta uma importante questão, para aqui se discutir, quando observa que o espaço tem realmente muita potencialidade para o debate democrático, visto que “há regimes totalitários que buscam controlar o acesso e a divulgação de informações das pessoas, mas encontram muita dificuldade para fazê-lo”. É importante acrescentar à fala do professor S. Silva que não se conhece nenhum governo que tenha conseguido fazer isso com total sucesso, nem mesmo os da China ou Cuba, pois os usuários sempre encontraram “brechas” para “burlar” o controle e se comunicar livremente.

Para tentar explicar porque isso acontece, a partir de uma linguagem acessível para leigos em informática, será necessário descrever como é estruturada a rede mundial de computadores. Em cada país existe um “super computador” que se interliga aos outros “super computadores” dos outros países. Todos os outros computadores existentes em um determinado país estão, direta ou indiretamente, interligados a esse “super computador” do seu país. Isso quer dizer que todo o fluxo informacional dos computadores brasileiros, por exemplo, passa, necessariamente, pelo “super computador”, controlado pelo governo brasileiro, que interliga o Brasil ao resto do mundo.

Neste sentido, se o governo brasileiro desejar, por exemplo, que a partir de determinado momento nenhuma mensagem que possua a palavra “Brasil” saia do território, ele assim pode fazê-lo, simplesmente programando o “super computador” brasileiro, que interliga a rede nacional ao resto do mundo, para que ele bloqueie todas as mensagens de *e-mail* ou páginas de sítios, *blogs* e redes sociais, que contenham a palavra em questão. Se isso não for algo anunciado publicamente, muito provavelmente, nunca se descobrirá que aconteceu. Baseados nessa pretensa situação de controle absoluto, os governos autoritários buscam estabelecer filtros e controlar o fluxo informacional do seu país com o resto do mundo. Mas, há uma máxima *hacker*³⁶ que diz que não há sistema inviolável. Todo sistema foi criado por homens e haverá sempre outros homens que descobrirão qual foi o padrão de segurança criado e, conseqüentemente, a partir do seu entendimento lógico, poderá quebrá-lo.

Para que um país realmente impeça, com garantia de sucesso, que as pessoas do seu território se comuniquem com o resto do mundo, na conjuntura atual, só desligando o “super computador” que interliga os demais computadores à rede mundial de computadores e, com isso, automaticamente o governo também se desligue totalmente do resto do mundo. Lembrando que a rede de telefonia hoje é interligada a esse mesmo sistema e uma ação dessa

³⁶ Usuários com conhecimentos avançados dos sistemas informáticos, que usam o seu conhecimento para garantir a expressão e circulação de informação gratuitamente na *internet*.

natureza impossibilitaria também o acesso telefônico, além do sinal de TV e rádio transmitidos através de satélites, que também passam pelo processo digital. Portanto, o controle absoluto é tecnicamente possível, mas completamente inviável do ponto de vista prático na conjuntura do mundo atual.

Partindo desse princípio, entende-se que a arquitetura de participação democrática, que conforme visto, favorece o livre acesso às informações e, mais do que isso, a possibilidade efetiva de produção e distribuição de conteúdo por qualquer cidadão, muito dificilmente será desconstituída, o que garante ao ciberespaço *status* de espaço de discussão com um alto nível de potencialidade de participação e engajamento popular e, portanto, o “lugar” de se estabelecer a ciberdemocracia, que representa, em última análise, a vez e a voz do cidadão contemporâneo no processo democrático.

Essa conjuntura favorável, portanto, faz com que cada vez mais pessoas percebam esse viés democrático do ciberespaço, como é o caso da médica Magnavita (2010), que o entende como um espaço de debate público realmente democrático, pois nele está intrínseca a noção de liberdade de expressão. Pode-se complementar dizendo que a liberdade de expressão e os mecanismos possíveis de manifestação no ciberespaço viabilizam e potencializam a voz de qualquer pessoa ou organização que deseje reverberar suas opiniões. Contudo, deve-se levar em conta a necessidade da ampliação da inclusão digital, para que se possibilite o acesso da maior parte da população ao processo. Além disso, deve-se observar que há pessoas que expressam suas opiniões nesses espaços sem responsabilidade com aquilo que disseminam.

A jornalista Ferreira (2009) faz uma observação muito pertinente à discussão quando afirma que, do ponto de vista habermasiano, o ciberespaço não se constitui em uma esfera pública de debate, porque não atende aos parâmetros descritos por Habermas na sua teoria sobre o tema, mas de um ponto de vista mais amplo, de fato, pode ser visto dessa maneira, observando que os espaços criados pela *internet* estão em expansão e estudo por outros autores.

O camelô e militante do PT C. Conceição (2009) afirma que somente através desses espaços as opiniões e anseios de pessoas simples como ele podem chegar até as autoridades do país. É nesse instante, diante de uma fala como a de C. Conceição (2009) é que se começa a questionar se realmente o cidadão comum não passa a um novo patamar em termos de representatividade nesse novo espaço, visto que aí entra uma questão simbólica, de quebra de barreiras não apenas geográficas, mas sociais, quando, por exemplo, o camelô C. Conceição consegue fazer a sua reclamação chegar ao presidente da república. É claro que não se pode garantir que o presidente vá ler a mensagem de C. Conceição, devido à possibilidade do

anonimato, já tratado aqui, que os ambiente virtuais proporcionam. Contudo, só em existir a possibilidade disso acontecer já pode se considerar um avanço.

Diante de todas as opiniões e argumentos aqui expostos, de pessoas de diferentes segmentos da sociedade, nota-se uma grande variedade de visões e variáveis de análise quanto à possibilidade de entendimento do ciberespaço como espaço de discussão política para transformações sociais. Há, entretanto, uma questão quase consensual: mais do que esfera de debate, o ciberespaço é o lugar que potencializa significativamente a noção de rede, quando interliga milhões de pessoas de todo o planeta, através de dispositivos digitais de acesso, e propicia a quebra absoluta das barreiras que antes distanciavam essas pessoas, sejam geográficas, culturais, sociais, relacionadas com as línguas, etc.

5.3 TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS DIGITAIS POTENCIALIZANDO A EXPRESSÃO DAS MINORIAS

Capra (2008, p. 17) diz que a construção de redes tem sido uma das principais práticas dos movimentos políticos e sociais de base, para conseguirem ultrapassar fronteiras e se internacionalizar. Castells (1999b) numa reflexão bastante ampla sobre a idéia de construção de redes, pela sociedade contemporânea, chegou a afirmar que construir redes é a essência da nova sociedade. De fato, a impressão que se tem é de que a noção de rede é algo que está tão entranhado na cultura contemporânea que não tem mais como se pensar a sociedade sem ela.

Na prática, se constata as reflexões dos autores, que teorizam sobre as redes, sobretudo quando esta noção se amplia a partir das redes telemáticas, que se concretiza no advento da *internet* e dão novas dimensões e possibilidades às redes sociais. Alves (2009), do MST, por exemplo, afirma que uma parcela significativa dos militantes do movimento usa a *internet*. “Na base, digamos, no assentamento, não temos muito acesso, no MST, muito pouco, mas a militância como um todo, eu arrisco dizer que chega a 98% o percentual dos que acessam a *internet*”.

Para o angolano Bernardo Sobrinho (2009), a *internet* é um espaço de liberdade de expressão das minorias, que tem sido utilizada como meio de comunicação. “Hoje, independentemente da localidade das pessoas, e da distância que possa haver entre as comunidades de todo o mundo, as pessoas conseguem interagir. A conexão e a mobilidade que ela traz acabam facilitando esses vínculos”. E pode-se dizer que esses vínculos acontecem porque “as redes sociais são, antes de tudo, redes de comunicação que envolvem linguagem

simbólica, restrições culturais, relações de poder, etc” (CAPRA, 2009, p. 22).

Baseada nisso, a relações-públicas, mestre em políticas sociais e cidadania pela Universidade de Brasília V. Pinto (2009) constata que as constantes conexões e espaços existentes para diálogos e debates proporcionados pela super-estrutura de rede, na atualidade, como o angolano Bernardo Sobrinho (2009) comenta acima, proporciona, também, uma constante demanda por mais espaço para expressar suas opiniões e participar politicamente de assuntos de interesse comum.

A luta dos movimentos sociais, que se agregam à rede mundial formada pelo FSM em busca de um mundo melhor, com menos desigualdade e mais justiça social, no entanto, não deve ter como premissa conquistar mais espaço na *internet*. Os movimentos precisam ter mais espaço na vida social. O espaço na *internet* é fácil de conquistar, uma vez que ainda se trata de um território livre, aberto e de fácil acesso. O ambiente da rede deve sim ser utilizado como campo de luta, mas para conquistas efetivas na vida social. É preciso que não se perca isso de vista, para que não se desmobilize, quando obtiverem espaço na *internet*. A sensação de que possui voz no processo democrático, proporcionada pelo acesso a canais de informação e diálogo na rede, não pode inebriar a visão daqueles que precisam de conquistas sociais que exijam transformações profundas.

Sobre isso, o professor doutor Vasconcelos (2009) observa que cada movimento possui suas especificidades e tira proveito do ambiente de maneiras diferentes. O professor S. Silva (2009) acrescenta que muitos movimentos só possuem esse espaço para manifestar a sua opinião, pois não encontram outros canais para reverberá-la. De fato, o uso da rede por cada movimento é, e deve mesmo ser diferenciado, como observou o professor Vasconcelos (2009), exatamente porque cada um tem um nível de necessidade e de possibilidade de acesso, conforme acrescentou o professor S. Silva (2009).

É esse uso diferenciado, nas suas formas e modos de apropriação do ciberespaço, que permite o dimensionamento e redimensionamento do que aqui se entende por ciberterritórios, que se apresentam como produto das vivências e relações sociais mediadas pelas tecnologias informacionais digitais nos ambientes híbridos, formados pelos espaços físicos e virtuais. Quando um grupo realiza uma manifestação pública em uma praça e transmite a manifestação em tempo real na sua página na *internet*, possibilitando que pessoas de outras partes do mundo possam se manifestar a respeito do tema em questão, as dimensões do físico e virtual se hibridizam e a sua simbiose proporciona um alargamento da dimensão participativa jamais visto na história do processo democrático.

Em um caso como o do exemplo acima, o dimensionamento da luta pode ter desdobramentos dos mais diversos, pois ao mesmo tempo em que essa manifestação pode estar acontecendo em uma cidade qualquer do Brasil, um parlamentar que esteja em plenário em Brasília, por exemplo, pode reverberar a manifestação para toda a nação, caso seja do seu interesse. Um evento localizado, que em outro momento histórico não passaria de um fato noticiado em escala local, sem grandes repercussões, graças ao advento do ciberterritório, pode se tornar um caso discutido em escala nacional.

Ao tratar desse tema, o ex-padre economista, que atua no campo da economia solidária, M. Arruda (2009), entende o seu grande potencial para ampliar as possibilidades das minorias em difundir as suas reivindicações, mas constata que ainda é preciso democratizar a rede para que essas minorias possam utilizá-las de forma mais sistemática. “Hoje, as minorias têm muito pouco acesso ao saber, ao conhecimento e ao poder de pesquisar e se desenvolver com essas novas tecnologias”. Ele observa que a democratização das tecnologias digitais e a apropriação delas, a partir de uma visão ecológica, respeitosa ao meio ambiente, a serviço do uso que a humanidade precisa fazer delas é a única proposta válida na economia solidária.

Para o economista M. Barreto (2009), a rede se constitui em um instrumento de “empoderamento” para as pessoas que antes não tinham voz. “Antes, as pessoas tinham que recorrer a instrumentos mais custosos, mais caros, e isso limitava a participação dos grupos que não têm um nível de estruturação maior”. Para ele, só agora esses grupos menores e com menos recursos também podem colocar sua posição e participar do debate político. A jornalista Ferreira (2009) faz uma importante ressalva, quando diz que “o problema é que as minorias não são vistas, nem ouvidas, não importa o espaço que tenham para se expressar”.

Ferreira (2009), ao fazer esse comentário, traz à tona uma importante questão que está relacionada com a invisibilidade social. Há uma camada da sociedade, em geral onde se encontram as minorias que, por mais que busque a visibilidade, através de protestos e reivindicações, permanecem sendo sistematicamente ignoradas pelas elites política e econômica das sociedades em que vivem. Essa é uma vertente de análise, já bastante desenvolvida no contexto dos estudos sociológicos, que pode se constituir em um caminho para se entender alguns desvios sociais e desencaixes que se percebe em algumas sociedades.

Essa percepção de invisibilidade social, entretanto, não vem sendo assimilada por alguns militantes das minorias. S. Lima (2009), militante do Movimento de Moradia do Centro de São Paulo, por exemplo, se entende como parte das chamadas minorias, mas acredita que os novos espaços, criados pelas redes telemáticas, lhes proporciona uma visibilidade que nunca tinha experimentado antes. Faz questão de informar que não tem

computador em casa, mas que acessa a *internet* todos os dias de um centro de informática, implantado próximo de onde mora, por um programa de inclusão digital do governo. Os grupos sociais dotam de sentido os seus espaços de convivência e desta construção emerge a noção de território que, via de regra, dá base para a formação das redes sociais, hoje quase totalmente estabelecidas através da *internet*.

J. Fes (2009) entende que a rede pode se constituir em um espaço de luta das minorias, mas observa que “o problema é sempre organizar alguma coisa na *internet*”. Sobre isso, Bercucci (2009) acrescenta que a rede oferece condições para o trabalho de apoio aos excluídos, independente de serem minorias ou não. “A Caritas e a Igreja trabalham lado a lado com os ‘sem terra’, os catadores, dentre outros, cada vez mais utilizando a *internet* como instrumento de comunicação e de organização das nossas ações sociais”.

A *internet* permite compreender o conceito de ação comunicativa (HABERMAS, 1987) na sua mais profunda significação, visto que se institucionalizou como espaço de transmutação de idéias e modelos paradigmáticos da sociedade contemporânea, o que, por sua vez, também pode propiciar processos pedagógicos voltados para o estabelecimento de uma consciência social mais ampla e eficaz, bem como para dispersar a possibilidade humana de compreender a complexidade e as incógnitas da atualidade.

Mais importante do que potencializar a participação das minorias no processo democrático é o fato de que essa potencialidade esteja sendo efetivamente utilizada para conquistas dessas minorias. É o que pensa o economista M. Barreto (2009), que afirma ter a sensação de que isso acontece cada vez mais. “Eu acho que, no Brasil, de cinco anos pra cá, a gente teve um aumento significativo da participação de grupos que lutam por melhores condições de vida, utilizando como ferramenta principal de divulgação a *internet*”. De fato, é notório o crescimento de grupos de minorias lutando por direitos na rede. É importante frisar que esses grupos atuam não apenas no contexto da divulgação, mas também na difusão de idéias e na promoção de debates em torno de fatos e questões de relevância social.

O pedagogo Bonfim (2009) exemplifica um caso de grande relevância para o campo das liberdades democráticas no âmbito internacional, quando cita o recente caso das eleições no Irã. As tentativas dos dirigentes do país de filtrar as comunicações das pessoas que se encontravam no seu território fracassaram graças ao uso das redes sociais de forma generalizada pelos seus habitantes. O governo bloqueou sítios de relacionamentos conhecidos como *orkut*, *facebook*, *my space*, dentre outros, mas não bloqueou outros menos conhecidos na época, como o *twitter*, pelo qual foram difundidas imagens, textos informativos e vários outros materiais que apontavam a falta de observação dos direitos humanos essenciais por

parte do governo do Irã.

Este caso não é visto por muitos participantes do FSM como desrespeito aos direitos humanos, mas de resistência do governo iraniano ao domínio estadunidense, que quer subjugar a nação soberana do Irã, assim como o fez com o Afeganistão e o Iraque, para explorar suas reservas naturais de petróleo, visto que o Irã é um dos maiores produtores do planeta dessa matéria prima de grande importância para o mundo contemporâneo. Por essa visão, as tecnologias digitais foram utilizadas pela elite dominante para abalar o regime de resistência dos Iatolás, com a intenção de manter o *status quo*.

Independente da visão que se tenha sobre o caso acima, deve-se salientar que a arquitetura de participação do ciberespaço, mais uma vez, permitiu a profusão de ideias diferentes, garantindo a dimensão participativa do processo democrático e permitindo a multiplicidade de vozes que pressupõem a democracia.

Já Bernardo Sobrinho (2009) fala de outra questão relevante, que diz respeito aos projetos pilotos que existem em várias aldeias remotas do continente africano. Devido à diversidade geográfica da localização dessas aldeias, o meio mais fácil de estabelecer comunicação é através da *internet*. Para Bernardo Sobrinho (2009) alguns países africanos, como Mali e Angola, experimentam essa prática, devido à dificuldade do acesso às vias terrestres. “Hoje, a *internet* é o único meio de comunicação, mesmo ainda tendo alguns problemas de conexão e de sinal, que ainda é um caminho a percorrer”.

E. Sales (2009) acredita no potencial da rede para apoiar as minorias, mas afirma não ver, ainda, uma movimentação muito significativa por parte delas. É o que pensa também a já mencionada assistente social Monteiro (2009), que é militante de um movimento popular ligado à questão da moradia urbana no Estado do Tocantins e J. Paulo (2009), estudante de Relações Internacionais da Guiné Bissau. Já o mestrando em Ciências Sociais J. Soares (2009) tem uma visão diferente dos demais entrevistados, pois, segundo ele, recebe muitos e-mails das chamadas minorias.

Capuano (2009), da CUT, acredita que nesta discussão não se pode ignorar a questão da exclusão digital, que é um dos temas recorrentes nas entrevistas realizadas. “O que a gente tem observado é que entre as minorias existem as lideranças que têm acesso a essa ferramenta, mas o acesso ainda não é generalizado”. Para ele, a rede ainda não tem destaque como ferramenta de mobilização porque nem mesmo alguns formadores de opinião têm acesso. “Em comunidades rurais são poucos os jovens que têm acesso e a grande maioria dos que têm acesso não é de casa, mas através de alguma *lan house*, de algum centro público ou ainda de algum projeto de inclusão que haja naquele local” (CAPUANO, 2009).

É exatamente por conta dessa constatação que as dimensões física e virtual devem ser consideradas complementares e não opostas. O FSM é um exemplo de que essa complementaridade permite o sucesso do processo democrático. Mesmo sendo um movimento de alcance planetário e, portanto, com as suas comunicações baseadas na ambiência virtual, não dispensa os encontros presenciais centralizados, ou temáticos descentralizados, para a articulação das diversas demandas sociais locais, regionais, nacionais e globais. O FSM é o ambiente no qual os movimentos sociais podem se articular em torno de ideais mais gerais para lutarem pelas suas demandas específicas.

Frei Betto (2009) diz que “o FSM é uma espécie de posto de gasolina, onde cada um de nós parou para abastecer e continua no estado de luta”. O entrevistado observa que o FSM é um fenômeno surgido na América Latina, e se mantém na região desde que foi criado, porque “esse é o lugar do mundo onde há mais sinais de esperança”, pois, segundo ele, “alguma coisa nova está sendo gestada por movimentos sociais que criaram forças políticas progressivas que, por sua vez, elegeram governos democráticos populares”.

O mesmo entrevistado (FREI BETTO, 2009) diz que existe, na atualidade, uma dificuldade patente de reprodução da militância política e social e alerta que “nós não estamos mantendo um vínculo com a população excluída e marginalizada”. Os movimentos citados pelo entrevistado, como símbolo de luta, manutenção das utopias socialistas e para os quais se deve criar condições para o “empoderamento” popular, tais quais o Movimento do Sem Terra, Movimento do Sem Moradia, Movimento Indígena, Movimento Negro, Movimento das Mulheres Excluídas, dentre outros. Todos eles são movimentos, que foram identificados como usuários ativos dos ciberterritórios como campo de luta e que se beneficiam desses espaços híbridos – físico e virtual –, para atingir o grande desafio da democracia na atualidade, que é o de “empoderar” os movimentos sociais de tal maneira que eles tenham uma relação de igual para igual com o poder público, mas, sobretudo, que possam exercer o seu controle efetivo.

A melhor maneira de obtenção desse controle se dá a partir de instrumentos como o orçamento participativo e a prestação de contas transparente, potencializados pelas tecnologias digitais e das redes telemáticas, que favorecem pela sua arquitetura democrática, a participação mais efetiva das pessoas no processo de decisão do poder público.

Ao favorecer o diálogo horizontal, a partir de canais de “via de mão dupla”, a nova ambiência tecnológica tem proporcionado o alargamento da participação democrática e, conseqüentemente, favorecido a reinvenção de uma verdadeira democracia popular, em que a autoridade volta para o povo, com a sociedade civil organizada, a partir da rede dos movimentos populares. Mas, o surgimento de algo dessa natureza vai além das possibilidades

técnicas, pois depende de mobilização e sentimento de união e cooperação por parte dos mobilizados.

Frei Betto (2009) chamou atenção sobre um problema que ele entende como um desafio a ser superado no campo social: o “descooperativismo”.

O movimento indígena vê na televisão a luta do Movimento dos Sem Terra e pensa que não é com ele. O Movimento dos Sem Terra vê na televisão a luta do Movimento Indígena e pensa que não é com ele. O Movimento das Mulheres vê no noticiário a luta do Movimento das Barragens ou os Movimentos dos Homossexuais ou ainda o Movimento das Crianças de Rua e pensa que não é com ele (BETO, 2009).

A opção, pela falta de cooperação, segundo Frei Betto (2009), só favorece a superestrutura e a manutenção do sistema, porque tudo poderá ser diferente no dia que a luta dos movimentos estiver em sinergia. Para tentar oferecer essa sinergia, necessária aos movimentos sociais no Brasil, tida como essencial por Frei Betto, foi criada a Central dos Movimentos Populares (CMP), que já está completando 23 anos. Essa instituição mantém um fórum permanente para todos os movimentos sociais poderem se articular, sem perder a sua autonomia e especificidade, e sem deixar de aproveitar as possíveis pautas comuns que envolvam os seus programas de luta.

A idéia do CMP, segundo Frei Betto (2009), não é o de reduzir os vários movimentos a apenas um, porque quanto maior a diversidade de movimentos melhor para a integração popular, mas unir os movimentos será positivo para fortalecê-los. Esse processo de integração pretendido, portanto, só será possível se for dentro da proposta de uma rede de movimentos, para que possa se formar uma grande articulação destes. Certamente, a arquitetura de participação da *internet* favorece essa articulação, em dimensões planetárias, e institui um canal real e permanente de diálogo de pessoas e instituições de todo o mundo, em direção à mobilização do processo de luta, criado pelo Fórum Social Mundial há mais de uma década.

Esse espaço de convivência e relações sociais, hibridizado pelo contexto tecnológico contemporâneo, privilegia o debate de ideias. Cada um desses movimentos sociais, que utilizam o FSM como fio condutor das suas lutas reivindicativas, para Frei Betto (2009), “deve atuar em rede para absorver essas idéias e poder tirar proveito desse grande posto de gasolina que é o FSM, para depois articular com outros movimentos para saber como poderá aprimorar a sua inserção no processo de participação popular democrático”. Faltou, entretanto, a Frei Betto observar que boa parte dessa articulação dos movimentos sociais, na atualidade, se faz através, não apenas de redes sociais, mas também de redes telemáticas³⁷,

³⁷ Redes proporcionadas por tecnologias advindas da junção da telefonia com a informática.

que potencializam a comunicação multimídia que, por sua vez, se caracteriza pela agilidade e pela hipertextualidade³⁸, uma vez que a comunicação acontece em tempo real e com possibilidades de agregação múltiplas de informações, advindas de qualquer lugar do planeta, a partir de *hiperlinks*³⁹.

Frei Betto (2009) ainda fez uma importante observação sobre o conceito de rede, desvinculando-o de questões político-partidárias:

Rede não é unanimidade. Rede não é partidarização dos movimentos. Os movimentos dispõem de tecnologia, mas nenhum deles deve ser partidário. O militante de um movimento social deve ser livre para escolher o partido que quiser. O que importa é o objetivo prioritário do movimento, que pode ser a luta pela terra, pela água, pelos direitos humanos, pela construção das passarelas nas estradas, pela recuperação do saneamento, pela defesa das crianças de rua, enfim, nós temos um leque enorme de causas sociais para as quais devemos fortalecer a multiplicação dos movimentos sociais, a partir do conceito de rede.

O FSM constitui o território comum e, portanto, componente de territorialidade, de relações de pertencimento e de interesses comuns, no qual as articulações realizadas pelos diversos movimentos sociais podem superar os seus próprios limites, oxigenando as lutas sociais, possibilitando que os movimentos sobrevivam independentes e autônomos e não se transformem em pequenas “ilhas” destacadas da base, as chamadas ONGs. Conforme Frei Betto (2009), para que isso aconteça não se pode deixar de observar três questões fundamentais: (a) o trabalho de base, de formação de novos militantes; (b) o vínculo orgânico com a população excluída e marginalizada; (c) uma visão clara dos objetivos na construção de outro mundo possível.

Nós, os participantes do FSM, acreditamos que um outro mundo é possível. É certo que ainda não sabemos qual o modelo, quais as ferramentas, mas não podemos deixar de saber quais são os nossos objetivos para chegar lá, e dentro dos objetivos, quais as nossas prioridades (FREI BETTO, 2009).

Todos esses componentes têm que ser traduzidos a partir de um esforço exaustivo por parte dos movimentos sociais de todo o mundo, para que se encontre uma forma de retomar o trabalho de base e estabelecer as redes de sinergia, citadas por Frei Betto, a partir de etapas bem definidas no novo modelo socialista ou ecossocialista que se deseja implementar em todos os lugares em que se façam possíveis. Esses modelos devem permitir um ambiente democrático profundamente participativo, em que a hegemonia política esteja com os movimentos sociais que, por sua vez, conseguem fazer o “empoderamento” popular,

³⁸ Informações disponibilizadas de forma rizomática, em rede, podendo ser acessada de qualquer dispositivo digital que possua acesso à *internet*.

³⁹ Nó ou ponto que interliga informações de um ponto a outro em páginas ou arquivos multimídia disponíveis na rede mundial de computadores.

inclusive, a partir do uso das redes telemáticas que, como já se viu, possui um grande potencial para participação popular.

É notório que os grandes movimentos populares já possuem um nível de articulação significativa e a organização do “movimento dos movimentos” também dá um nível alto de importância para a dimensão virtual das ações de mobilização. A questão que fica, no entanto, é se os grupos minoritários estão de fato se apropriando desses espaços de forma adequada ou vivem dependendo do uso que os grandes movimentos e o FSM fazem deles.

A percepção generalizada, detectada nas entrevistas, por parte das minorias, de que o espaço da *internet* pode ser utilizada como ferramenta de informação, mobilização e organização, já constitui uma realidade para boa parte desse universo, mas para uma generalização desse entendimento ainda deve demorar. Isso porque, conforme já visto, o acesso ainda não é totalmente democratizado, apesar de estar cada vez mais difundido. A noção de difusão, em grande escala, é tão factível que um dos coordenadores do FSM Temático-Bahia e membro da CUT, R. Freitas (2010), comenta que acredita no uso quase generalizado no movimento. “Hoje todos os movimentos sociais, as minorias, os excluídos, todos eles estão utilizando essa ferramenta para poder divulgar um pouco mais esses segmentos da sociedade”, afirma.

A visão de R. Freitas (2010) não é solitária. O mesmo acontece com Mott (2010). “Cada vez mais as ONGs e os grupos de militância dos direitos humanos inclusive os homossexuais – que agora são chamados de LGBT – utilizam essas ferramentas: *e-mail*, *blog*, sítios e listas de discussão”. Estas últimas são altamente proveitosas e produtivas porque ali se esclarecem aspectos polêmicos. “Saem muitas brigas nas listas, mas os resultados são sempre muito positivos”, avalia.

O senador M. Arruda, do Ceará, se mostra entusiasmado, falando sobre as tribos nativas do seu Estado que se comunica com o mundo inteiro, mandam mensagens para todo o Congresso Nacional e fazem grandes manifestações pela *internet*. “Todo mundo recebe e fica conhecendo aquela tribo nossa, lá no alto do Solimões, porque ela está se comunicando, dando a sua opinião e recebendo retorno de muitos deputados e senadores lá de Brasília”, conta. “É uma coisa absolutamente nova para eles e mais novo ainda para os setores que ainda dominam a sociedade brasileira, saber que agora não são apenas eles que estão dominando as tecnologias. É quase uma ameaça a sua condição de dominante”, afirma o senador.

O comentário do senador desvela uma realidade muito inspiradora, pois, se percebe que as sociedades, mesmo as capitalistas, estão experimentando um maior nível de igualdade, proporcionadas pelas mídias sociais. Ou seja, o cidadão comum assume o papel de mediador

do processo de comunicação, quando sempre esteve no papel apenas de consumidor da informação e, portanto, de massa consumidora. Essas novas possibilidades, criadas pela rede mundial de computadores, levaram o secretário de justiça da Bahia, Pellegrino (2009) a afirmar que “a *Internet* foi, até hoje, a melhor ferramenta de comunicação que já inventaram, principalmente, para as minorias, que agora podem ser vistas e não dependem mais da grande mídia para ter um espaço”.

O reitor da UFBA, Almeida Filho (2010), levanta a questão do desequilíbrio que há no uso dos espaços digitais. Para ele,

algumas organizações já descobriram esse potencial e estão utilizando com maior competência e outros não. O acesso é socialmente mal distribuído. Por isso, todas as iniciativas de democracia digital são importantes, porque vão facilitar que os sujeitos que estão fora de uma série de privilégios no mundo concreto alcancem um horizonte de transformação por essa atuação no mundo virtual.

Em consonância com Almeida Filho (2010), a deputada Luiza Erundina (2010) afirma que a primeira luta é conquistar o acesso e a segunda o espaço. Comenta que as lideranças já estão utilizando de forma sistemática os novos meios, mas isso ainda não chegou como devia nas bases, apesar do acesso à *internet* estar crescendo a cada dia.

O doutorando em Comunicação, L. Andrade (2009), que estuda os processos sociais e comunicacionais no ambiente de jogos virtuais em rede, uma realidade muito diferente da maioria dos entrevistados neste trabalho, não fala exatamente de movimentos sociais, mas dos *bottom up*, que são movimentos de interesse específicos criados por pequenos grupos que utilizam a *internet* para difundir suas ideias e ganham visibilidade dentro e fora da rede. L. Andrade (2009) comenta que hoje,

podemos assistir vários movimentos *bottom up* que ganham visibilidade. O *twitter* protagonizou dois que são interessantes para destacar: o primeiro foi na vitória recente do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, a frase # *yes we creu* aparece no TT (trends topics⁴⁰) em primeiro lugar, como resultado de *teets*⁴¹ com a *tag*⁴² #. A segunda foi durante as recentes investigações no Senado, quando apareceu no mesmo lugar e pelas mesmas razões a frase #*fora sarney*.

É verdade que o primeiro movimento, o que lutava para que o Rio de Janeiro fosse sede das Olimpíadas de 2016, foi vitorioso e que o segundo, o que se referia ao senador Sarney fora do Senado, fracassou. Mas, os dois mostraram o poder de mobilização da rede, ao conseguir milhões de mensagens sobre temas políticos num ambiente como o *twitter*. A

⁴⁰ Significa em português: temas tendências. Na prática quer dizer que são os temas que estão sendo mais discutidos no momento.

⁴¹ Postagens de mensagens no microblogging twitter.

⁴² Símbolo que marca um tema, para que ele possa ser encontrado mais facilmente.

participação de L. Andrade (2009) traz ainda uma importante reflexão. A linguagem utilizada por ele desvela, de forma prática, a necessidade e a importância da alfabetização digital para a exploração adequada do ambiente com um certo nível de autonomia. O trecho acima não foi escrito no ambiente da *internet* e o autor tinha conhecimento que estava respondendo uma pesquisa acadêmica, ou seja, estava articulada por ele em um nível alto de formalidade. Essa mesma resposta, se dada em um *chat on-line*, por exemplo, muito provavelmente, seria incompreensível para a maioria das pessoas que não possuem um nível alto de alfabetização digital, pois os termos utilizados são desconhecidos para quem não domina os sistemas e ambientes de participação na *internet*.

A presidente do Comitê Multipartidário de Mulheres de São Paulo, Zeyn (2010) acredita que, buscar se inteirar dessa linguagem para se conseguir uma boa *performance* no ambiente *on-line* deve ser uma das tarefas do militante na atualidade, pois, para ela, é importante ocupar todos os espaços possíveis, não só na mídia tradicional como jornais, rádios e TV, mas também na *internet*.

Mas, para Zeyn (2010) é preciso avançar nas discussões sobre as tecnologias no ambiente acadêmico, tratando delas como um fenômeno social e não apenas instrumental. A militante feminista observa que

na universidade eu acho que a gente fica falando muito sobre as tecnologias, mas sem estudar o que leva elas a manterem o conceito de minorias. Afinal, as tecnologias podem estar sendo utilizadas como formas de discriminação ou de exclusão. Por exemplo: como é possível que na universidade de hoje, já dentro de uma visão de educação não sexista, ainda se atribua certos comportamentos à mulheres e outros certos comportamentos distintos dos homens, que ainda haja projetos dirigidos para as mulheres e certos projetos para os homens?

Zeyn (2010) tem consciência de que a tecnologia é parte da dinâmica sociocultural e propõe que a discussão não se restrinja ao âmbito tecnológico e seja ampliada para o campo sociológico, visto que é um fenômeno passível de estudos do comportamento humano nas suas diversas vertentes. Para confirmar isso, ela também cita o ambiente familiar, que dimensiona de forma diferenciada a importância da criança ainda no útero quando se descobre o sexo do feto.

O menino tem um peso social e merece mais comemoração que a menina. Então nos temos sim que ocupar essas novas tecnologias, mas jamais esquecermos de onde realmente se sustentam esses retrocessos, onde se sustenta a infelicidade dessa sociedade que trata homens e mulheres de formas diferentes.

Já o professor Vasconcelos (2009) acredita que a participação das chamadas minorias tem sido significativa. “Eu recebo muito material, muita propaganda do movimento negro, de

intelectuais do movimento negro, certamente outras pessoas recebem materiais de outros movimentos, dependendo dos seus vínculos sociais”, comenta.

Os segmentos organizados, de minorias ou não, de fato, vêm muito sabiamente utilizando esse espaço. Um bom exemplo é citado pela vereadora de Salvador Marta Rodrigues (2009). “O movimento LGBT conseguiu colocar em tramitação o projeto de Lei Complementar 122/2006, que tem a finalidade de incluir na Lei 7.716, “Lei de Racismo”, os termos gênero, orientação sexual e identidade de gênero, como crimes homofóbicos”. Neste caso, observa a vereadora, “a *internet* funcionou como uma ferramenta muito eficiente para coleta de assinatura e informações da tramitação do projeto, para a articulação da ação”. Assim como o LGBT, o movimento de mulheres e muitos outros movimentos vêm utilizando, com muita sabedoria, esses instrumentos para potencializar suas lutas com maior eficiência, eficácia e, acima de tudo, brevidade.

5.3.1 - Grupos minoritários e o espaço da *internet* como campo de luta

Existem, de fato, como o citado acima por Rodrigues (2009), muitos exemplos de grupos minoritários, que têm utilizado a rede para a conquista de direitos. M. Arruda (2009) cita, como exemplo, a rede de trabalhadores rurais indígenas, formada por integrantes de dois países, – Estados Unidos e México –, que fazem intercâmbio de bens e serviços usando somente o mercado informatizado.

A coalizão rural é uma articulação desses trabalhadores no México e nos Estados Unidos. Indígenas que continuamente geram comércio justo e demanda a partir da economia solidária e depois se encontram uma vez por ano para trocar ideias, se conhecer pessoalmente, trocar planos, estratégias e continuar trabalhando.

O senador I. Arruda (2010) também deu de exemplo grupos indígenas, mas grupos indígenas brasileiros. Segundo ele, as tribos de Itaguari, Tapebas, Tremembé, Canindé e Genipapo, todas elas usam a *internet*. “Todos esses índios têm páginas, se comunicam via *e-mail*, e participam das questões políticas dando opinião”.

Um outro exemplo apresentado por M. Arruda (2009) é uma recente criação de um sistema de trocas informatizadas de bens e serviços, que começou aqui no Brasil com o nome de rede solidária, de economia solidária. Essa rede já está se articulando em três países, usando como moeda, como unidade monetária de troca, que é baseada em uma cesta de moedas dos países que participam. M. Arruda (2009) explica que a unidade monetária serve

de moeda intermediária para compra de bens e serviços, numa perspectiva solidária. Nesse sítio informatizado se tem a possibilidade de calcular a viabilidade econômica e ecológica de um empreendimento. A partir dessas informações, toda ela processada por meio digital, o trabalhador que quer criar um empreendimento, simplesmente coloca os dados lá e o programa calcula qual é o ponto de equilíbrio mínimo e as quantidades que deve produzir para atingi-lo, além de qual será ganho e abaixo de qual nível de produtividade ele não se tornará inviável.

M. Barreto (2009) enfatiza a participação na rede de movimentos de *gays*, lésbicas, mulheres e, muito presente, movimentos indígenas. E. Sales (2009) confirma a presença indígena na rede e indica o exemplo da organização indígena, Índios *On-line*. “Acho algo desse tipo um exemplo brilhante, pois se trata de um grupo marginalizado que conseguiu se organizar pela *internet* e divulgar as suas mensagens, as suas lutas e tem inclusive mulheres na liderança”.

A vereadora M. Rodrigues (2010) destaca o Movimento de Mulheres, que vem utilizando, para garantir as conquistas da Lei 11.340/06, (Lei Maria da Penha), o encaminhamento de *e-mails* com pedidos aos deputados pela sua manutenção. Cita também o Movimento de Moradia, que luta, através de ações *on-line*, pela aprovação de diversos projetos de interesse social.

O Movimento de Mulheres também foi destacado por Zeyn (2010). “Eu mesma tenho um programa de TV na *internet*, que se chama *All TV Mulher*. O programa é realizado na primeira TV *on-line* do Brasil, a *All TV*”. O programa é totalmente voltado para as questões feministas. A apresentadora interage com mulheres de todo o planeta, uma possibilidade potencializada pelo ambiente da *internet*. Outro exemplo de articulação do Movimento de Mulheres foi dado pelo reitor da UFBA Almeida Filho (2010):

O movimento feminista no Brasil faz um uso muito frequente, muito competente desses espaços. Recentemente na nossa instituição, o nosso NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher - postulou se transformar em um departamento, ou uma unidade de ensino, e mobilizou todo o Brasil, muito rapidamente através da *internet*.

O ambiente de colaboração da rede cria uma espécie de atmosfera em que até os próprios governos incentivam a participação e engajamento político da sociedade. Bons exemplos de iniciativas governamentais, para favorecer ações neste sentido, são os Centros de Cidadania Digital, do Governo do Estado da Bahia, e os Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, do Governo Federal.

É preciso se destacar também o movimento dos *softwares* livres, também citado pela vereadora Rodrigues (2010), que tem como *slogan* “*software* livre é uma questão de liberdade, não de preço”. Com isso, se distancia da discussão capitalista do custo financeiro e coloca no centro das discussões a questão da liberdade de produção e acesso ao conhecimento. O movimento dos *softwares* livres difunde a ideia de que é preciso se dar as condições essenciais a todos para produzir sem restrições, liberar a sua produção, para que outros possam colaborar e, assim, se criar um ciclo não-fechado de desenvolvimento, sempre aberto à novas contribuições.

O professor de economia, da Universidade de Campinas (UNICAMP), Praxedes (2009), lembrou a grande inserção do Movimento Negro nesses espaços. “O Movimento Negro é hoje uma realidade e boa parte das suas conquistas se deram também através da articulação em rede, com a participação de grupos de vários estados do Brasil e até lideranças internacionais, que apóiam a causa”.

Trindade (2009), do Partido Socialista (PSOL), destaca os movimentos sindicais. “O nível de articulação através da rede é tão grande que nós percebemos que os patrões começaram a acessar os sítios e redes sociais dos movimentos para saber o que está se discutindo, sobretudo, referente à campanha salarial”. Ele conta que, no último movimento de greve, os patrões monitoraram sistematicamente os sítios dos sindicatos para conhecer as opiniões e poder se precaver e que as discussões na rede se tornaram também uma forma de pressão, pois quando os funcionários se sentam a mesa para negociar, a empresa já conhece as reais pretensões da categoria e não imaginam que seja apenas conjecturas das lideranças. “Já muda o tom, porque sabem que os funcionários não estão para brincadeira”.

O microempresário goiano Damasceno (2009) citou como exemplo de mobilização na rede o movimento estudantil. As ações do movimento na rede vão desde a campanha para eleição de Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) até articulações para movimentos nacionais. Ele observou que mesmo reunindo instituições significativas como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Brasília (UnB) e tantas outras universidades brasileiras, o movimento estudantil não é do interesse da grande mídia. “Nossa movimentação não passa na televisão, a gente fica restrito a *blogs*, *orkut* e contatos por *e-mails*, para divulgar informações e também saber o que está acontecendo em outras partes do Brasil”.

J. Oliveira (2009) chama atenção para o uso da rede pelo MSTs, o Movimento dos Sem Teto. Segundo ele, os membros do movimento se comunicam muito e se organizam para planejar as ocupações de moradias através da *internet*. “Não só as articulações como os agendamentos das ocupações são feitas pela *internet*” (OLIVEIRA, 2009). J. Oliveira

destacou ainda os grupos artísticos de São Paulo, como os grafiteiros, que se organizam em vários espaços públicos pela *internet*.

Além desses exemplos de movimentos, ou grupos minoritários de articulação de direitos apresentados até aqui, foram citados pelos 113 entrevistados deste trabalho vários exemplos, que podem ser agrupados em, pelo menos, sete segmentos:

- a) movimentos sociais: Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Sem Teto (MSTS) e Movimento de Moradia Urbana de São Paulo e Tocantins;
- b) grupos considerados “minoritários” de articulação de direitos humanos: Grupo Gay da Bahia (GGB), Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais (GLBT), Movimento Negro, União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO), Conselho Nacional de Negros e Negras Cristãos (CNNC-BA), Coordenação Nacional de Entidades Negras – Bahia (CONEN-BA), Movimento Negro Unificado (MNU), Intelectuais do Movimento Negro, Movimento Feminista, Movimento das Mulheres, Grupo dos Deficientes Visuais e Movimento de Jovens Feministas;
- c) *bottom up*: Central Única das Favelas (CUFA), Movimento Fora Arruda, Movimento do Fora Sarney, Grupos de Artistas Independentes, Campanha Reaja ou Será Morto (contra o extermínio de jovens negros);
- d) grupos sindicais ou associativos: Partido dos Trabalhadores, Associações de bairro, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); e PSOL;
- e) grupos de pressão e interesses específicos: Grupo de Assistência à Criança Especial (GACE), o Grupo de Apoio e Prevenção a Aids (GAPA), Grupo Internacional de Proteção aos Animais, Grupos de Defesa ao Gênero, *Greenpeace*, Tribos Indígenas, Quilombolas, Movimento Estudantil, Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM-UFBA), Instituto Mamíferos Aquáticos (IMA);
- f) Espaços direcionados para a mobilização social: Lista *Gays*, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), Lista dos Advogados *Gays*, Lista da Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas Travestis (ABGLT), *All TV* mulher, site DOISTERÇOS (ação de luta e defesa do movimento pela diversidade sexual), Fórum da Juventude Negra e o *site* do Subúrbio Ferroviário.
- g) Outros: Torcidas Organizadas, Campanha Pessoas Desaparecidas.

Todos esses exemplos de grupos, que têm utilizado a rede para articular as suas lutas por uma realidade melhor, têm participação no FSM e foram, em alguns casos, citados pelos

seus próprios representantes, que se encontravam no evento presencial centralizado, ocorrido em Belém do Pará, em janeiro de 2009, ou no evento temático descentralizado, ocorrido em Salvador, em janeiro de 2010. Alguns exemplos foram citados por pessoas que não são participantes do FSM, mas que foram entrevistadas como representantes dos diversos segmentos sociais ou profissionais contemplados na amostra da pesquisa realizada.

O dimensionamento do FSM em todo o planeta, como o principal movimento global em torno das questões sociais, projeta os grupos minoritários de forma decisiva na sua história, pois, mesmo em muitos casos, se tratando de grupos de pouca representação quantitativa, as suas causas podem ser de grande apelo social, o que termina por dar visibilidade, não só às causas, mas também às instituições e pessoas nelas envolvidas. A essa visibilidade se pode atribuir um quantitativo expressivo de contribuição advinda da dimensão virtual da luta, ou seja, das articulações que se realizam através da rede.

Neste sentido, o entendimento da importância da dimensão virtual da luta política no contexto contemporâneo, ou seja, da assimilação do conceito de ciberdemocracia por parte dos grupos de articulações sociais em todo o mundo, muito provavelmente, seja uma das principais missões do FSM para os próximos anos, visto que este agrega quase todos os principais movimentos sociais e grupos minoritários de articulação por causas sociais existentes e hoje boa parte da sociedade já não tem nos meios de comunicação tradicionais a sua principal fonte de informações.

A democracia se transforma no contexto contemporâneo. Ganha novas características, novos traços e novos caminhos. Cria interfaces com as novas possibilidades informacionais e comunicacionais existentes e se delinea no conceito de ciberdemocracia, a democracia fortalecida pelo poder de participação do cibercidadão, um cidadão realmente empoderado, com poder de mídia, de poder de opinião, de difusão, em grande escala, de suas próprias ideias. Eles se organizam em redes sociais e possuem grande poder de difusão de ideias e convencimento. Podem ser fortes aliados e implacáveis opositores. Se convencidos de que fazem o certo, são capazes de grandes mobilizações públicas, dentro e fora da rede, influenciando diretamente na vida social, como é o caso dos *flash mobs*⁴³, ação híbrida, que envolve, de uma só vez, a dimensão física e virtual.

Subestimar a dimensão virtual da luta, assim como as pessoas que nela se encontram e precisam ser alcançadas, pode ser um erro para os movimentos sociais e grupos minoritários

⁴³ *Flash Mobs* são aglomerações instantâneas de pessoas em um local público para realizar determinada ação inusitada previamente combinada, se dispersando tão rapidamente quanto se reuniram. As ações são organizadas através de *e-mails* ou das redes sociais, na *internet*.

de articulação de causas sociais. Assim, o levantamento e a síntese aqui realizada das opiniões sobre a importância da dimensão virtual da luta, bem como a percepção das pessoas que estão comprometidas com a ideia de “um outro mundo possível” passa a ser uma boa base para reflexão para as próximas edições dos encontros presenciais e maior dimensionamento da luta no âmbito virtual, que a partir de 2009 ganhou espaço amplo e teve papel importante no contexto das discussões mundiais sobre as causas sociais, através do ciberterritório de Belém Expandida.

6 BELÉM EXPANDIDA: A BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL POR MEIO DO EXERCÍCIO DA CIBERDEMOCRACIA

Os grupos que têm a *internet* como fonte principal de informação e formação sociopolítico, cultural e educacional, compostos em sua maioria por jovens e adolescentes, futuros, – e quem sabe até presentes –, formadores de opinião, têm hoje as suas opiniões baseadas a partir das informações que adquirem através da sua navegação pela *internet*, das suas vivências nos sítios de relacionamentos, nas redes sociais, que estão inseridos e, tudo isso, em síntese com o que ele encontra na realidade. Diante disso, pode-se constatar que, se nesses ambientes eles não encontram conteúdos relacionados às causas sociais importantes para o futuro do planeta, eles não terão na sua formação nada que os permita o engajamento nessas causas.

Pode-se especular, inclusive, que desagregação ou o não-engajamento dos extratos mais jovens da sociedade, questão levantada por Frei Betto (2009), pode se dar exatamente pela falta de uma presença mais sistemática do discurso engajado na rede. Doimo, Mitre e Maya (2005, p. 107) notaram isto quando afirmaram que “a criação de novos espaços públicos e o uso do poder comunicativo passaram a ser de vital importância para atenuar os problemas da sub-representação política e da desagregação social”. Sendo assim, os grupos de articulação das causas sociais não podem prescindir da convivência nesses espaços e com ou seus participantes, pois a eles pertence o futuro do planeta. Eles serão os governantes, os jornalistas, os formadores de opinião do futuro.

São esses jovens contra os quais hoje se tem preconceito e são chamados de alienados, que estarão no poder amanhã. De nada adianta os pseudos revolucionários, líderes de movimentos sociais ficarem pregando para os seus próprios seguidores, recebendo aplausos e inflando os seus egos. A verdadeira revolução deve alcançar mentes e corações de forma ampla, sem preconceitos e personalismos. Neste sentido, os “alienados” são foco de atenção especial e é para eles que se deve voltar a luta por conscientização e cooptação para as causas sociais.

A difusão de ideais libertários e conteúdos que levem os usuários da rede a reflexões profundas sobre a realidade do planeta, a partir da intervenção positiva ou negativa do homem nesse processo, certamente, nesse contexto, torna-se não apenas uma opção, mas uma obrigação dos movimentos sociais que pregam um mundo melhor, se realmente acreditam que um outro mundo é possível e que ele depende da mudança de atitude das pessoas.

Sim, um outro mundo pode ser possível, mas se uma outra sociedade for preparada para assimilar as transformações necessárias a esse novo mundo pretendido. E não será com fobia dos espaços virtuais e preconceito contra os usuários desses espaços que se construirá um mundo melhor, sobretudo, quando se sabe que quase a totalidade da sociedade do futuro terá sua formação social, intelectual, cultural e educacional concretizada nesses espaços.

A luta que a juventude brasileira precisou enfrentar nos anos 1960 e 1970, para manter viva a noção de democracia, tentando convencer aos mais velhos que esse era o melhor caminho a seguir, deve continuar. A diferença é que essa luta agora é daqueles jovens do passado, hoje veteranos, que estão tentando convencer a juventude de que vale a pena lutar por uma sociedade melhor. Há, no entanto, duas diferenças básicas da luta anterior para a atual: a primeira diferença é que esses jovens de hoje não precisam mais ser convencidos de que a democracia é um caminho mais seguro e mais adequado, pois ele já a exerce em alto nível no seu dia-a-dia. E a segunda é que agora a arma não é mais de fogo, não fere fisicamente e não tem o poder de tirar a vida de ninguém, pois são apenas dispositivos digitais de acesso a *internet*. São elas que poderão permitir que o sonho de um mundo melhor possa permanecer vivo.

É fato que a estrutura em rede, e o advento das tecnologias digitais, favoreceram o crescimento e a expansão dos ideais libertários do Fórum Social Mundial e que, nesse sentido, a dimensão virtual é de suma importância para a sua realização nos moldes planetários em que se encontra hoje. Por outro lado, percebe-se claramente, da emergência dos discursos dos participantes dos encontros de 2009, em Belém, e de 2010 em Salvador que, a dimensão física, presencial, ainda é condição *sine qua non* para que o movimento continue vibrante e ocupando o lugar de destaque que tem na atualidade, como o maior movimento contra a hegemonia neoliberal do planeta.

O professor Praxedes (2009), por exemplo, mesmo entendendo a importância da dimensão virtual para o sucesso do FSM e admitindo a contribuição que as tecnologias dão a estruturação e articulação dos movimentos sociais de todo o mundo na rede formada pelo FSM, acredita ser de suma importância o encontro presencial. “A presença física das pessoas, para debater, trocar experiências, conhecer problemas, propor soluções, etc. não pode deixar de acontecer. Dificilmente encontraremos soluções pela *internet*”.

J. Fes (2009), diretor da Friedrich Ebert Stiftung, acredita que o FSM não poderia existir sem a *internet*, uma vez que toda a sua organização depende muito dela para existir nos moldes que funciona, pois é um movimento estruturado em redes e é, a partir das relações que se mantém durante todo o ano, que as atividades são propostas e as necessidades supridas.

“Mas eu acho que a *internet* não é um substituto para os encontros físicos das pessoas. O mundo virtual não pode substituir o físico, mesmo que ele represente o real”.

Na opinião da professora de economia, Paula Bastos (2009), o momento presencial é que faz a diferença no FSM, pois é nele que todos se reúnem, os que tem e os que não tem acesso a *internet*. Para ela, como a maioria das pessoas que não tem acesso a *internet* no Brasil, e muitos sequer têm acesso à informação, não entendem o que está disponível na *internet*. “É muita informação disponível na rede, mas nem todas as pessoas entendem e algumas sequer sabem procurar o que querem. Então uma elite que se junta em volta da *internet*, se apropria para continuar se comunicando”.

Paula Bastos (2009) ainda chama atenção para a existência de uma massa empobrecida, em termos de conhecimento, que continua desconectada e perdendo oportunidades. “Por exemplo: a maioria das inscrições do FSM, deste ano [de 2009], é de paraenses que não teriam a mínima oportunidade de vir ao Fórum se não morassem aqui. Por isso, que acredito que os dois espaços têm que coexistir, o virtual só não é suficiente”. A colocação dessa professora, apesar de muito pertinente com relação à condição sociocultural dos brasileiros, não é representativa em relação ao número de participantes locais, pois não constitui a maioria dos visitantes, segundo a própria organização do evento.

Galdino (2009), assistente de coordenação do Instituto Paulo Freire, responsável pelas inscrições e pelo credenciamento no FSM, afirma que a *internet* tem sido uma ferramenta essencial para o sucesso do Fórum. “Para as inscrições, por exemplo, a gente não teria um alcance mundial, como a gente tem, se não tivéssemos usando a *internet*”. Para Galdino (2009), sem a dimensão virtual, o trabalho não teria os mesmos resultados que tem obtido. “A Belém Espandida levou o FSM, em tempo real, para o mundo inteiro. Se a gente não tivesse essa ferramenta, não ia poder difundir o Fórum, em tempo real, como a gente conseguiu”.

Essa organizadora do FSM, entretanto, não admite a possibilidade de não haver a dimensão física, presencial, pois acredita que é nesta dimensão que as soluções podem efetivamente acontecer. “Milhares de pessoas sentaram, discutiram os seus problemas, nos últimos dias. É mais fácil se chegar a um resultado quando todo mundo está junto, olhando no olho, buscando as soluções para os problemas coletivos” (GALDINO, 2009).

A publicitária paraense N. Cruz (2009), que também trabalhou na organização do evento de Belém, acredita que as tecnologias digitais foram essências para o sucesso do evento presencial, apesar de entender que o evento presencial é essencial para a oxigenação do movimento. “As pessoas ainda precisam do olho no olho”.

O mestre Paul Singer (2009), em sua palestra sobre economia solidária, transmitida

pela Belém Expandida, também fala sobre isso. “A *internet* é um espaço de grande mobilização e que tem trazido grandes contribuições para a luta por conquistas sociais, mas tem coisas que não dá para fazer por *e-mail*. É importante a gente dar um beijo pessoalmente”.

Singer (2009), que é referência em economia solidária no Brasil, admitiu que a conheceu graças a *internet* e, mais do que isso, que a pesquisa que realizou na qual mapeou a economia solidária no Brasil, encontrando dois milhões de brasileiros vivendo solidariamente, só foi possível por causa das tecnologias digitais de informação e comunicação, que automatizam alguns processos e possibilitam a consecução desse tipo de pesquisa.

O reitor da UFBA, Almeida Filho (2010), observa que o contato pessoal envolve construção de compromisso com a própria presença física, em compensação o alcance é menor e limitado. “Você não pode colocar 50 mil pessoas numa sala física, mas você pode colocá-las numa sala virtual. Então é preciso ter um bom conhecimento das qualidades e propriedades e um bom domínio do uso delas em ambas as situações”.

Zeyn (2010) tem posicionamento semelhante. Ela diz que as ferramentas digitais devem entrar no processo como colaboração, porém não podem substituir aquilo que historicamente a humanidade fez que é o ritual da socialização, do encontro e do afeto. Porque, segundo ela,

a sociedade fica doente quando não circula afeto, quando as pessoas se isolam cada uma no seu canto. Agora quando a sociedade está nas praças, ocupando os meios de comunicação, os templos religiosos – sejam eles quais forem – ela evidentemente vive os tempos de utopia, como vivemos nos anos 1960 e 1970.

Barcelar (2010), assim como Zeyn (2010), apesar de ver virtudes na dimensão virtual, supervaloriza a dimensão física no processo. Para ela, a vantagem da *internet* é que ela aproxima as pessoas, que fisicamente não estariam próximas, participando da mesma discussão. Mas a autora acredita que a interação que permite a presença física, permite um ganho paralelo. “Por exemplo: na hora do almoço, correm informações, se montam articulações, que não dá para fazer via *internet*. Eu continuo achando que, em determinados momentos, é válido o encontro presencial” (BARCELAR, 2010).

Entretanto, as vantagens da *internet*, e da sua estrutura em rede para um movimento como o FSM, vão muito além da quebra das barreiras físicas, como Barcelar (2010) observou. A *internet* acumula vantagens no ganho quantitativo do movimento, nas análises qualitativas das propostas, no engajamento descentralizado dos participantes, nas possibilidades de mensuração de resultados e na divulgação destes em grande escala. Além disso, permite a

sistematização e difusão de conceitos de forma muito mais dinâmica, organização e gestão de bancos de dados de pessoas, instituições, participações, proposições, dentre muitas outras possibilidades. Neste sentido, a visão supervalorizada da dimensão física pode se constituir em um sintoma de miopia dos antigos militantes dos movimentos sociais em todo o mundo, que ainda não despertaram para a força e poder do fenômeno das redes sociais para as novas gerações.

6.1 REDES SOCIAIS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo Scherer-Warren (2005, p. 29), “a noção de redes sociais tem suas raízes conceituais construídas nas ciências sociais a partir de perspectivas muito diversificadas, bastante referenciadas a situações empíricas particularizadas”. A autora dizia que, dentro dessa diversidade de ideias, é possível se identificar duas correntes: uma que “buscava na noção de rede uma explicação para a estrutura social” e outra que “utilizava essa noção para descrever as relações cotidianas, tipificando-as como relações fechadas ou abertas, elos fortes e fracos, etc”.

Scherer-Warren (2005, p. 32) observou, ainda, que

Quando as variáveis atributivas são o objeto para a caracterização das redes, essas serão delimitadas normalmente a partir de um dos seguintes atributos ou natureza do relacionamento entre os sujeitos: [...] por redes intencionalmente construídas, como associativistas, movimentos sociais, e/ou outros grupos de afinidade ideológica ou identitária.

Assim, a intenção de construir uma rede de pessoas e instituições que pensem de forma semelhante sobre as questões de ordem social e desejem sair da inércia executando ações de variadas naturezas em prol de uma sociedade menos desigual e com mais justiça social, é algo que pode ser viabilizado pela própria estrutura da rede, que ramifica e dissemina, de forma muito mais rápida e fluida, as informações divulgadas, além de permitir, a depender das suas características, um nível alto de diálogo entre os seus diversos pontos.

A construção de uma rede de participantes com a mesma intenção no que tange as questões sociais, entretanto, não se constitui inicialmente na criação de uma rede de movimentos sociais, mas tão somente de um coletivo em rede. Esses dois conceitos possuem diferenças essenciais. Conforme a mesma Scherer-Warren (2005, p. 35-36),

Coletivo em rede refere-se a conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários,

ou mesmo estabelecer estratégias de ações conjuntas [...] Redes de movimentos sociais são, por sua vez, redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico.

Diante desses conceitos entende-se, portanto, que o coletivo em rede pode e deve ser parte das redes de movimentos sociais, sobretudo, neste momento em que as ações solidárias podem ser realizadas no âmbito do virtual que, por sua vez, fazem com que as organizações e pessoas, envolvidas nesse complexo sistema em rede, aqui desvelado, independentemente de sua localidade espacial, possam se agrupar para planejar e realizar ações em prol dos movimentos.

A mesma autora (2005, p. 37) observou que as redes sociais digitais, – ou informatizadas –, vão muito além de propiciar comunicação em tempo real, como tem sido muito divulgado. Elas “aproximam e permitem a reflexão de temporalidades históricas distintas”. Citando o exemplo do Movimento Neo-zapatista, a autora lembra que ele “conseguiu resgatar valores culturais milenares associando-os a novos ideários e difundindo-os em tempo real”.

Castells (1999b, p. 104) afirmou que um elemento essencial, na estratégia dos zapatistas, foi o uso da comunicação digital para difundir mensagens para o mundo e “organizar uma rede mundial de grupos de solidariedade que literalmente cercaram as intenções repressoras do governo mexicano”. O movimento Zapatista foi o primeiro movimento de guerrilha a utilizar as tecnologias digitais para alcançar os seus objetivos e, além disso, “a maioria dos integrantes do grupo era de índios oriundos de diversos grupos étnicos, embora houvesse também *mestizos*, e alguns dos seus líderes, especialmente seu porta-voz, o subcomandante Marcos, eram intelectuais de origem urbana” (CASTELLS, 1999b, p. 97).

Aqui é pertinente se retomar a questão do real e virtual, visto que as redes de movimentos sociais, quando analisadas pela perspectiva das redes telemáticas e digitais, também ganham um nível de hibridez que se tornam muito difíceis de serem entendidas pelo aspecto virtual e/ou real ou físico, separadamente. As lutas e os embates que se travam no ciberespaço estão diretamente relacionados com as conquistas pretendidas no ambiente físico, no mundo real. Da mesma forma que as pessoas que estão, através do ciberespaço, buscando os ganhos para a sociedade, estão situadas em territórios físicos e, inclusive, as suas reivindicações são baseadas nas questões reais, físicas, que estão a sua volta e que as estimularam para a luta no campo virtual.

Esta simbiose torna possível a planetarização das lutas, na medida em que se debatem as questões, a partir das escalas local e global, e se reflete sobre elas no plano presencial, a partir do virtual. Isso permite um dimensionamento das lutas, como nunca se teve antes, uma vez que se permite a verificação da extensão de um problema social, em tempo real, a partir dos depoimentos e percepções de pessoas de diversas partes do mundo a respeito do tema em questão.

Além disso, ao contrário do que se pode pensar no senso comum, as redes de movimentos sociais, quando no âmbito virtual, por não levar em conta o critério espacial e serem redes que se agrupam de forma intencional, se desenvolvem no que aqui se convencionou chamar de ciberterritórios, ou territórios híbridos, - físico e virtual -, e se fortalecem porque suas “configurações se definem pelas adesões por uma causa ou por afinidades políticas, culturais ou ideológicas” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 37).

Neste sentido, a construção de um espaço, que permita o engendramento das ações físicas com as ações virtuais e utilize o potencial das redes sociais para o fortalecimento do movimento, é tão importante e significativo. Daí a necessidade de se aprofundar um pouco nesta iniciativa do ciberterritório da Belém Expandida, que se iniciou em 2009, que não foi continuada em 2010, mas que se espera que seja retomada em 2011, como forma de descentralizar o evento presencial centralizado, que acontecerá no país africano do Senegal.

6.2 CIBERTERRITÓRIO DE BELÉM EXPANDIDA

Antes de falar especificamente do ciberterritório da Belém Expandida, pode ser importante tentar entender o que o ciberespaço representa para uma parcela significativa dos usuários em todo o mundo, a partir da transcrição de trechos da declaração de independência do ciberespaço, elaborada e difundida pelo presidente da Electronic Frontier Foundation (EFF) John Perry Barlow, em fevereiro de 1996, em Davos, Suíça, antes mesmo do FSM nascer, já fazendo contraponto ao Fórum Econômico, que acontece naquela cidade.

Governments of the Industrial World, you weary giants of flesh and steel, I come from Cyberspace, the new home of Mind. On behalf of the future, I ask you of the past to leave us alone. You are not welcome among us. You have no sovereignty where we gather (BARLOW, 1996).

Para Barlow (1996), o ciberespaço é o novo lar da mente e que em nome do futuro expulsa os governos industriais, dizendo que eles não eram bem-vindos a esse novo espaço.

We have no elected government, nor are we likely to have one, so I address you with no greater authority than that with which liberty itself always speaks. I declare the global social space we are building to be naturally independent of the tyrannies you seek to impose on us. You have no moral right to rule us nor do you possess any methods of enforcement we have true reason to fear (BARLOW, 1996).

Lembrava que no ciberespaço não se tem governos eleitos e muito menos se pretende ter um dia. Declarava o ciberespaço como espaço social global, naturalmente independente das tiranias dos governos industriais. E afirmava que nem mesmo à sua legislação se submeterá.

Governments derive their just powers from the consent of the governed. You have neither solicited nor received ours. We did not invite you. You do not know us, nor do you know our world. Cyberspace does not lie within your borders. Do not think that you can build it, as though it were a public construction project. You cannot. It is an act of nature and it grows itself through our collective actions (BARLOW, 1996).

Observava que o poder dos governos é exercido quando demandados pelos próprios governados e que, no ciberespaço, ninguém os convidou e nem deseja a sua presença. Afirmava que eles não conheceram as pessoas e nem o ciberespaço, pois estes não se encaixavam no seu entendimento. Não poderia construí-lo e moldá-lo como um projeto qualquer. A sua construção é coletiva e feita pelas pessoas que dele fazem parte.

You claim there are problems among us that you need to solve. You use this claim as an excuse to invade our precincts. Many of these problems don't exist. Where there are real conflicts, where there are wrongs, we will identify them and address them by our means. We are forming our own Social Contract . This governance will arise according to the conditions of our world, not yours. Our world is different (BARLOW, 1996).

Barlow (1996) dizia que os governos apontam problemas e querem usar isso como desculpa para desrespeitar os espaços que não lhes pertencem. E comentava que se houvesse problemas que eles seriam resolvidos não da maneira deles, mas da sua própria maneira, pois o seu mundo era diferente e a sua lógica não servia neste outro mundo.

We are creating a world that all may enter without privilege or prejudice accorded by race, economic power, military force, or station of birth. We are creating a world where anyone, anywhere may express his or her beliefs, no matter how singular, without fear of being coerced into silence or conformity (BARLOW, 1996).

Ele então afirmava que o ciberespaço é um mundo que todos podem entrar sem prejuízo ou privilégio concedido pela raça, poder econômico, força militar, ou local de nascimento. E que ele é criado para que qualquer pessoa possa expressar as suas crenças, não importa o quão singular elas sejam, sem medo de ser coagido em silêncio ou conformidade.

Your legal concepts of property, expression, identity, movement, and context do not apply to us. They are all based on matter, and there is no matter here (BARLOW, 1996).

Neste trecho ele afirmava que os conceitos legais de propriedade, de expressão, identidade, movimento e contexto do seu mundo não se aplicam no ciberespaço, pois eles são todos baseados na matéria e no ciberespaço não há matéria.

Our identities have no bodies, so, unlike you, we cannot obtain order by physical coercion (BARLOW, 1996).

Dizia também que eles não podem exercer coação física, pois no ciberespaço as identidades não têm corpos.

You are terrified of your own children, since they are natives in a world where you will always be immigrants (BARLOW, 1996).

Aqui, Barlow (1996) levantou a questão das novas gerações estavam no poder quando se trata do ciberespaço. Ele dizia que “eles” estavam aterrorizados pelos seus próprios filhos, pois neste mundo no qual eles são nativos, eles serão sempre imigrantes.

In our world, whatever the human mind may create can be reproduced and distributed infinitely at no cost. The global conveyance of thought no longer requires your factories to accomplish (BARLOW, 1996).

Afirmava que, neste novo mundo, qualquer que seja a mente humana pode criar, reproduzir e distribuir infinitamente, sem nenhum custo.

We will create a civilization of the Mind in Cyberspace. May it be more humane and fair than the world your governments have made before (BARLOW, 1996).

Para finalizar, dizia que o ciberespaço iria criar uma civilização da mente e que este seria um mundo mais humano e mais justo do que o mundo que seus governos tinham feito. Tudo isso Barlow (1996) escreveu para os dirigentes mundiais, que tinham acabado de se reunir em Davos, no seu encontro anual, para discutir os rumos econômicos da sociedade global. Esta, portanto, é uma ação precursora ao FSM, que expressava sentimentos e desejos semelhantes aos do “movimento dos movimentos”, mas que nunca foi utilizada por ele para questionar as tentativas de dominação desse espaço por parte dos governos industriais de todo o mundo.

Treze anos depois de Barlow (1996) escrever e divulgar a declaração de liberdade do ciberespaço, o FSM se apropriou desse ambiente para ampliar o movimento em prol de um mundo mais justo. Em 2009, então, surge a proposta do ciberterritório de Belém Expandida. Nesse ano, além dos territórios físicos da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde aconteceram os encontros, palestras, oficinas

e demais atividades presenciais do encontro de Belém, o FSM disponibilizou o território híbrido – ciberterritório – da Belém Expandida para a realização de ações descentralizadas.

Através desse ciberterritório, pessoas e instituições, que se encontravam nas mais diversas localidades do planeta, puderam realizar e assistir a atividades através da *Internet*, por meio de videoconferências, ambientes de participação e interatividade, dentre outras modalidades de atividades *on-line*, que reuniram na rede milhões de pessoas de todo o mundo durante o encontro presencial anual do movimento, alargando significativamente a participação no FSM em 2009.

Essa ação da Belém Expandida foi um importante passo do FSM para se começar a criar a cultura de acesso e participação virtual em manifestações sociais em todo o planeta. Conforme se viu nos capítulos anteriores, a articulação para um mundo melhor, deve passar, necessariamente, pelo uso sistemático dos ambientes virtuais do ciberespaço como campo de luta e conquistas políticas no mundo físico. Primeiro porque as duas dimensões – a física e a virtual –, se tornam cada vez mais indissociáveis, uma vez que as tecnologias vêm se engendrando no caminho social num processo de simbiose quase absoluto. Depois, porque as novas ambiências estão gradativamente se tornando fontes únicas de informação e formação sociopolítico, cultural e até educacional, das novas gerações. E, diante dessas constatações, prescindir das práticas sociais, que envolvem essa ambiência, é fadar a luta política por um outro mundo possível ao fracasso.

Diante da constatação da importância da dimensão virtual para o sucesso do movimento, o Conselho Internacional do FSM resolveu instituir o território de Belém Expandida, aqui chamado de ciberterritório Belém Expandida, a partir da idéia de que para o dimensionamento planetário do movimento havia a necessidade de uma maior dinâmica nas interações sociais e nos processos comunicacionais, que envolvessem atividades descentralizadas, ligadas ao evento centralizado que acontecia na região Amazônica.

Ao se apropriar da noção aqui discutida de ciberterritório, se apropriam de fato da hibridação das dimensões física e virtual ocorrida nos territórios na atualidade, que possibilita pessoas vinculadas a espaços físicos diversos compartilharem experiências em espaço virtual único, em tempo real, com possibilidades de recursos multimídia, que potencializam o confronto de suas realidades, enriquecendo como nunca antes foi possível as análises sobre as relações sociais, políticas e de poder, bem como sobre as apropriações dos territórios nas suas relações de trocas simbólicas permanentes.

Por tudo isso, foram estimulados os eventos descentralizados através da *Internet*, instituindo atividades de vários tipos, em direção a um outro mundo possível, em todas as

regiões do planeta, amplificando a proposta do Fórum, mas sem perder o vínculo com o evento presencial de Belém do Pará (FSM, 2009).

As atividades descentralizadas serviram, segundo divulgação da própria organização do FSM (2009), para estimular a mobilização e, ao mesmo tempo

- a) promover a participação descentralizada nas atividades de Belém;
- b) aumentar a qualidade dos debates e propostas a partir destas atividades;
- c) favorecer a assimilação e adaptação das propostas pelos cidadãos e organizações em todo o planeta; e
- d) multiplicar as iniciativas de participação no processo do FSM nos níveis local, nacional, regional e temático.

As atividades descentralizadas não precisavam necessariamente criar conexões diretas com as atividades do FSM, em Belém, mas de forma espontânea, um número significativo de pessoas buscou essa relação.

Para se inserir na rede, criada pela Belém Expandida, não houve necessidade de registro preliminar. A organização proponente da atividade apenas precisou anunciar que estava interessada em participar, através do fórum *on-line* criado para esse fim (Ilust. 1).

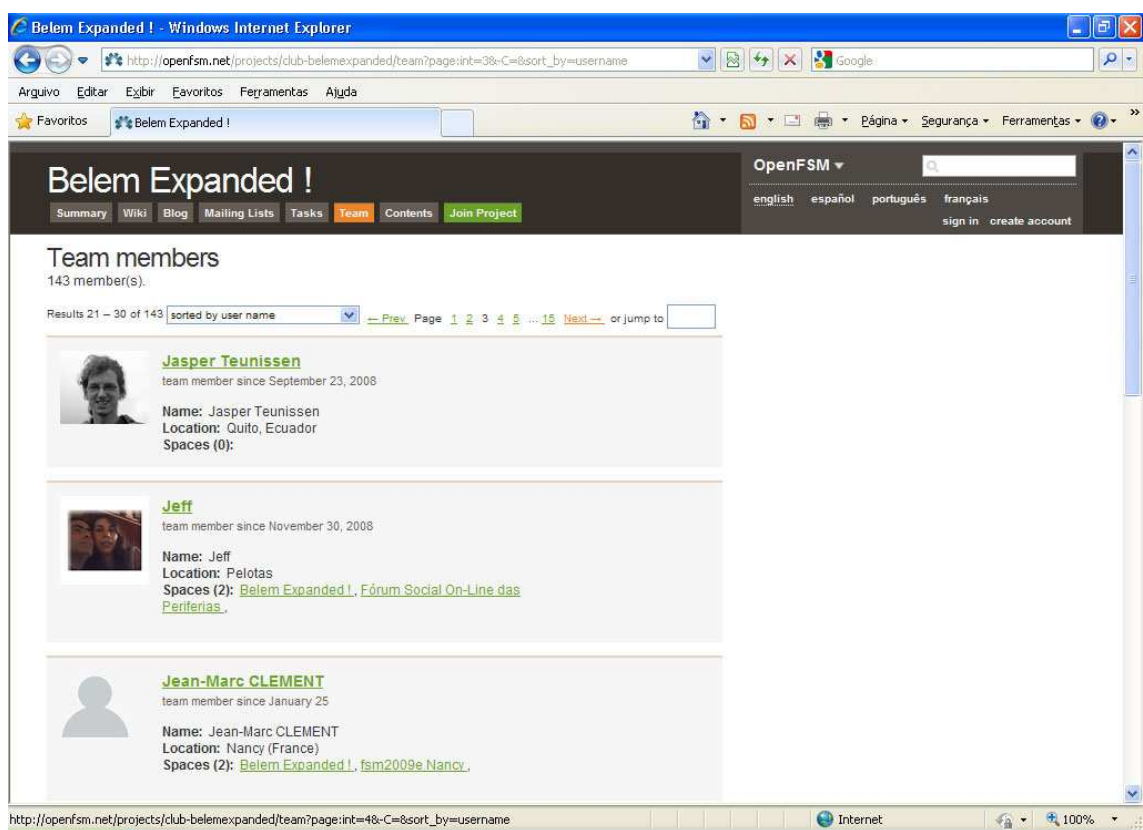
Além das atividades propostas por pessoas de diferentes lugares do mundo, a Belém Expandida também transmitiu, em tempo real, para todo o planeta várias atividades que aconteceram na cidade. Ou seja, a expansão das atividades se deu em diversas direções e criou fluxos informacionais que podem ser analisados em diversos aspectos:

- a) de dentro para dentro – quando as atividades eram transmitidas do encontro presencial e assistidas por pessoas que também estavam participando do encontro fisicamente, só que em outra localidade. Ex.: Um evento que estava acontecendo no território da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e foi assistida por pessoas que estavam no campus da Universidade Federal do Pará (UFPA);
- b) de dentro para fora – quando as atividades que estavam ocorrendo dentro da programação do encontro presencial eram assistidas por pessoas que estavam em outras localidades do Brasil ou do mundo. Ex.: uma palestra de Frei Betto, na tenda da Juventude Socialista, localizada na Universidade Federal do Pará (UFPA) foi assistida por um jovem socialista em Paris, na França;
- c) de fora para dentro – quando uma atividade estava sendo gestada em algum lugar do mundo e sendo assistida por pessoas que estavam participando do encontro presencial em Belém do Pará. Ex.: Uma manifestação pública que ocorreu em uma

praça pública em Santo Domingo, na República Dominicana, foi transmitida ao vivo no telão da tenda do Partido dos Trabalhadores, dentro da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA);

- d) de fora para fora – quando uma atividade gestada de algum lugar do planeta foi acompanhada por pessoas de outros lugares quaisquer do planeta. Exemplo: Uma mesa de discussão sobre violência infantil, que estava sendo transmitida a partir de Salvador, no Brasil, com a participação de debatedores, do Senegal, Irlanda, Japão, Alemanha e Estados Unidos, através de videoconferência.

Todos esses fluxos comunicacionais formaram uma teia de relações que ampliou a capacidade de articulação dos movimentos e dimensionaram as suas lutas para um plano muito maior, dando-lhe mais oportunidade de se consolidar e avançar nos seus propósitos.



Ilust. 1. Tela do Fórum do ciberterritório da Belém Expandida.

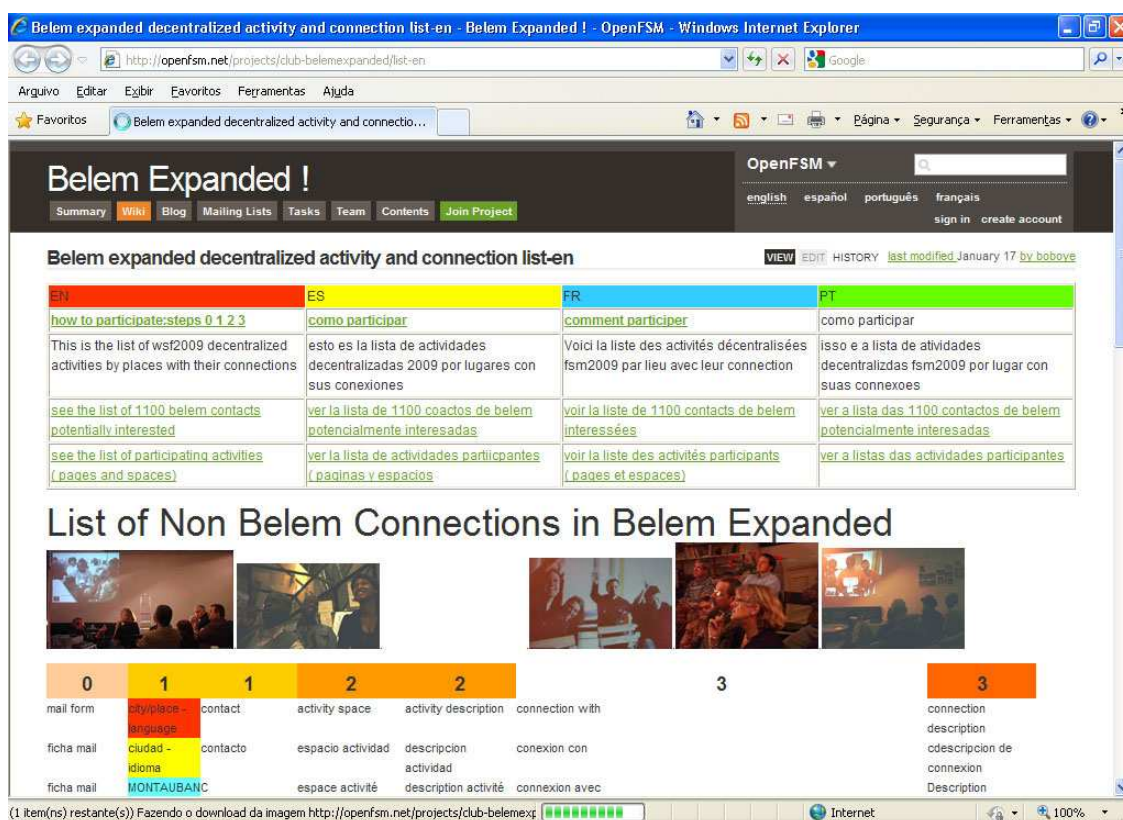
Fonte: Cópia da tela do computador, obtida através do recurso *print screen*, pela autora, 17 jan. 2009.

Foram ao todo cerca de 400 atividades transmitidas ao vivo, via *stream*⁴⁴, que envolveram cerca de 1.100 organizações e movimentos de todo o planeta. A partir do sítio de

⁴⁴ Stream pode ser definido como um fluxo de dados em um sistema computacional.

Belém Expandida (Ilust. 2), os interessados puderam ter acesso à programação e acessar a atividade desejada através de um *link* que ficava ao lado do título da atividade. Todas as informações foram disponibilizadas em quatro línguas: português, inglês, francês e espanhol.

As atividades que estavam ocorrendo naquele momento disponibilizavam os *links* para acesso direto e as atividades que já haviam ocorrido, ou que ainda iam ocorrer, não eram disponibilizados os *links* para acesso, apenas a informação de que haviam ocorrido ou a data e hora que iriam ocorrer.



Ilust. 2. Tela do site do ciberterritório da Belém Expandida, com informações em quatro línguas.
Fonte: Cópia da tela do computador, obtida através do recurso print screen, pela autora, 17 jan. 2009.

As organizações puderam entrar nos espaços abertos pela Belém Expandida para promover intercâmbios, estabelecer contatos antes, durante e depois do evento de 2009, com suas atividades localizadas em Belém ou em outras partes do mundo. Foram ao todo 20 espaços criados para a atuação de pessoas e organizações da América, Europa, Ásia, Oceania, África e Oriente Médio. No território do FSM em Belém foram alocadas salas com telefone e conexão de *internet* para os participantes da Belém Expandida, para permitir *chats* e vídeo conferências (FSM, 2009).

As 400 atividades *on-line* realizadas a partir de diversas partes do mundo, por cerca de 1.100 organizações, envolveram milhares de pessoas e tiveram formatos diferentes. Entre os tipos de atividades que puderam ser identificadas, foram realizadas 29 conferências, 19 atividades culturais, 104 oficinas, 70 seminários, 4 divulgações de pesquisas, 4 testemunhos de militantes, 3 celebrações religiosas ecumênicas, 30 mesas de diálogo, 7 reuniões, 27 painéis, 1 transmissão de manifestação pública, 9 mesas de debates, além de 2 transmissões de rádio, jornal e TV pela *Web*.

São números bastante expressivos para uma iniciativa que aconteceu, pela primeira vez, em 2009. A limitação da pesquisa não permitiu avaliar o nível de engajamento dos participantes e o nível de efetividade e qualidade das atividades realizadas neste ambiente, por questões de ordem técnica, de recursos humanos, de acesso às estatísticas dos sistemas do movimento, dentre outras. Contudo, os números divulgados, através de eventos realizados, por si só, já indicam que foi uma iniciativa de sucesso e que merece atenção dos organizadores do FSM.

A noção de importância do que aqui se chama de ciberterritórios para as conquistas sociais se difunde pela sociedade de forma plasmática. Um exemplo disso foi o que ocorreu no Carnaval 2010. Uma das mais importantes escolas de samba do Rio de Janeiro teve como enredo a questão das tecnologias digitais para o alcance de conquistas sociais. Trechos do seu samba-enredo representavam o conhecimento difundido do senso comum e revelavam o que o inconsciente coletivo tem sintetizado sobre a ambiência tecnológica digital contemporânea.

O samba-enredo da Escola de Samba Acadêmicos da Portela, composto por Rafael dos Santos, Diogo Nogueira, Ciraninho, Junior Escafura e Naldo, dizia o seguinte:

Portela segue os passos da evolução... Liberdade!
Num clique derruba barreiras
Deleta fronteiras da realidade
Desperta o bem social
Acessa o amor digital
Faz da criança inspiração
Pro futuro da nação
Na rede nossas vidas vão se transformar

É importante verificar as palavras utilizadas pelos autores ao referenciarem as tecnologias digitais e a sua significação dentro do contexto do enredo. Liberdade vem como sinônimo de futuro para quem se insere na evolução que essas tecnologias propõem. Para os autores do samba-enredo, o clique no *mouse* de um computador pode derrubar barreiras, “deletar” – apagar – fronteiras da realidade e fazer a comunidade despertar para o bem estar social. Mostram também que são os mais jovens – as crianças – a inspiração do processo e

que a eles está reservado o futuro da nação. E fecham essa estrofe com uma frase emblemática sobre a percepção da força da rede para a transformação social: “Na rede nossas vidas vão se transformar”.

Mãos unidas pela inclusão
Povos, raças, em comunhão
Vai meu verso ao mundo ensinar
É preciso navegar!

Depois da constatação de que a inserção nesse ambiente pode transformar para melhor as suas vidas, na medida em que lhes permite liberdade e autonomia, clamam por acesso: “Mãos unidas pela inclusão” e por mobilização social: “povos, raças, em comunhão”, tudo isso porque: “É preciso navegar”, ou seja, acessar o mar de oportunidades que esta ambiência pode oferecer.

Certamente quem se insere nesse ambiente não terá apenas oportunidades e aspectos positivos para enfrentar, mas também problemas dos mais diversos, que vão de problemas técnicos, passando pela exigência de atualizações constantes, até chegar aos problemas de perdas de informações e de equipamentos por causa de ataques *crackers*⁴⁵ ou contaminação por vírus computacionais em rede.

⁴⁵ *Cracker* é o termo usado para designar quem pratica a quebra (ou *cracking*) de um sistema de segurança, de forma ilegal ou sem ética. Este termo foi criado em 1985 por *hackers* em defesa contra o uso jornalístico do termo *hacker*. O uso deste termo reflete a forte revolta destes contra o roubo e vandalismo praticado pelo *cracking*.

7 CONCLUSÕES

Na dinâmica existente entre território, espaço e democracia, todo o processo de construção social é estabelecido em parâmetros de alta complexidade, visto que ela contempla relações de interesse e poder, em várias dimensões e instâncias. No contexto contemporâneo, esta dinâmica envolve alguns novos componentes que, por sua vez, exigem dos pesquisadores e estudiosos do tema, um esforço de articulação de novos conceitos e aplicações para dar conta das demandas advindas da complexidade ainda maior do processo.

Baseado em conceitos já difundidos de território e territorialidade em suas relações com o espaço e no advento do ciberespaço, este estudo trouxe um novo conceito para reflexão: o conceito de ciberterritório. A novidade é que este vem de encontro aos equivocados discursos apocalípticos que indicam o fim da geografia, por conta da queda dos limites geográficos e territoriais, possibilitada pelas tecnologias informacionais digitais e do conseqüente encurtamento das distâncias entre as pessoas em todo o mundo. Ao contrário disso, constata a existência de um significativo alargamento da sua área de atuação, na medida em que propôs que este seja um novo campo de estudo da geografia, visto que também se trata de relações territoriais e espaciais em interface com as relações humanas.

O novo conceito, além de desmistificar a virtualização completa das relações que se dão no ciberespaço, na medida em que observa que tanto as pessoas quanto os dispositivos utilizados para o acesso a esse ambiente virtual estão necessariamente e diretamente ligados ao território, também reconhece que é apenas um conceito complementar ao conceito central de território já existente, sem a pretensão de substituí-lo, mas interligando-os a partir do entendimento de que o ciberespaço é um *locus* onde se estabelecem relações sociais, políticas, econômicas, dentre outras e é, portanto, um espaço dinâmico de construções e trocas simbólicas que podem se constituir em uma espécie de território cibernético.

A partir da perspectiva contemporânea que possibilitou a construção simbólica da noção transposição de espaço para o ciberespaço, e do território para o ciberterritório, as discussões sobre o uso dos ciberterritórios para o alargamento da dimensão participativa da democracia se tornam muito fecundas, visto que neste ambiente se insere, conforme visto, o elemento da interatividade, que permite elevados níveis de participação no fluxo da informação, que circula em todo o planeta, através das tecnologias informacionais digitais.

Entre a democracia moderna e a ciberdemocracia, portanto, há um extenso campo de estudo que diz respeito ao comportamento dos cidadãos da era cibernética, que requerem, cada vez mais participação e buscam traços identitários nos ciberterritórios, que participam,

circulam e ocupam por meio das suas intervenções na rede. Esta participação lhes confere *status* de cibercidadãos, com cada vez mais poder de opinião e expressão no contexto da democracia.

Todas essas novas possibilidades que o ambiente tecnológico digital contemporâneo proporciona para a expressão do cidadão comum criaram condições para que segmentos da sociedade, que não possuíam espaços cativos na mídia tradicional, começassem a percebê-lo como um ambiente de debate democrático que, pelo seu potencial dialógico e participativo, poderia se constituir em um possível campo de luta e conquistas políticas. Já nos primeiros momentos da *internet* comercial, por volta de 1995, aproximadamente, muitos movimentos sociais e grupos de mobilização por causas sociais de todo o mundo começaram a se aventurar nos meandros do ciberespaço para difundirem ideais de um mundo melhor.

Esse novo espaço, pela sua arquitetura democrática, dimensionou alguns movimentos sociais a uma escala mundial, sendo que antes eles eram muito limitados pelas barreiras geográficas e sociais impostas pelos recursos analógicos. Em 2001, surgiu o Fórum Social Mundial, o movimento dos movimentos sociais, como uma espécie de catalizador desses discursos, causas e reivindicações dos movimentos sociais em todo o planeta, para fazer contraponto ao Fórum Econômico de Davos.

O Fórum Social Mundial passou a utilizar de forma bastante significativa a *internet* para a disseminação de ideais e informações relativas à luta por conquistas políticas e sociais, bem como para a mobilização de militantes dos movimentos sociais em nível mundial e, em 2009, durante o encontro presencial centralizado em Belém do Pará, criou um marco histórico relacionado ao uso do ciberespaço como campo de luta e conquistas políticas: a Belém Expandida.

Além disso, o destaque que o FSM tem obtido como o grande movimento internacional contra a hegemonia do capitalismo neoliberal, certamente, se deve, em grande parte, ao uso sistemático do ciberespaço como campo de luta, mobilização social e organização dos ideais ecossociais, dispersos no contexto do mundo contemporâneo, mas tão caros àqueles que lutam por menos desigualdade e mais justiça social.

Desde que surgiu em 2001, pela forma eficiente como se apropria dos ambientes virtuais do ciberespaço como espaço de articulação política, o FSM tornou-se um caso emblemático do alargamento da participação democrática, potencializado pelo ambiente tecnológico contemporâneo.

O FSM utiliza o termo territórios para delimitar os espaços de participação dos eventos presenciais e em 2009, com a criação da Belém Expandida, também para se referir ao território virtual.

A sistematização do conceito de ciberterritório, baseado na noção de territórios híbridos de acesso à informação, pode se constituir em um conceito válido para a organização internacional do FSM se referir nas próximas ações *on-line*, que sejam realizadas a partir de dispositivos digitais e que possam potencializar a sua ação em rede, na medida em que permitem a interligação de pessoas e instituições numa grande rede mundial de computadores. A possibilidade de trocar informações em formatos multimídia, como textos, arquivos de áudio, vídeo, além de propiciar a comunicação, em tempo real, entre as pessoas que estão em espaços geográficos distintos, garante ao FSM o caminho livre para avançar nas articulações e mobilização em escala planetária e disso o movimento não pode abrir mão.

No ano de 2009 foi o projeto da Belém Expandida que proporcionou a descentralização das discussões, uma vez que os encontros presenciais foram centralizados em Belém do Pará. Já no ano de 2010, os encontros presenciais foram descentralizados, com atividades em vários países e a possibilidade de ações através do ciberespaço não foi propiciada pela organização do FSM as pessoas que se encontravam em lugares que não foram contemplados com os encontros presenciais, o que terminou por diminuir a participação no movimento, ao invés de, como no ano anterior, expandi-la.

Por todos os motivos já expressos nesta dissertação, que apontam para a realidade de que um segmento significativo da população de todo o planeta só tem acesso a informação através dos meios pós-massivos – acessados através do ciberespaço –, depois da iniciativa bem sucedida da Belém Expandida, indica-se como prioridade para as lideranças dos movimentos sociais que organizam o FSM a manutenção de um ciberterritório que permita a extensão das discussões realizadas nos encontros físicos, para a manutenção da força do movimento em escala planetária.

O FSM também é um caso emblemático da importância da territorialidade para que a dimensão participativa da democracia possa acontecer. Seja no âmbito físico ou virtual, toda a participação depende sempre do espaço territorial para se concretizar. No FSM, o ciberterritório dá base para as ações de mobilização e articulação dos movimentos, que acontecem durante o ano inteiro, e em 2009, também durante o encontro presencial na Belém Expandida, envolvendo pessoas e organizações de todas as partes do mundo. E o território dá base a toda a movimentação, promovida pelos encontros presenciais que acontecem anualmente, autogestionados por movimentos sociais de todo o planeta.

O alargamento da dimensão participativa da democracia, permitida pela atuação da militância através dos meios pós-massivos, ainda que de forma contida e pouco abrangente, têm utilizado o ciberespaço como campo de luta e conquistas políticas, dá base à noção de ciberdemocracia que, por sua vez, sintetiza o ideal de democracia com as novas possibilidades infocomunicacionais trazidas pela arquitetura de participação do ciberespaço. Nesta nova ambiência, os cidadãos, agora cibercidadãos, uma vez que a sua atuação cidadã se dá no ambiente ciber, passam a ter mais acesso às discussões democráticas, pois novos espaços públicos de debates começam a surgir, além da possibilidade técnica real do diálogo dos cidadãos comuns com os seus representantes nas instâncias de poder em todas as escalas territoriais.

É importante como, reflexão conclusiva, frisar que é quase consensual que a arquitetura de participação do ciberespaço é favorável a um maior dimensionamento da participação democrática, visto que permite a inserção indiscriminada – ou seja, qualquer pessoa desde que tenha acesso a rede pode participar – e graças ao advento da liberação do seu pólo de emissão, a possibilidade inédita de produção e distribuição de conteúdo a todo cidadão, que antes, a partir dos meios de massa, só podia consumir.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

AGLER, B. A. Surveys to monitor marine bird and sea otter?? abundance in Prince William Sound during winter and summer 1996. Detailed Project Description for 9159. *Exxon Valdez* Oil Spill Trustee Council, Anchorage, Alas, 1995.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano Lima; MORELLI, Gustavo. (Org.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA FILHO, Naomar. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2010.

ALVES, Joda. Movimento dos Sem Terra. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.

AMARAL, Clarissa Maria de Azevedo. **Controle e uso da informação**: estratégia de poder e dominação do grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães (1985-2006). Salvador: Programa de Pós-graduação em Sistemas de Informação / Universidade Federal da Bahia, 2007. (Dissertação de Mestrado)

AMARAL, Leonardo. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.

ANATEL. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>> Acesso em 21 mai. 2008.

ANDRADE, Luiz Adolfo de. Universidade Federal da Bahia, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.

ANDRADE, Maria das Graças Fonseca. Vitória da Conquista, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.

APULTO, Cristina Vivência. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.

ARRUDA, Inácio. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2010.

ARRUDA, Marcos. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.

BACELAR, Tânia. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2010.

BAHIA, Adalberto. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.

BAHIA, Vitor. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.

- BARBERO, Jesus Martins. Redescobrimdo o povo: a cultura como espaço de hegemonia. In: _____ **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- BARBOSA Lúcia. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2010.
- BARBOSA, Jucimeire. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2010.
- BARLOW, John Perry. A declaration of the independence of cyberspace. Disponível em: <http://www.sindominio.net/metabolik/alephandria/txt/barlow_independence_cyberspacel.html> Acesso em 18 dez. 2009.
- BARRETO, Gilberto Nunes. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.
- BARRETO, Marcos. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.
- BARRETO, Nilson. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.
- BARROS FILHO, Clóvis de. Comunicação do eu: ética e solidão. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- BASTOS, Paraguaçu. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.
- BASTOS, Paula. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.
- BATISTA, Pedro. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2010.
- BELFORT, Maria de Fátima. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.
- BERCUCCI, Ademar. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.
- BERNARDO SOBRINHO. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.
- BETO, Frei. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.
- BETTO, Frei. **A Mosca Azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicolo; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política, 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BONFIM, Ilva Maria. Faculdade Olga Metting, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, ago. 2009.

BONFIM, Jorge Luis. Faculdade Olga Metting, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, ago. 2009.

BORGES, Ângela; DRUCK, Maria da Graça. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, n. 19: Salvador, 1993.

BORGES, João José. In: Aula da disciplina Ética, Comunicação e Legislação. 6º semestre. **Curso de Relações Públicas**. Salvador/BA: FTC, nov. 2005.

BRANDÃO, Cristina. **Teatro eletrônico**. Disponível em <http://www.oclick.com.br/colunas/brandao48.html>. Acesso em 24 nov. 2004.

BRITO, Livia Magalhães de. Universidade Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

BRITO, Ruan Carlos. Universidade Federal da Bahia, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

BRITTO, Paloma. Universidade Católica de Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, set. 2009.

BRUNS, Axel. **Gatewatching**: collaborative online news production. Nova York: Peter Lang, 2005.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial no Brasil**: uma leitura crítica. São Paulo: All Print, 2005.

CÂMARA dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/conheca-a-comissao/index.html>>. Acesso em dez. 2009.

CAMPOS, João Manoel. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

CAMPOS, Patrick. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2010.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

CAPUANO, Alex. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

CARVALHAL, Euvaldo. Universidade Católica de Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, out. 2009.

CARVALHAL, Ivomar. Universidade Católica de Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

- CARVALHAL, Márcia. Perspectivas contemporâneas de território, espaço e democracia. In: **Anais V Seminário Nacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental**. UCSal, Salvador, ago, 2008.
- CARVALHO, Eliane. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Feito e a ser feito**: as encruzilhadas do labirinto V. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CESCA, Cleusa Gimenes; CESCA Wilson. **Estratégias empresariais diante do novo consumidor**. São Paulo: Summus, 2000.
- CHAGAS, Carlos Santos. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- CHAMUSCA, Marcello; CARVALHAL, Márcia. As relações públicas e a formação da opinião pública na ciberdemocracia. In: RETZ, Célia (org.). **Opinião pública**: tendências e perspectivas no mundo virtual. São Paulo: Faac-Unesp, 2009.
- CHILDS, Harwood L. Que é opinião pública. In: _____. Relações públicas, propaganda e opinião pública. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1967.
- COBO ROMANI, Cristóbal; PARDO KUKLINSKI, Hugo. **Planeta web 2.0**; inteligência coletiva o médios fast food. México/Barcelona: Grup de Recerca d'Interaccions Digitals, Universitat de Vic. Flacso México/Barcelona, 2007.
- COELHO, Cláudio N. P. **Publicidade**: é possível escapar. São Paulo: Paulus, 2003.
- COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. Queiroz, 1987.
- CONCEIÇÃO, Cosme Dionísio. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- CONCEIÇÃO, Josenias Dias da. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- CONCEIÇÃO, Valter. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- CORREIA, Ítala Herta de Mello. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- COSTA, Gilneide. Salvador, Bahia, dezembro de 2009. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho.
- CRUZ, Eliezer. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

CRUZ, Marcos da. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

CRUZ, Nadia. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

DAMASCENO, Gildete. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

DIAS, Ana Paula. Universidade Católica de Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, set. 2009.

DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rousiley. Movimentos sociais, *internet* e novos espaços públicos: o caso da DH Net. In: DIAS, Leila; SILVEIRA, Rogério. **Redes, Sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, p. 107-129.

DOMINGUES, Valter. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

DOMINGUES, Diana. **A arte no século XXI a humanização das tecnologias**. São Paulo: Unesp, 1997.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ERUNDINA, Luiza. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2010.

ESPIRITO SANTO, Elias Bernard da Silva do. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

EZEQUIEL, Vanderlei de Castro. Produtos do bem: uma reflexão crítica da espetacularização das questões sociais. Comunicação apresentada na Sessão de Temas Livres do **XXVII Congresso Intercom**, Porto Alegre, set. 2004.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERREIRA, Luciana. Universidade Federal da Bahia, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

FES, Jochen. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

FILGUEIRAS, Luiz. Uma revisão da conjuntura: a desestruturação do mundo do trabalho e o “mal-estar” desse fim de século. **Caderno Ceas**, Salvador, nº 171, p. 9-29, out. 1997.

FONSECA, José Antonio. Universidade Católica de Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

FRANCO, Ana Luiza. Faculdade Olga Metting, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, set. 2009.

- FRANCO, Filipe. Universidade Católica de Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, set. 2009.
- FREITAS, Reginaldo. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2010.
- FREI BETTO (Carlos Alberto Libânio Christo). Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.
- FREI BETTO (Carlos Alberto Libânio Christo). **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- FREITAS, V. **Adorno & a arte contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano; uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- FSM. **Fórum Social Mundial**. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em jan. 2009.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GALDINO, Edilene. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.
- GAVAZZA, Marília. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- GENRO, Tarso. SOUZA, Ubiratan. **Orçamento participativo; a experiência de Porto Alegre**. 4ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GIBSON, William. *Neuromancer*. Tradução de Alex Antunes. São Paulo: Aleph, 2003.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Presença, 2005.
- GÓES, Jamilton Anunciação. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- GOMES, Wilson. **Transformação da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. “Esfera pública e media: com Habermas, contra Habermas”. In: RUBIM, Antonio Albino; BENTZ, Ione Maria G. & PINTO, Milton José (orgs.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GUEDES, Mario Henrique. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I; racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, 1994. p. 206-214

HERNANDEZ, Paco. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. 2ed. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

KCIOCRI, Elias. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

KEEN, Andrew. **O culto ao amador**. São Paulo: Zahar, 2009.

KRAYCHETE, Elza Souza. Desenvolvimento: razões e limites do discurso do Banco Mundial. **Caderno CRH**, Salvador. v. 19. n. 48, p. 415-430, set./dez. 2006.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACERDA, Solon Menandro. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

LEMONS, André. **A interatividade e as interfaces digitais**. 1997. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemons/artigos.html>> Acesso em 29 abr. 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

_____. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

LIMA, Cristina Paula. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

LIMA, Roquevaldo. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

LIMA, Sueli. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

LOPES, Elisângela. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

LUBERTKIN, Mário. Fórum Social Mundial Temático, Salvador-Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2010.

LÖSCH, A. **The economics of location**. New Haven, 1954.

MORAIS, Ana Lícia. Salvador, Bahia, dezembro de 2009. Entrevista concedida a Márcia Carvalho.

MACAPÁ, Tony. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

MACHADO, Arlindo. As narrativas seriadas. In: _____. A televisão levada a sério. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.

McLUHAN, Marshall. **The Medium is the Message: An Inventory of Effects**. Bantam: Books, 1967.

MAGALHÃES, Beatriz. Instituto Procardíaco, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, nov. 2009.

MAGNAVITA, Maristela. Instituto Procardíaco, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, nov. 2009.

MARINS, Cristiano. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

MARKHESE, Osmar. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

MARQUES, Jaciane. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MASSA, Carla Bruno. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

MATOS, Heloíza. Comunicação Pública – Democracia e Cidadania: o caso do legislativo. Comunicação apresentada no **XXII Congresso Intercom**, set. 1999.

MAZZUCHELLI, Fernanda Ida. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

McCOMBS, Malcolm; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly, New York**, v. 36, nº 2, p. 176-187. 1972.

McLUHAN, Marshall. **The medium is the message: an inventory of effects**. Bantam: Books, 1967.

MELLO, Antônio José de. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

MENDONÇA, Maria Luiza. Terceiro setor e mudança sociocultural: uma questão ainda em aberto. Comunicação apresentada no **XXVIII Congresso Intercom**. Rio de Janeiro, set. de 2005.

_____. Comunicação e mobilização social no terceiro setor. Comunicação apresentado no **XXVII Congresso Intercom**. Porto Alegre, set. 2004.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

- MICROFONE. **História do rádio**. Disponível em:
<<http://www.microfone.jor.br/historia.htm>> Acesso em 21 nov. 2009.
- MIRANDA, Luis Filipe de. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**; crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTEIRO. Maria José. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.
- MOORE, Michael. **The Big One**. Documentário, Los Angeles, 1997.
- MOREIRA, Elizabete Huber. Relações públicas e as novas configurações sociais. Comunicação apresentada no **XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação**. Campo Grande/MS, set. 2001.
- MOTA, Lívio. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- MOTT, Luiz. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2010.
- MUSSO, P. Gênese et critique de la notion de reseau. In: PARROCHIA, D. **Penser les reseaux**. Seussey: Champ Vallon, 2001. p.194-217.
- NEVES, Telma. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- NOGUEIRA, Daise. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- NOVAES, Paloma Chamusca. Universidade Católica do Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- NOVAIS, Alan de Oliveira. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- NUNES, José Edízio. Vitória da Conquista, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- OFFNER, J-M.; PUMAIN, D. **Réseaux et territoires: Significations croisées**. Paris: Ed. de l'Aube, 1996.
- O'REILLY, Tim. **What is web 2.0**. Design patterns and business models for the Next generation of software. O'Reilly Publishing, 2005.
- OLIVEIRA, Jaime. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

- OLIVEIRA, Maria José da Costa. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- ORTIZ, Renato. Uma cultura internacional popular. In: ORTIZ, R., **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- PAULO, Jaqueline Mando. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.
- PELLEGRINO, Nelson. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- PEREIRA, Normeide. Faculdade Olga Metting, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, set. 2009.
- PEREIRA, Tereza Cristina. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- PERUZZO, Cicília M. Krohling. Relações públicas, movimentos populares e transformação social. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v. XVI, nº 2, p.125-133. 1993.
- PINTO, Vanessa Daniela. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- PIRES, Valdir. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2010.
- PORTO, Nadja Naiara. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.
- PRACHEDES, Marcos. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.
- RHODES, P. J. Athenian Democracy. New York: Oxford University Press, 2004.
- RIBEIRO, José Carlos; CHAMUSCA, Marcello; CARVALHAL, Márcia. As tecnologias contemporâneas de comunicação e as mudanças na “produção” e no “consumo” de informações. In: CIMADEVILLA, Gustavo (Org.). **Comunicação, tecnologia e desenvolvimento** – discussões do novo século. Rio Cuarto, ALAIC/UNRC, 2006.
- RIGITANO, Eugênia. **Da política e suas atribuições**. Paper. s.d.

RBOP, **Rede Brasileira de Orçamento Participativo**. Disponível em:
<<http://www.pbh.gov.br/redebrasileiraop/>> Acesso em 18 dez 2009.

RODRIGUES, Marta. Câmara Municipal de Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

SAAD, Elizabeth. Universidade de São Paulo, São Paulo. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

SALES, Emerson. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

SALES, Iraci. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, jan. 2009.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias**. São Paulo: Razão Social, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. Santos/SP: Cortez, 2005.

SANTOS, João Benedito Bispo dos. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Rafael dos; NOGUEIRA, Diogo; JUNIOR Escafura. Derrubando Fronteiras, conquistando a liberdade... Rio de Paz em estado de graça! Rio de Janeiro: Carnaval, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila; SILVEIRA, Rogério. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, p. 29-50.

SENA, Lauro Bispo. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

SILVA, Luis Carlos Cardoso da. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

SILVA, Paulo Raimundo. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. Universidade Católica do Salvador. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalho, dez. 2009.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2ª ed. ampliada. Salvador: Mestrado em Geografia, 2006.

- SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. Salvador, Mestrado em Geografia/Departamento de Geografia/UFBA, 2003.
- SILVA, Vanessa Daniela Pinto da. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.
- SINGER, Paul. Palestra realizada no Fórum Social Mundial, Belém do Pará, jan. 2009.
- SOARES, Dilza. Faculdade Batista Brasileira, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.
- SOARES, Jaime de Oliveira. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.
- SOARES, Laura Tavares. Prefácio. In: MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, Pedro Luiz Pereira de. **História do design**. 3ed. Rio de Janeiro: 2ab, 2001.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- TEIXEIRA, Dalca. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.
- TEIXEIRA, Gabriel. Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.
- TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Por uma agenda crítica de estudos sobre terceiro setor: um ensaio crítico para além da crítica. **Revista Integração**, São Paulo, nº 54, ano 8, set. 2005. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano8/09/administrando.htm>> Acesso em 13 nov. 2005.
- THE ECONOMIST. The Economist Intelligence Unit's index of democracy. The World in 2007. Disponível em: http://www.economist.com/media/pdf/democracy_index_2007_v3.pdf. Acessado em: 12, jan, 2010.
- TRE-RO. A falácia da democracia moderna. Disponível em: <<http://www.tre-ro.gov.br/eleitor dofuturo/administrador/home/docs/Afalaciadademocraciamoderna.doc>> Acesso em 29 jun. 2009.
- TRINCHÃO, Luiz. São Desidério, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, nov. 2009.
- TRINDADE, André. Fórum Social Mundial, Belém do Pará. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2009.
- VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1994.
- VASCONCELOS, Pedro. Universidade Católica de Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, dez. 2009.
- VAZ, Paulo. **O inconsciente artificial**. São Paulo: Unimarco Editora, 1997.

VELOSO, Caetano. Fora da ordem. In: VELOSO, C. **Circuladô**. Rio de Janeiro: Poligram, 1991.

VELTZ, P. **Mondialisation, Villes et Territoire**: l'économie d'archipel. Paris, PUF, 1996.

VIEIRA, Liszt. Sociedade civil: a terceira margem do rio. In: VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIEIRA, Roberto Fonseca. Relações públicas no advento do terceiro setor. Comunicação apresentada no **XXVI Congresso Intercom**, Belo Horizonte, set. 2003. (Núcleo de Relações Públicas e Comunicação Organizacional).

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

ZEYN, Mona. Fórum Social Mundial Temático, Salvador, Bahia. **Entrevista** concedida a Márcia Carvalhal, jan. 2010.

ANEXOS

ANEXO I – Roteiro de entrevista

1 – Nome completo: _____

2 - Grau de escolaridade: _____

3 - Profissão: _____

4 - É filiado (a) a algum partido político? _____ Qual? _____

5 - Participa como militante de algum movimento social? _____ Qual? _____

6 - As relações sociais estabelecidas nos espaços virtuais podem influenciar de algum modo na dinâmica territorial?

7 – A Internet pode se constituir num espaço de luta e conquistas políticas? Porque?

8 – Na Internet os cidadãos têm vez e voz e podem expressar as suas opiniões?

9 – A Internet ao potencializar a comunicação com viés político-comunicativo, se torna um espaço de liberdade de expressão das ditas "minorias" (movimento gay, movimento de luta por moradia urbana, etc.)?

10 – E as ditas "minorias" estão percebendo esse espaço como um espaço interessante e utilizando-os?

11 – Conhece algum exemplo de grupos minoritários que usam o espaço da Internet como campo de luta?

12 – Autoriza o uso das informações na dissertação de mestrado de Márcia Carvalhal, intitulada A territorialidade e a dimensão participativa da ciberdemocracia: o caso do Fórum Social Mundial, apresentada na Universidade Católica do Salvador?

Data ___ / ___ /2009 _____ (assinatura)

ANEXO II – Lista dos entrevistados

NOME	VINCULO/PROFISSÃO	LOCAL/ANO
Edilene Galdino	Assistente de coordenação do Instituto Paulo Freire/ responsável pelas inscrições e pelo credenciamento do FSM Belém/2009	FSM Belém/2009
Joda Alves	Direção do Movimento dos Sem Terra	FSM Belém/2009
Bernardo Sobrinho	Engenheiro Elétrico em Angola	FSM Belém/2009
Marcos Arruda	Ex-padre e economista	FSM Belém/2009
Marcos Barreto	Economista	FSM Belém/2009
Marcos Prachedes	Economia da UNICAMP	FSM Belém/2009
Emerson Sales	Engenheiro Químico/ professor da UFBA	FSM Belém/2009
Maria José Monteiro	Militante do movimento popular ligado a questão da moradia urbana em Tocantins	FSM Belém/2009
Sueli Lima	Militante do movimento de Moradia do Centro de São Paulo/ Membro integrante do Conselho Municipal de Habitação	FSM Belém/2009
André Trindade	Militante do PSOL	FSM Belém/2009
Jochen Fes	Diretor da Friedrich Ebert Stiftung (FIORGAN), ONG internacional	FSM Belém/2009
Ademar Bercucci	Economista / Coordenador nacional da Caritas do Brasil	FSM Belém/2009
Sólon Menandro Lacerda	Vereador de Sapucaia/PA/ Professor da rede municipal de Sapucaia	FSM Belém/2009
Alex Capuano	Sociólogo/ Membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT)	FSM Belém/2009
Dalca Teixeira	Jornalista/ Trabalha no Greenpeace	FSM Belém/2009
Iraci Sales	Assistente Social	FSM Belém/2009
Gildete Damasceno	Historiadora goiana Gildete Damaceno	FSM Belém/2009
Paco Hernandez	Consultor porto-riquenho	FSM Belém/2009
Jaime de Oliveira Soares	Mestrando em Ciências Sociais	FSM Belém/2009
Tony Macapá	Fotógrafo/ Locutor da AM Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo	FSM Belém/2009
Osmar Markhese	Professor de economia da Unicamp	FSM Belém/2009
Paula Bastos	Professora de economia	FSM Belém/2009
Mario Henrique Guedes	Sociólogo/ Militante da CUT	FSM Belém/2009
Jaqueline Mando Paulo	Estudante de Relações Internacionais da Aguiñe Bissau – África	FSM Belém/2009
Frei Beto	Teólogo/ Escritor	FSM Belém/2009
Nadia Cruz	Publicitária paraense/ Organizadora do FSM Belém/2009	FSM Belém/2009
Paul Singer	Economista / Autoridade em Economia Solidária	FSM Belém/2009
Luiz Adolfo de Andrade	Doutorando em Cibercultura	Salvador/2009
Elizabeth Saad	Doutora em Cibercultura	Salvador/2009
Nelson Pellegrino	Secretário de Justiça do Estado da Bahia/ Advogado/ Ex-deputado federal / Filiado ao PT / Militante dos direitos humanos	Salvador/2009
Pedro Vasconcelos	Professor Doutor de Geografia da UCSAL	Salvador/2009
Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	Professor Doutor de Geografia da UCSAL	Salvador/2009
Beatriz Magalhães	Médica Endocrinologista	Salvador/2009
Marta Rodrigues	Vereadora de Salvador	Salvador/2009
Maristela Magnavita	Médica Cardiologista	Salvador/2009
Euvaldo Carvalhal	Professor de Geografia da UCSAL/ Filiado ao PMDB	Salvador/2009

NOME	VINCULO/PROFISSÃO	LOCAL/ANO
João Benedito Bispo dos Santos	Coordenador da Secretaria do Movimento Popular do PT/Salvador/ 1º. Secretário da FABS (Federação das Associações de Bairro de Salvador)/ Coordenador Administrativo da FAMEB (Federação da Associação Estadual da Bahia)	Salvador/2009
Eliezer Cruz	Subsecretário de Educação do Município/ Relações Públicas/ Professor de Pós-graduação	Salvador/2009
Maria de Fátima Belfort	Advogada	Salvador/2009
Maria José da Costa Oliveira	Doutora em Comunicação	Salvador/2009
Luciana Ferreira	Jornalista	Salvador/2009
Cosme Dionísio Conceição	Militante do PT / Camelô	Salvador/2009
José Antônio Fonseca	Geógrafo e professor de Geografia	Salvador/2009
Ruan Carlos Britto	Psicólogo/ Pesquisador da Ciberultura	Salvador/2009
Elisângela Lopes	Relações Públicas	Salvador/2009
João Manoel Campos	Geógrafo/ Técnico de Geociências	Salvador/2009
Vanessa Daniela Silva	Mestre em Ciências Sociais	Salvador/2009
Josenias Dias da Conceição	Pastor/ Relações Públicas/ Filósofo/ Militante do PT	Salvador/2009
Ivomar Carvalhal	Professor de Biologia da UCSAL UEFS/ Mestre em Biologia	Salvador/2009
Dilza Soares	Relações Públicas	Salvador/2009
Telma Neves	Secretária Executiva Trilingue	Salvador/2009
Cristiano Marins	Administrador	Salvador/2009
Elias Bernard da Silva do Espírito Santo	Geógrafo/Pós-graduado	Salvador/2009
Jaciane Marques	Relações Públicas	Salvador/2009
Normeide Pereira	Economista	Salvador/2009
Cristina Vicência Apulto	Jornalista	Salvador/2009
Maria de Fátima Silva B. Cerqueira	Assistente Social/ Pós-Graduanda em Relações Familiares e Contextos Sociais	Salvador/2009
Vitor Bahia	Relações Públicas	Salvador/2009
Ilva Maria Bonfim	Assistente Social / Pedagoga	Salvador/2009
Leonardo Amaral	Turismólogo	Salvador/2009
Paloma Chamusca Novaes	Fisioterapeuta	Salvador/2009
Marília Gavazza	Relações Públicas	Salvador/2009
Paraguaçu Bastos	Assistente Social	Salvador/2009
Nilson Barreto	Enfermeiro Sanitarista	Salvador/2009
Fernanda Ida Mazzucchelli	Relações Públicas	Salvador/2009
Cristina Paula Lima	Assistente Social	Salvador/2009
Elias Kciocri	Dentista	Salvador/2009
Roquevaldo Lima	Relações Públicas/ Filiado ao PDT	Salvador/2009
Ana Luiza Franco	Pedagoga	Salvador/2009
Antônio José de Mello	Jornalista / Relações-públicas	Salvador/2009
Eliane Carvalho	Assistente Social	Salvador/2009
Daise Nogueira	Relações Públicas	Salvador/2009
Carla Bueno Massa	Nutricionista/ Advogada	Salvador/2009
Paulo Raimundo Silva	Membro da Fundação Vida Nova/ Relações Públicas	Salvador/2009
Nadja Naira Porto	Relações Públicas	Salvador/2009
Jamilton Anunciação Góes	Radialista/ Técnico de Enfermagem/ Militante do PT	Salvador/2009
Luiz Trinchão	Turismólogo	Salvador/2009
Luis Filipe de Miranda	Fisioterapeuta	Salvador/2009
Alan de Oliveira Novais	Matemático	Salvador/2009
Adalberto Bahia	Relações Públicas	Salvador/2009
Marcos da Cruz	Estudante de Relações Públicas	Salvador/2009

NOME	VINCULO/PROFISSÃO	LOCAL/ANO
Lívia Magalhães de Brito	Militante do Movimento Negro (CNNC-BA - Conselho Nacional de Negros e Negras Cristãos) Estudante de Produção Cultural/ Estudante de Relações Públicas	Salvador/2009
Ítala Herta de Melo Correia	Militante do Movimento Negro/ Militante do movimento HIP HOP/ Estudante de Relações Públicas	Salvador/2009
João Gabriel	Administrador/ Militante do PT/ Militante do Movimento Juventude	Salvador/2009
Gilneide Costa	Militante do Movimento Social ligado a Igreja Católica	Salvador/2009
Maria das Graças Fonseca Andrade	Doutora/ Formada em letras/ Professora universitária	Salvador/2009
Valter Domingues	Militante do PT/ Militante do MST/ Vendedor/ 2º. Grau Completo	Salvador/2009
Lívio Mota	Estudante de Relações Públicas	Salvador/2009
Ana Lícia M. Morais	Militante do PT/ Estudante universitária	Salvador/2009
Luis Carlos Cardoso da Silva	Representante do Sindicato dos Bancários/ Militante do PT/ Bancário/ 3º. Grau Completo	Salvador/2009
José Edízio Nunes	Militante do PT/ Professor/ Superior incompleto	Salvador/2009
Valter Conceição	Militante do PT/ Cozinheiro/ 2º. Grau Completo	Salvador/2009
Carlos Santos Chagas	Militante do PT/ 1º. Grau Completo	Salvador/2009
Gilberto Nunes Barreto	Geógrafo/ Professor	Salvador/2009
Lauro Bispo Sena	Militante do PT/ Operador de Máquina Industrial Metalúrgica/ 8ª. Série	Salvador/2009
Tereza Cristina Pereira	Pedagoga	Salvador/2009
Jorge Luis Bonfim	Pedagogo/ Pós-graduado em metodologia de Estudos Africanos	Salvador/2009
Paloma Britto	Estudante de 2 Grau	Salvador/2009
Filipe Franco	Estudante de 2 Grau	Salvador/2009
Ana Paula Dias	Advogada	Salvador/2009
Gabriel Teixeira	Psicanalista/ Militante do GACC (Grupo de Apoio a Criança com Câncer)	Salvador/2009
Patrick Campos	Representante do PT Pernambuco Membro do Movimento Estudantil	FSMT Bahia/2010
Lúcia Barbosa	Da direção do Movimento dos Sem Terra – Bahia	FSMT Bahia/2010
Pedro Batista	Secretário de combate ao racismo - CUT Bahia	FSMT Bahia/2010
Jucimeire Barbosa	Membro do Movimento Fora Arruda/ Sindicato dos professores de Brasília	FSMT Bahia/2010
Reginaldo Freitas	Organizador do FSMT Bahia/Membro da CUT	FSMT Bahia/2010
Valdir Pires	Ex-ministro/ Ex-governador da Bahia	FSMT Bahia/2010
Luiz Mott	Ex-presidente do movimento gay/ Professor doutor	FSMT Bahia/2010
Luiza Erundina	Ex-prefeita de São Paulo/ Deputada Federal	FSMT Bahia/2010
Inácio Arruda	Senador eleito pelo Ceará/ PCdoB	FSMT Bahia/2010
Naomar de Almeida Filho	Reitor da UFBA/ Professor	FSMT Bahia/2010
Tânia Bacelar	Doutora em Sociologia	FSMT Bahia/2010
Mona Zeyn	Presidente do comitê multipartidário de mulheres em São Paulo	FSMT Bahia/2010

ANEXO III – Fotos obtidas no evento de Belém, em 2009 e em Salvador, em 2010.

Fotos tiradas no evento de Belém do Pará, em 2009



Visão central da Tenda da Juventude Socialista



Márcia Carvalho com Ademar Berccucci



Palestra de Marcos Arruda



Palestra de Paul Singer



Central de acesso a Internet gratuito



Alex Capuano com Márcia Carvalho



Márcia Carvalho na entrada da UFPA



Márcia na frente da barraca do Movimento Zapatista



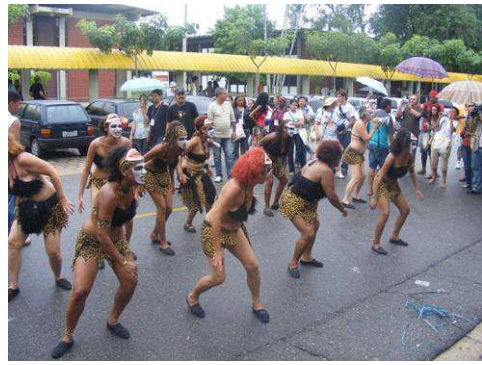
Márcia Carvalho com Jochen Fes e esposa



Márcia Carvalho em frente ao stand do Greenpeace



Márcia Carvalho com Dalca Teixeira



Grupo de prostitutas em manifestação pública



Movimento de Mulheres



Márcia Carvalho com Joda Alves



Muitos índios estiveram presentes



Manifestação contra a genocídio palestino



Márcia Carvalho com Frei Betto



Frei Betto em palestra na Tenda JS

Fotos tiradas no evento de Salvador, em 2010



Márcia Carvalho com Luiza Erundina



Márcia Carvalho com Mona Zeyn



Palestra sobre Mídia e Democracia



Tânia Barcelar com Márcia Carvalho



Naomar Filho com Márcia Carvalho



Mesa sobre o Conselho Federal de Desenvolvimento Social



O público compareceu em massa



Inácio Arruda e Márcia Carvalho



Márcia Carvalho com Luiz Mott



Márcia Carvalho com Waldyr Pires



Participação maciça nos eventos



Márcia Carvalho com Reginaldo Freitas



Panorâmica do auditório



Márcia Carvalho com Jucimeire Barbosa



Pedro Batista e Márcia Carvalho



Márcia Carvalho e Lucinha Batista



Márcia Carvalho com grupo da CUT



Na passeata com o MST



A passeata de encerramento do FSMT-Bahia



Participação no movimento